



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

**TEXTUALIZAÇÕES DO POLÍTICO NA  
MÍDIA: UMA LEITURA DISCURSIVA DA  
REVISTA *VEJA***

**Mariúcha Magrini Neri**

São Carlos

2011



**Universidade Federal de São Carlos**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MARIÚCHA MAGRINI NERI

TEXTUALIZAÇÕES DO POLÍTICO NA MÍDIA: UMA LEITURA  
DISCURSIVA DA REVISTA *VEJA*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguagem e Discurso  
Orientador: Prof<sup>o</sup>. Doutor Roberto Leiser  
Baronas

São Carlos – São Paulo – Brasil

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M212tp

Magrini, Mariúcha Neri.

Textualizações do político na mídia : uma leitura discursiva da revista Veja / Mariúcha Magrini Neri. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

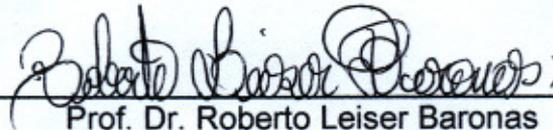
163 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

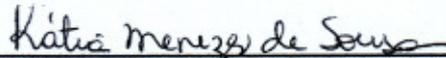
1. Análise do discurso. 2. Mídia. 3. Discurso político. 4. Veja (Revista). 5. Imagem. I. Título.

CDD: 401.41 (20ª)

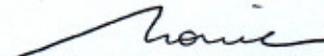
**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
MARIÚCHA MAGRINI NERI**



Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas  
Orientador e Presidente  
UFSCar – São Carlos



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kátia Menezes de Souza  
Membro externo  
UFG - Goiânia



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Baltazar Diniz Signori  
Membro interno  
UFSCar – São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 26/02/2011.  
Homologada na \_\_\_ reunião da CPGL, realizada em \_\_\_/\_\_\_/2011.

Prof. Dr. Oto Araújo Vale  
Coordenador do PPGL

*Deus me deu o privilégio de ter duas mães.  
A elas, Daysi Magrini e Edilaine Mara de Godoy (in memoriam),  
meus essenciais amores.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem Ele jamais teria chegado até aqui e nem conseguido trilhar este caminho tortuoso, porém bonito e repleto de alegrias e conquistas!

Ao meu pai que tenho certeza de que torce por mim onde quer que esteja!

À Daysi, mãe amiga e companheira que sempre, mesmo doente no último ano, me incentivou a continuar estudando, para que seguisse a minha carreira, buscando a felicidade e o sucesso profissional. Aos meus queridos tios, Jorge e Denise, pelo imenso apoio e confiança. Meus irmãos, Bruno e Julinha, por orgulharem-se de mim. À tia Beth, “mãe postiça”, pelo incentivo e por ter sido sempre para mim um modelo na profissão e vida pessoal!

Ao meu querido amigo orientador, Roberto Leiser Baronas, por todo trabalho desenvolvido, carinho e compreensão.

À professora Irene, orientadora de Iniciação Científica. Obrigada pelas contribuições sempre!

Ao amigo André Stefferson pelo carinho, auxílio e amor durante todos os anos acadêmicos em São Carlos.

Ao Antenor, por toda a atenção e palavras de incentivo durante boa parte deste trabalho! À Néia, por acreditar em mim!

À Lia, grande amiga e “ombro”, que sempre esteve ao meu lado me incentivando a seguir em frente. À Cris, pelas palavras direcionadas e equilibradas, e que me permitiram crescer enquanto pessoa e pesquisadora. À Thais Renata por toda a amizade!

À Bel, tio Sérgio e tia Bia pela acolhida e carinho!

Aos colegas de mestrado e do grupo de estudos, sempre atenciosos e dispostos a discutir a teoria. Aos que tenho como amigos, e todos aqueles que, mesmo com um simples sorriso e uma palavra de conforto, me incentivaram a continuar o trabalho.

Aos professores do Departamento de Letras, que contribuíram para a minha formação e para o andamento dos meus trabalhos desde a iniciação científica.

À Nani e ao Leonardo, secretários do PPGL, e ao Fernando, secretário do DL, pela dedicação, disponibilidade e boa vontade em ajudar.

Meu agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo crédito a esse trabalho por meio do fomento da pesquisa.

A todos a minha mais sincera gratidão!

“ (...) o discurso não é simplesmente aquilo que se traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002).

“A notícia não é privilégio de ninguém,  
não tem dono, não aceita tutela.  
É inútil tentar subjugar-la, submetê-la  
a interesses, adaptá-las a contingências,  
forjá-la ou escondê-la.  
Ela é a verdade e, como verdade,  
se impõe sobre o circunstancial e o efêmero” (BURNETT, I. *A Língua Envergonhada*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991. p.40).

## RESUMO

Entre tantas evidências e comprovações – tanto teóricas, quanto da percepção de um leitor mais atento – esta pesquisa realmente permitiu comprovar que as relações entre os mais diversos suportes midiáticos e as tomadas de decisão em diversos setores da organização social se dão em grande parte pela atuação da mídia. Esta, inclusive, interfere de maneira considerável nos destinos da política nacional, vista como a ciência da organização, nesta dissertação, ou ainda no que se refere à administração de uma nação. O funcionamento discursivo da mídia agencia sentidos que, dependendo dos interesses de determinados grupos econômicos (ou de poder), ora são postos em circulação, ora são silenciados, como se eles não tivessem sido produzidos, dependentes de um parecer favorável e lucrativo para determinado momento. Essas e outras características foram observadas em textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Trata-se de textos jornalísticos retirados da Revista *Veja*, durante o período de junho de 2005 a abril de 2006, e que se referem ao período de atuação (mais precisamente a queda) do ex-ministro da Fazenda do Governo Lula, Antônio Palocci Filho. Esse material, de base arquivística, está constituído de textos jornalísticos verbais e multimodais impressos, onde se procurou analisar o funcionamento discursivo de enunciados divulgados durante o referido período da política nacional. Trata-se de um conjunto de textos que possibilitou a construção do acontecimento discursivo “queda de Antônio Palocci Filho, do Ministério da Fazenda”, de onde se retirou ainda durante o primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva (em março de 2006). Como base teórica e metodológica, foi mobilizada a Análise do Discurso de linha francesa, em seu sentido amplo, já que o desejo foi fazer dialogar diferentes frentes teóricas com o objetivo de dar conta tanto da materialidade verbal quanto da não-verbal. As ferramentas mobilizadas por meio da referida base teórica deram respaldo necessário para analisar os discursos produzidos por esse suporte midiático que, assim como outros, faz uso de recursos avaliativos, sensacionalistas com o objetivo de angariar mais leitores.

**PALAVRAS-CHAVE:** mídia; Revista *Veja*; imagem; discurso político.

## ABSTRACT

The relations between the most diverse media supports and the taking of decision in politics evidence that the media acts in considerable way with the destinations of the national politics. The media functions discursively most sensible that, depending on the interests of determined economic groups, however they are ranks in circulation, evidencing felt produced before independently in another place, however is silenced, as if they had not been produced. These and other characteristics had been observed in texts that compose the corpus of this research. The April of 2006 is about journalistic texts removed of the Magazine *Veja*, during the period of June of 2005 and that they mention to the period of fall of the former-minister of the Farm of the Government Squid, Antonio Palocci Filho. This material, of archivist base, is constituted by verbal journalistic texts and multimodal printed matters. In these distinct materials it was looked to analyze the discursive functioning of statements divulged during the related period. One searched, in news articles divulged during these months, indications or the evidence of that it in such a way had manipulation of the speeches of the involved politicians in corruption how much of the proper media, specifically *Veja*. Is about a set of texts that fall of Antonio Palocci constructed to the discursive event Son of the Treasury department, that if still removed of the government during the first mandate of president Luis Inácio Lula da Silva (in March of 2006). As theoretical and methodological base, the Analysis of the Speech (French line) was mobilized, in its ample direction, since the desire is to make to dialogue different theoretical fronts with the objective in such a way to give account of the verbal materiality how much of the not-verbal one. The tools gotten by means of the related theoretical base - next to the aid of authors who study the Journalism and the images - had given the endorsement necessary to analyze the speeches produced for this media that, as well as others, use of resources makes, sensationalist with the objective of catch reading.

**KEYWORDS:** media; *Veja Magazine*; image; speech politician.

## SUMÁRIO

|                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                   | 10  |
| CAPÍTULO I – A mídia <i>Veja</i> .....                                            | 16  |
| I.1 Delimitando o espaço da pesquisa .....                                        | 25  |
| I.2 A Revista <i>Veja</i> em outros trabalhos discursivos.....                    | 29  |
| I.3 Perfil de <i>Veja</i> e de seus leitores.....                                 | 41  |
| CAPÍTULO II – Notas sobre espetacularização da mídia e da política no Brasil..... | 49  |
| II. 1 Lucratividade dos meios de comunicação.....                                 | 54  |
| II. 2 Palocci (e o PT) antes da “queda” .....                                     | 58  |
| II. 3 Por que Palocci?.....                                                       | 60  |
| II. 4 O ex-ministro antes de ser novamente ministro.....                          | 62  |
| II. 5 Queda de Antônio Palocci.....                                               | 64  |
| CAPÍTULO III – O arquivo da pesquisa.....                                         | 68  |
| III. 1 Imagem e História.....                                                     | 73  |
| III. 2 Propostas de análise.....                                                  | 75  |
| Breve Consideração final.....                                                     | 131 |
| Referências Bibliográficas.....                                                   | 135 |
| Sites utilizados.....                                                             | 139 |
| Anexos.....                                                                       | 140 |

## INTRODUÇÃO

*Carrego meus primórdios num andor.  
Minha voz tem um vício de fontes. Eu  
queria avançar para o começo. Chegar ao  
criançamento das palavras. Lá onde elas  
ainda urinam na perna. Antes mesmo que  
sejam modeladas pelas mãos [da mídia].  
Quando a criança garatuja o verbo para  
falar o que não tem. Pegar no estame do  
som. Ser a voz de um lagarto escurecido.  
Abrir um descortínio para o arcano.*

Manoel de Barros

Primeiramente acredita-se ser necessário pontuar a respeito das discussões acerca do título desta dissertação, questionamento levantado durante o período de amadurecimento deste trabalho. Vale ressaltar a importância dos debates estabelecidos, durante essa ocasião, e que fortaleceram a minha pesquisa (assim acredito) e o trabalho desenvolvido. O título “Textualizações do Político na Mídia: uma leitura discursiva da Revista *Veja*” pode ser apontado como um jogo com os léxicos textualização, textualizar. “Tornar texto, pensar como/enquanto texto” (este em seu sentido amplo – verbal e multimodal, incluindo, portanto, as imagens) são algumas das possíveis significações. Pensar como o político, enquanto figura de um homem político, ou como o termo que se refere ao discurso político é posto como texto hoje em uma revista. Considera-se que os vários sentidos retirados dessa observação do aporte midiático citado também integram o interesse de um linguista da atualidade (peço licença para assim usar o termo).

Não há como negar que a mídia influencie nos rumos da política<sup>1</sup> mundial (nesta pesquisa, especificamente, será observada a existente no âmbito nacional). Ressalta-se

---

<sup>1</sup> A exemplo, *Cidadão Kane* (*Citizen Kane*/ O mundo a seus pés) é um filme norte-americano de 1941, dos gêneros drama e suspense. Foi o primeiro filme longa-metragem dirigido por Orson Welles, considerado um garoto prodígio, que ganhou fama com suas peças de teatro e narrações radiofônicas.

que a palavra “política” é observada, neste trabalho, como a ciência da organização ou ainda no que se refere à administração de uma nação. O jornal Folha de S. Paulo, por exemplo, noticiou no dia 28 de agosto de 2009 que o ex-ministro Antônio Palocci escapara de ser julgado no caso de quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa<sup>2</sup>, episódio que resultou na saída do citado ministro do primeiro escalão do governo em março de 2006.

Por 5 a 4, os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitaram pedido do Ministério Público Federal de abertura de processo criminal contra Palocci, hoje deputado federal. A maioria considerou que não havia provas suficientes de que o ex-ministro tenha agido de forma irregular quando da divulgação da movimentação bancária do caseiro. A decisão sepulta a 21ª e última investigação no STF contra Palocci (...) (FOLHA DE S. PAULO. *Palocci vence caseiro no Supremo*. Capa – 28 de agosto de 2009).

Com a decisão dada pelo STF, Palocci passa a poder candidatar-se, por exemplo, ao cargo de governador do Estado ou até ao de presidente da República. É válido lembrar que Palocci respondia a ação penal de ser um dos responsáveis por mandar quebrar (ilegalmente) o sigilo bancário do caseiro e divulgá-lo à imprensa (reportagem foi inserida no capítulo Anexos desta dissertação).

Ao final de 2010, com a vitória da candidata do PT (Partido dos Trabalhadores), Dilma Rousseff, ao cargo de Presidente da República, o citado personagem Palocci volta a compor o alto escalão do governo. Por esse e outros motivos, demonstra-se a

---

Cidadão Kane é supostamente baseado na vida do magnata do jornalismo William Randolph Hearst e conta a história de Charles Foster Kane, um menino pobre que acaba se tornando um dos homens mais ricos do mundo.

Na ocasião, o repórter entrevista pessoas próximas a Kane. Um emaranhado de informações vai se costurando, desde a infância pobre, revelando um Kane por vezes perturbado, mas sempre ambicioso. Essa multiplicidade de fontes usadas pelo repórter cria um conjunto de perspectivas diferentes, funcionando como peças do quebra-cabeças que os espectadores vão montando, influenciando no acontecimento de modo geral.

<sup>2</sup> O escândalo da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa foi um dos ocorridos durante a crise do “mensalão”, no governo do então presidente Lula (PT) em 2005/2006. O caseiro foi testemunha de acusação contra Palocci no caso da casa do lobby ou República de Ribeirão Preto, na CPI dos Bingos. Francenildo divulgou ter visto o então ministro frequentando a mansão para reuniões de lobistas acusados de interferir em negócios de seu interesse no governo Lula, para partilhar dinheiro e abrigar festas animadas por garotas de programa. Seu depoimento na CPI foi silenciado por uma liminar expedida pelo STF, a pedido do senador Tião Viana (PT-AC).

relevância da atuação da mídia no país. Ademais, são inúmeras as críticas feitas ao Jornalismo e modo de se posicionar da imprensa escrita e das outras mídias no Brasil e no mundo, principalmente nos últimos anos. No que diz respeito à “postura” da mídia brasileira, nos últimos anos, muitas mudanças aconteceram. Ninguém imaginaria as proporções que o escândalo político que acaba de ser descrito causaria nos meios de comunicação e no cotidiano da sociedade brasileira.

Como base teórica e metodológica, foi mobilizada a Análise do Discurso de linha francesa (e secundariamente a Semiótica Greimasiana), em seu sentido amplo, já que a tentativa foi dialogar numa relação nem sempre confortável de aliança, autores que muitas vezes não habitam o mesmo paradigma teórico, como Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau, Michel Pêcheux, Michel Foucault, Jean Jacques Courtine, entre outros. O objetivo desse diálogo teórico-metodológico, longe de simplesmente querer possibilitar uma discussão entre autores que se inscrevem no sintagma da análise do discurso, desejou mobilizar autores que vêem o discurso a partir de diferentes mirantes analíticos, e com essa base pensar a revista como aporte midiático. E sob essas “lentes” que foi observado o acontecimento que ilustrou e pode-se resumir como queda de Antônio Palocci.

São contribuições e estudos essenciais para a compreensão dos fenômenos e acontecimentos gerados pela mídia inserida em uma sociedade com características próprias como a que está sendo vivida no país atualmente.

Outra polêmica que causou preocupação na sociedade brasileira recentemente foi o “mensalão” (que pode ser definido como espécies de “mesadas” pagas a políticos da oposição em troca de votos no decorrer do período eleitoral de 2005 em que Lula era candidato à presidência pelo PT). Essa polêmica gerada influenciou e contribuiu, junto à

CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Bingos<sup>3</sup> (posteriormente outras comissões também influenciaram), para a queda de Antonio Palocci Filho, ex-ministro da fazenda do primeiro mandato do presidente Lula (foco deste trabalho e tema de relevância para o país). Trata-se de um acontecimento discursivo que foi gerado pela mídia.

O domínio das informações, o excesso de divulgação e exposição de determinados assuntos e a certa padronização da postura das mídias, por exemplo, atualmente têm resultado no fenômeno da espetacularização, atuante nos efeitos de sentido, propiciando acontecimentos discursivos. O conceito citado, segundo Gregolin (2003), ao retratar Pêcheux, mostra-se como um jogo “obscuro” produzido por deslocamentos e inversões de formulações que resultam no efeito de espetacularizar a política. Ao dizer isso, deve-se fazer referência ao personagem aqui abordado, Palocci, que, ao ser amplamente divulgado na mídia, torna-se protagonista de um espetáculo, com direito a mescla de ficção em algumas reportagens (vide, posteriormente, a expressão “Palocccigate - a morte da ética”, presente em uma das reportagens analisadas).

Em sua obra “O Discurso – Estrutura ou Acontecimento”, traduzido posteriormente por Eni Orlandi, Pêcheux traz o conceito de acontecimento discursivo. Este surgiu no momento em que em Paris, em 10 de maio de 1981, aparece a “imagem simplificada e recomposta eletronicamente, do futuro presidente da República Francesa (...) nos televisores (...)”, como algo global da grande máquina televisiva, um

---

<sup>3</sup> Apelidada de "CPI do Fim do Mundo", a CPI dos Bingos passou a investigar todo tipo de denúncia que surgiu contra o governo, como as possíveis irregularidades na Prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão de Antonio Palocci (gestão de 1992-1996), quando este ainda era prefeito da referida cidade. Em março de 2006, a CPI ouviu o caseiro Francenildo Costa, que desmentiu Palocci ao afirmar que o ex-ministro frequentava a “casa do Lobby”, uma mansão em Brasília usada por lobistas para fechar negócios suspeitos e promover festas com prostitutas. O depoimento de Francenildo acabou deflagrando outro escândalo, pois seu sigilo bancário foi violado ilegalmente logo após participar da CPI. A Polícia Federal suspeitava que Palocci fosse o mandante da quebra do sigilo, o que acabou gerando sua saída. Recentemente Palocci foi liberado do julgamento sobre o crime citado.

acontecimento jornalístico, como Pêcheux classifica em sua obra. No momento em que é divulgada a notícia da vitória de um determinado candidato à presidência na época, o grito (“*On a gagné*” ou “Nós ganhamos”, em português), eclodido da boca do povo marcou a história da política na França, bem como a da Análise do Discurso de linha francesa ou “pecheutiana”, como também é chamada.

O objeto de estudo desta dissertação é também o aporte midiático revista *Veja*, observada durante o período de junho de 2005 a abril de 2006, e que se refere ao período de queda (principalmente) do ex-ministro do governo Lula, Antonio Palocci Filho. Acredita-se que a mídia, aqui demonstrada por *Veja*, colaborou para gerar o acontecimento discursivo “queda de Palocci.”

Partir-se à da ideia de que o discurso é a materialização da ideologia (e para analisá-lo é necessário interpretar, descrever como e por que os sentidos são constituídos). Pode ser apontado no enunciado, uma articulação dialética entre singularidade e repetição: “de um lado, ele é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986, p.32). Seja pela constante repetição de determinado assunto ou tema na mídia (já que isso, de certa forma, resulta em lucro para os meios de comunicação), certos fatos transformam-se em acontecimentos discursivos. Basicamente é o encontro de uma atualidade (fato relativamente novo inserido na mídia) e de uma memória<sup>4</sup>, que o permite repeti-lo, re-significando-o.

---

<sup>4</sup> Utilizar-se à neste trabalho a definição de Charaudeau e Maingueneau, encontrada no Dicionário de Análise do Discurso, e que aponta que a memória relaciona-se com o discurso de maneira constitutiva, ou seja, este é dominado pela memória de outros discursos. Uma formação discursiva, por exemplo, é tomada por uma dupla memória: a memória externa (filiada a formações discursivas anteriores) e também uma memória interna, aqueles produzidos anteriormente em uma mesma formação discursiva (p.325). Para Jean Jacques Courtine (1981), a memória concerne à existência histórica do enunciado, no seio de

Dentre as muitas justificativas para a realização desta dissertação está o fato de que a autora, bem como o grupo de pesquisa a que está filiada - este por produzir periodicamente uma revista eletrônica (<http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem>) - concordam em apontar que a mídia, amparada também por outros argumentos que aqui serão explicitados, tem se tornado instância de poder, atuando diretamente nos fatos político-históricos.

Outro ponto a ser destacado é que a referida autora atuou durante cerca de oito anos em diversos veículos de comunicação e assessorias de imprensa em São Carlos e região, e essa experiência lhe despertou o desejo pelo tema aqui exposto, bem como a curiosidade por desvendar em que medida os suportes midiáticos colaboram para a construção da História do presente da política brasileira e de que maneira o fazem. Para sustentar o que acaba de ser apontado, uma citação do professor Fiorin, em 2004, durante um fórum na USP (Universidade de São Paulo) pode ser ilustrativa, atestando também uma justificativa: “a compreensão crítica do discurso veiculado pelos meios de comunicação de massa é garantia de exercício pleno da cidadania [...]. Para isso, é preciso compreender os mecanismos de que se vale o discurso para conseguir eficácia” (HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques*. São Paulo: Contexto, 2006, p.13).

## **CAPÍTULO I**

### **A MÍDIA VEJA**

Patrick Charaudeau em sua obra “Discurso das Mídias” (2006) chega a afirmar que a mídia constitui o quarto poder, “título” que, entre outros motivos apontados nesta pesquisa, acaba lhe conferindo tantas críticas. Este capítulo, basicamente, abordará a

---

práticas discursivas, capaz de dar origem a atos novos, no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas.

revista *Veja*, junto a teorias e autores que embasaram esta pesquisa e que permitiram observar melhor esse meio de comunicação.

Observar a mídia tem importância e gera reflexões sobre o tema, buscando oferecer aos leitores mecanismos que lhes permitam olhar a mídia com mais criticidade, valendo-se do fato de que esta vem tornando-se determinante em muitos assuntos polêmicos (principalmente). Além disso, sabe-se que o discurso político tem sido objeto de análise de diversas áreas, como a Comunicação, a Linguística, a Ciência Política, a Filosofia, entre outras. Tal afirmação pode ser comprovada observando também o aumento do número de empresas que prestam consultoria a profissionais de diversas áreas principalmente políticos que necessitam ser convincentes, transmitindo credibilidade a todo momento durante sua fala e postura.

Ao verificar, também, como o discurso político circula na mídia nacional, sob o “olhar” de uma revista impressa de grande circulação nacional, esta pesquisa selecionou e avaliou um corpus de base arquivística<sup>5</sup>, composto por textos (mais especificamente reportagens jornalísticas em terceira pessoa), ou seja, verbais e multimodais impressos. A partir do referido material, esta dissertação verificou como se deu a queda do ex-ministro Palocci, após observar reportagens e imagens de *Veja* durante o período de junho de 2005 a abril de 2006. Como e quando houve silenciamento e/ou espetacularização dos discursos, tanto dos políticos envolvidos no momento histórico citado, quanto da própria revista, e como isso se deu. É importante destacar que *Veja* foi escolhida por ser de grande circulação nacional, além de ser considerada em diversos

---

<sup>5</sup> Herdada de “A Arqueologia do Saber” de Foucault, a noção de arquivo remete a algo que possibilita pensar as práticas discursivas de uma sociedade; prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como se fossem acontecimentos regulares, como coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. Para Pêcheux, o arquivo é assumido em uma oposição entre os *corpora* obtidos pela via experimental, na qual o analista monta uma “cenografia” que “reproduz uma situação concreta”. Já para Maingueneau, o arquivo reúne enunciados advindos de um mesmo posicionamento, enfatizando que esses enunciados são inseparáveis de uma memória.

estudos sobre esse veículo, como parcial e até tendenciosa, por expressar, em boa parte das vezes, a opinião de uma elite minoritária no país.

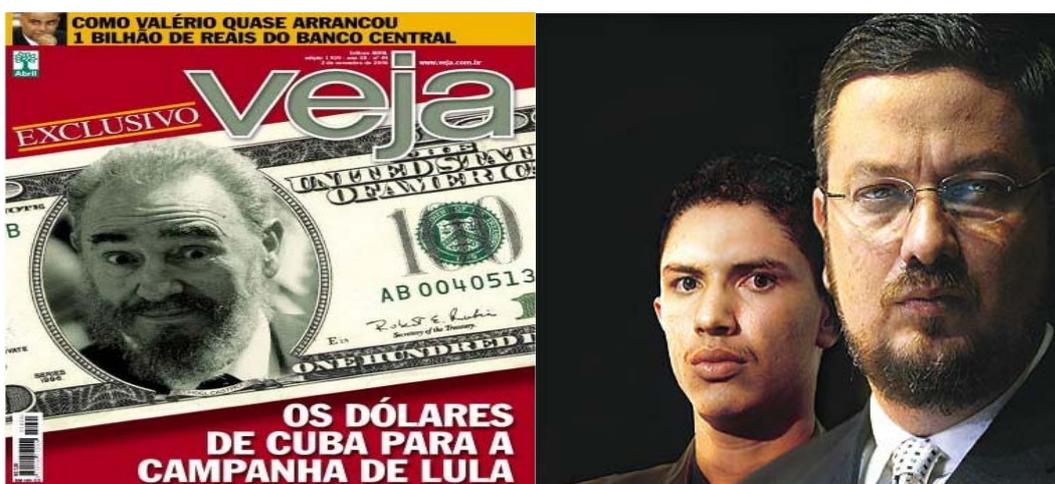
O período selecionado para a pesquisa refere-se também a um marcante fato da política brasileira e que está inserido em outro acontecimento que até os dias atuais é de grande repercussão: o “mensalão”. Nesta pesquisa, em específico, será abordado o acontecimento discursivo “queda de Palocci”, que se deu ainda durante o primeiro mandato do presidente Lula. A retirada de Palocci deu-se, principalmente, devido à suposta descoberta de esquemas de corrupção no governo Lula, e seu envolvimento (hoje negado – vide capítulo anexos), em quebra ilegal de sigilo bancário de um “caseiro do casarão do Lago Sul ou “casa do lobby”, onde a turma de Ribeirão Preto se esbaldava em festas e negócios”, chamado Francenildo dos Santos Costa, entre outras irregularidades (VEJA, 2005, grifo nosso).

São muitos os autores e obras que puderam (ou poderiam) colaborar ainda mais para com esta pesquisa. Inúmeros estudos que dizem respeito à mídia impressa e a imprensa brasileira de modo geral, bem como à Análise do Discurso, estiveram à disposição durante o desenvolvimento deste trabalho. O autor que pesquisa na área de Jornalismo e que muito contribuiu para o avanço (para melhor compreensão dos textos que compõe o corpus deste trabalho) foi Nilton Hernandes, com sua obra “A mídia e seus truques”, bem como Patrick Charaudeau com “O Discurso das Mídias”. Apesar de utilizarem os conceitos advindos da Semiótica Greimasiana, no caso do primeiro, e no caso do segundo, da semiolinguística, os referidos autores são grandes conhecedores da mídia. Especificamente Hernandes, com relação à mídia brasileira e a revista *Veja*, já que sua pesquisa de Doutorado teve como tema este periódico, trouxeram muitas contribuições.

Outros pesquisadores que deram fundamento a este trabalho foram Dominique Maingueneau, principalmente com a obra “Gênese dos Discursos” e “Cenas da Enunciação”, Michel Pêcheux, com “Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, Jean Jacques Courtine, com “O discurso inatingível: marxismo e linguística”, “Mídia, cultura do espetáculo”, organizando por Maria do Rosário Gregolin, entre outros.

Será apresentado posteriormente, junto às análises, de que maneira muitas das publicações de *Veja* parecem atuar, até certo ponto, como parciais e tendenciosas, chegando, se é que se pode afirmar, a expressar somente a opinião de uma minoria brasileira. Como já foi apontado, acredita-se que a mídia (aqui representada por *Veja*) propiciou a emergência do acontecimento discursivo “queda de Palocci” por, entre outras justificativas, expor de maneira excessiva o mesmo assunto em suas páginas, mostrando, muitas vezes, somente uma visão, um lado do fato, fotomontagens, charges que ridicularizavam os políticos envolvidos, cores contrastantes, entre outros exemplos, o que acabou impossibilitando que os leitores avaliassem o caso de modo particular, posicionando-se, muitas vezes, com relação a uma opinião que não lhes pertence.

Exemplos:





Obs.: Imagens serão expostas posteriormente neste trabalho, momento em que terão suas respectivas fontes citadas.

Segundo Michel Foucault, sempre que for possível definir, entre um certo número de enunciados, uma regularidade, haverá ali uma formação discursiva (FD). Trata-se, portanto, da manifestação no discurso de uma determinada formação ideológica – conjunto complexo de atitudes e representações – em uma situação de enunciação específica.

A noção de formação discursiva (FD) começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais, (FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias*. São Carlos: ClaraLuz, 2008. p.41).

No que diz respeito ao conceito de FD (Formação Discursiva), enfatiza-se aqui a postura de *Veja* com relação à queda do ex-ministro, irregularidades do partido e o governo Lula, de modo geral, como um exemplo de uma FD, e que acabou por impulsionar o referido acontecimento. As reportagens que compõem o corpus, bem como outras que também foram anexadas à dissertação por serem relevantes para o tema, apontam para uma mesma postura: a de que *Veja* não apoiava (totalmente) o governo

Lula, o PT e a dita “esquerda” brasileira, além de possuir um estilo bastante característico de fazer “jornalismo”. No trecho anterior nota-se uma demonstração de existência de uma referida FI (Formação Ideológica), ou o conjunto de atividades e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras (FERNANDES, 2008, p.49). Vale ressaltar que principalmente na década de 90, um fenômeno comum era, de acordo com o jornalista Luis Nassif, uma “profunda antipatia” da chamada classe média midiática em relação ao governo Lula, fruto dos escândalos do “mensalão”, do deslumbramento inicial dos petistas que ascenderam ao poder, agravado por um forte preconceito de classe. Esse sentimento combinava com a catarse proporcionada pelo estilo neocon, e que será retomado posteriormente neste trabalho.

Foram mobilizadas categorias analíticas da AD, como interdiscurso e heterogeneidades enunciativas, que também sustentam a maneira como a mídia vem atuando. Esta última categoria diz respeito a um conjunto de vozes do sujeito, formações discursivas que se inscrevem no nível da constituição do discurso, trabalhando com a (re)significação do sujeito sobre o que já foi dito, popularmente conhecido como “já dito”. É como se por trás de uma certa linearidade fosse possível notar que “outras vozes” ali se manifestassem, o que é bastante comum em *Veja*, haja vista que este periódico possui um estilo muito próprio e uma de suas posturas (por sinal, muito criticada pelo Jornalismo) é inserir no interior de reportagens ditas imparciais, informações adicionais que trazem juízos de valor, o que pode acabar sugerindo aos leitores determinados percursos interpretativos.

Já o interdiscurso (ressalta-se que toda formação discursiva traz diferentes discursos) precede o discurso, e nele há uma relação que faz aparecer a interação

semântica entre os discursos como um processo de tradução. Mais eficiente do que estudar e enumerar as diferentes formações discursivas é apreendê-las na interação que estabelecem umas com as outras, de acordo com Maingueneau (2005). Ressalta-se que, como objetivo específico, esta dissertação buscou traduzir um pouco desse espaço interdiscursivo que permeia a mídia e, conseqüentemente, a sua identidade com o outro (leitor).

Surge assim, o que Maingueneau chama de processo de polêmica como interincompreensão (tais ferramentas poderão ser revistas no capítulo de análise dos textos do corpus). Cada discurso interpreta os enunciados de seu Outro, ou do simulacro que dele constrói (...) tendendo, pois, a “traduzir” esses enunciados nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema, mostrando-se, dessa forma, a “tradução” como um mecanismo necessário e regular, ligado à própria constituição das formações discursivas. Além dos recursos fotográficos que reforçam o objetivo da revista, os textos podem influenciar os leitores a observar os fatos da maneira como a editoria de *Veja* observa, ou seja, esperando que o leitor se “filie” a uma mesma FD. O que acaba de ser descrito dá-se de maneira bastante sutil e discreta, ancorada por um estilo que é peculiar à revista. Como seu próprio nome diz (*Veja*), esta parece transferir ao leitor qualquer responsabilidade pelo que está sendo lido ou visto (no caso das capas e imagens), como se agisse como mediadora da realidade, do real.

Um dos objetivos dessa estratégia discursiva (e conseqüentemente da mídia e de *Veja*) é convencer e angariar mais leitores, que se sentem muito bem informados quando têm acesso a tal meio de comunicação. Tais conceitos citados levam ao entendimento de que a revista *Veja* pode determinar a opinião e senso crítico de seus leitores, devendo ser lida com mais atenção e ciência de tais desejos.

Outra categoria de Maingueneau muito utilizada neste trabalho foi a de cena enunciativa. Para expor tal conceito, a obra “Cenas da Enunciação”, exemplifica a abordagem da carta, mas não esta como gênero de discurso (exemplo: carta de amor, de amigo a outro amigo, ou seja, as cartas particulares, privadas), e sim aquela que se encaixa em uma chamada cena englobante. Isso quer dizer que esta carta corresponde a um tipo específico de discurso, vinculado a um estatuto pragmático. Como, por exemplo, quando um leitor recebe um panfleto, um fôlder de propaganda na rua ou uma carta aberta. Neste momento, é necessário que o leitor seja capaz de determinar a que tipo de discurso essa publicação se remete: se é ao discurso publicitário, religioso, político, etc. É necessário determinar em que cena englobante esse panfleto está inserido (MAINGUENEAU, 2006, p.111). Dessa forma, um leitor diante de uma edição da revista *Veja* deve saber que se trata de um periódico, um compêndio de diversos gêneros de textos, como opinativos, informativos, publicitários, etc., bem como os tipos de discursos que ali são veiculados.

Ao saber a qual cena englobante se está inserido, torna-se possível apontar de que maneira o leitor/receptor será interpelado. Porém, a cena englobante não é capaz de, sozinha, especificar as atividades discursivas a que os sujeitos estão engajados. Para isso é necessário estar atento aos diversos gêneros de discursos particulares, com rituais sociolinguageiros e que definem várias cenas genéricas (como, por exemplo, cada tipo de texto que a revista como um todo traz). Para Maingueneau, portanto, essa cena não é suficiente para a identificação do tipo do discurso e nem para mostrar qual o engajamento de seu sujeito. Faz-se necessária uma especificidade do gênero do discurso “que define seus próprios papéis: num panfleto de campanha eleitoral tem-se um ‘candidato’ dirigindo-se a ‘eleitores’ e em uma revista têm-se textos direcionados para

determinados públicos-alvo””. Para comprovar isso, a obra traz como exemplo as cartas provinciais de Pascal, que tratam de um conjunto de *libelos* (que são pequenos textos, de caráter difamatório), jansenistas, inscritos em uma controvérsia religiosa.

Toda tomada de palavra é, com efeito, em diversos graus, incursão em um risco, sobretudo quando se trata de gêneros ou de tipos de discursos que têm necessidade de se impor contra outros pontos de vista e de provocar uma adesão que está longe de ser já dada (MAINGUENEAU, 2006, p.113).

Em uma cenografia existe a associação de um enunciador e uma figura correlata de coenunciadores (ou, no caso específico desta pesquisa, jornalista/revista = leitor, ou seja, o jornalista – e/ou o meio de comunicação – informando, direcionando conteúdos a um leitor). Tais lugares supõem uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), das quais pretende originar o discurso. No discurso político, por exemplo, existe a determinação da identidade dos parceiros da enunciação em sintonia com a definição de um conjunto de lugares com momentos de enunciação a partir dos quais o discurso pretende ser proferido. No caso específico deste trabalho, a cronografia é o momento (com base neste corpus, durante os meses de junho de 2005 a abril de 2006, período referente ao período de queda do ex-ministro Palocci); já a topografia é o cenário da política brasileira da atualidade, que também inclui o período citado.

Para desenvolver plenamente seu papel, a cenografia não deve ser um simples quadro, por exemplo, que pode ser “encaixado” à enunciação. Ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida para contar uma história. Quanto mais o coenunciador avança no texto, mais ele deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso.

Ademais, a cenografia só se manifesta plenamente quando ela pode determinar seu desenvolvimento, mantendo certa distância com relação ao coenunciador. Em um debate, por exemplo, é muito difícil que os participantes possam enunciar por intermédio de suas cenografias, e sim pela ameaça das faces e o *ethos*<sup>6</sup>.

Todo discurso pretende convencer fazendo reconhecer a cena de enunciação que ele impõe e por intermédio da qual se legitima: o homem político que apresenta sua enunciação por intermédio de uma cenografia de correspondência privada, pressupõe pragmaticamente que uma tal cenografia não é um simples vetor, mas algo que define um lugar de discurso condizente com o sentido a ser liberado. A cenografia legitima o enunciado. Acredita-se ser também desta forma que determinados acontecimentos discursivos se inscrevem na memória da atualidade como, por exemplo, o “11 de Setembro” ou o “mensalão”, no caso da política brasileira. Alguns se inscrevem ao invés de outros, entre diversas justificativas, por representarem um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, em formações discursivas distintas. A cenografia do “mensalão”, por exemplo, encontrou um “terreno fértil” no momento em que o ato de dar quantias em dinheiro a políticos da oposição em troca de votos é descoberto no Brasil (nessa ocasião também surge a referida terminologia); a sociedade parecia acreditar ser aquela a última esperança de um bom governo no país, marcada pela figura de Lula e o PT. Prática que já era comum torna-se ainda mais, que foi pagar espécies de “mesadas” à oposição, buscando assim obter votos ou benefícios.

Cada gênero ou subgênero de discurso define o papel de seus participantes; num panfleto de campanha eleitoral tem-se um candidato dirigindo-se a seus “eleitores”, que

---

<sup>6</sup> Termo originário da retórica, o *ethos* designa a imagem de si que o locutor constrói do seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário (AMOSSY, Ruth. *O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005). Já para Maingueneau, cada gênero de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis que determina em parte a imagem de si do locutor.

é o caso do modelo de uma carta aberta de cunho político, definindo assim sua cena genérica, como acaba de ser apontado neste mesmo capítulo.

## **I.1 Delimitando o espaço da pesquisa**

A problemática acerca desta dissertação pode ser considerada até certo ponto comum para a Análise do Discurso. Junto ao discurso midiático, o político se “embrenha” como raízes que se agarram a uma árvore antiga e frondosa. São temas que, além de estarem, muitas vezes vinculados por si só, são fundamentais para a manutenção da comunicação – e da informação – no mundo atual.

A obra “Questões para Analistas do Discurso”, de Sírio Possenti (2009), por exemplo, discute temas centrais para a Análise do Discurso e que, acima de tudo, são polêmicos. Devido a sua complexidade e relevância com relação aos temas que mais inspiram analistas dos discursos “contemporâneos”, será apresentada uma breve resenha desta obra, com destaque, neste momento, para os capítulos que mais se aproximam desta pesquisa.

O primeiro capítulo do livro citado aborda as relações entre análise do discurso e leitura. Sua existência justifica-se, entre outros motivos, pelo fato de a AD ter nascido em resposta à questão de “como ler” de Althusser, entre outros fundadores desse campo científico. No que diz respeito à leitura, a AD se preocupa com a circulação dos discursos, perpassados por textos dos mais diversos aportes. O porquê de determinados livros serem lidos em uma determinada época, por quais públicos, etc. Ademais, a preocupação com o sentido de um texto e não somente com a circulação dele.

Para a AD, é consensual que um discurso não circula em qualquer lugar, que não toma livremente uma forma genérica qualquer e que não pode ser interpretado de qualquer maneira por qualquer um (...) para a AD, de alguma forma, interessa especificar em que medida cada fator “funciona como uma restrição sobre o discurso, seja sobre sua circulação, seja sobre sua interpretação”, (POSSENTI, 2009, p.11).

Segundo Pêcheux, o discurso é legitimado pela instituição a qual está atrelado, portanto, a leitura de um texto não o vê somente como texto, e sim como discurso. Por isso, discursos institucionais, tradicionais, aparentam-se mais legítimos, pois seus sujeitos se mostram menos relevantes. Para os analistas do discurso, um texto nunca é lido de maneira isolada, somente seu “material verbal” (p.14). Deve-se levar em conta seu exterior, as condições que levaram à sua emergência, entre outros aspectos.

Na obra em questão, o autor pontua três razões para a ocorrência das múltiplas leituras. Uma delas parece permitir ao leitor associar o texto que está lendo a um discurso (ao invés de associá-lo a outro, como uma escolha aleatória). Outra razão é que o leitor pode ler um texto “com seus próprios óculos”, postulando sua ideologia, como se já soubesse aquilo que está lendo. A última razão, quando o leitor lê sem levar em conta gêneros, formação discursiva, doutrinas opostas, etc., o que leva o texto lido a ser associado a outros.

(...) é compatível com a AD adotar posições de defesa de certas leituras, por estarem de acordo com um conjunto de exigências que comporiam a natureza histórica dos discursos, e de condenação de outras, por estarem em desacordo ou por não levarem em conta os ingredientes dos referidos discursos (POSSENTI, 2009, p.15).

A AD não aceita leituras individuais, já que não acredita que existam sujeitos do mesmo modo, que lêem do modo que querem, e sim grupos que determinam isso. Daí a divergência com a pragmática, que concebe o sujeito como origem, tanto do discurso

como do sentido. Aborda-se a tese da liberdade do leitor, e que esta não procede, pois se um texto possui muitas leituras, ele tem muitos sentidos, e não “nenhum”.

Uma enunciação não ocorre no vazio, mas em posições enunciativas prévias aos atos singulares de enunciação, que são relativamente estáveis, embora historicamente mutáveis. As palavras vêm de discursos prévios e são retomadas enquanto tais, trazendo consigo ecos de enunciações anteriores (POSSENTI, 2009, p.18).

O autor aponta ainda a ideia de que o árbitro da leitura é realmente o texto, mas que este deve ter sido concebido discursivamente, levado em conta as restrições históricas que o afeta, não somente a ele, mas também ao autor e ao leitor, concebido discursivamente.

O capítulo ‘Ler embalagens’ também oferece uma relevante discussão sobre outra importante problemática da AD, que é basicamente a imagem, ou o layout de um produto seja ele qual for, incluindo, por exemplo, as revistas, aporte midiático em que se foca este trabalho. Uma boa capa pode chamar a atenção do leitor, convidando-o a ler seu conteúdo, o que não garante a qualidade daquele “produto” adquirido, construindo sentido(s).

Em determinado momento do texto é feita a afirmação de que quando se “lê embalagens” acessa-se uma grande quantidade de “vozes” (p.40) que se referem àquele texto. Cada uma dessas vozes parece derivar de uma determinada cultura, constituindo a sua diversidade e complexidade que, de certo modo, devem fazer referência ao autor daquele texto inicial (o que nem sempre acontece). A função autor deve desempenhar papel que “limite” essa considerada dispersão (quando um ou vários “autores”, ou as “vozes” que respondem por um texto se apossam dele). Para Foucault (2005), discurso é dispersão, o que leva o seu analista a tentar descrever essas ocorrências, quais as

regularidades, correlações; são regras de formações que regem os discursos. Desse modo, “ler embalagens”, observar discursos diversos que ocorrem no mundo é algo muito heterogêneo, fruto de outros discursos; também neles é possível perceber certas características e cujo produtor “quer que o leitor leia [...] ou que não possa ler” (p.45). Daí pensar que uma relevante questão a ser levantada por um analista de discurso poderia ser quem é o sujeito que enuncia aquele determinado texto. Ou, parafraseando Possenti, quem é o responsável pelo que diz certa embalagem (?). Trata-se de uma antiga questão que relaciona a linguagem com o sujeito.

Já o capítulo “O linguístico e o sentido” aborda as ambiguidades e implícitos que causam diversos efeitos em um texto (ou discurso). O implícito pode ser considerado o principal argumento contrário ao sentido ligado, de alguma forma, à língua. Tais questões se mostram importantes já que leva o analista a definir com clareza demonstrações de uma “ordem própria da língua”. Sabemos que o discurso é concreto, duplamente determinado, tanto por sua formação ideológica quanto por sua própria autonomia enquanto língua, e que isso leva a afirmar que acontece determinado enunciado e não outro em seu lugar. Há uma razão de ser assim. Já interpretações ditas “livres” (posições vazias) também são determinadas por uma posição e por um arquivo ou uma memória, e que a língua, desse modo, “nunca dá conta de dizer o real” (p.56). Seguindo essa teoria, tanto os implícitos quanto os “vazios” – formas diversas de incompletude – se resolvem no discurso, do qual a língua, a materialidade da língua, é um componente crucial.

Uma das razões mais fortes para a AD opor-se à pragmática, segundo Possenti, é exatamente o desprezo que a última tem pelo que há de “estrutural” na língua. São por idênticas razões, embora com menor fundamento, que a AD recusou Bakhtin, acusado

de sociologismo, por considerar que a enunciação, o ato “sociológico”, sem considerar explicitamente sua base linguística, é o verdadeiro fenômeno linguageiro, classificando, por exemplo, trabalhos como o de Saussure de objetivismo abstrato [...] (POSSENTI, 2009, p.56-57). “Observações esparsas sobre discurso e texto” (p.71), Possenti aborda os termos discurso e texto, que são diferentes e geram confusões. Tais diferenças dizem respeito a questões teóricas e metodológicas.

Segundo Pêcheux (1997), não é possível analisar um discurso como texto (como uma sequência linguística fechada sobre si mesma; para ele, é necessário referir ao texto um conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção. “(...) um discurso nunca equivale a um texto, seja porque pode haver mais de um discurso em um mesmo texto (por efeito do interdiscurso), seja principalmente, porque um discurso se materializa tipicamente em uma dispersão de textos (conforme assinalou Foucault)”, (p.173).

## **I.2 A Revista Veja em outros trabalhos discursivos**

No intuito de percorrer caminhos distintos dos já percorridos mobilizamos aqui a pesquisa “Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na Revista Veja”, de Luzmara Curcino Ferreira. Essa tese, defendida em 2006, inspirou-se principalmente no público leitor, refletindo sobre análises e representações de práticas de leitura na contemporaneidade. A partir disso, notou-se a necessidade de pesquisar a mídia (principal prática de leitura atual), mais especificamente o suporte *Veja*. Basicamente, a pesquisa se fundamentou na Análise do Discurso e em princípios da História Cultural.

Para pensar o tema, a pesquisa apresentou um sucinto trajeto que aponta as diferentes concepções ocidentais da leitura, do século XVI aos dias atuais, buscando caracterizar a atual própria prática de leitura. Na sequência, a noção de materialidade discursiva, a partir de teóricos, como Michel Pêcheux, Michel Foucault, Roger Chartier e Jean Jacques Courtine é ampliada para pensar a referida pesquisa. Suas análises e textos que foram base para sua metodologia, entre outros, possibilitaram que as representações discursivas do leitor atual remetesse a processos históricos e ideológicos que constituem os próprios discursos. É como se o leitor deixasse de ler com tanta calma e atenção devido à correria que a vida moderna gera. São discursos que caracterizam a sociedade contemporânea.

Serão abordados com mais atenção os capítulos da tese que estiverem mais próximos da problematização desta dissertação, ao retratar a mídia *Veja*, os discursos lá gerados, entre outros.

Com base em Curcino (2006), a leitura “correta” concretizou-se após observação técnica do texto; este como unidade autônoma que necessita de investigação formal, e cuja interpretação deveria observar o funcionamento da linguagem.

Vale acrescentar que no final da década de 60, momento em que o Estruturalismo estava em evidência, começaram a surgir diversas teorias sobre o discurso. Estas indagavam a cientificidade do método, a posição do analista e a objetividade, já que, sob a perspectiva difundida na época, considerava-se o texto por ele mesmo. Na década seguinte a figura do leitor passa a ser foco das pesquisas.

Estudos da Estética da Recepção, com base em Curcino (2006), acusam e reconhecem a expansão do papel ativo do leitor no processo de atribuição dos sentidos do texto. A historicidade das obras literárias passa a estar muito presente, bem como

constantes atualizações após a leitura feita pelos leitores, dando-lhes condição de obra “viva”. Nesse período, portanto, havia leitores mais “engajados”, inscritos nas próprias obras e, desse modo, projetados por elas.

No capítulo II a autora aborda e reflete sobre a questão da materialidade discursiva, junto aos modos de constituição, formulação e circulação dos discursos.

(...) o discurso, ao estabelecer com a língua uma articulação complexa, pode ser formulado diferentemente, segundo os modos de sua circulação. Assim, há algo material, físico, exterior à língua ou às outras materialidades não- verbais, que orienta os modos de preenchimento do sentido do texto. Referimo-nos aqui à sua formulação, sob a forma de um gênero, e à sua circulação, em um suporte específico, (CURCINO, 2006, p.73).

Em seguida, a autora aborda algumas hipóteses sobre o processo histórico-cultural e a contribuição desse processo para que o homem compreenda o mundo. “As práticas da sociedade contemporânea de apreensão e compreensão da vida fundamentam-se num progressivo refinamento e complexificação da percepção abstrata das coisas do mundo, ou seja, de uma crescente capacidade de abstração do pensamento”, (CURCINO, 2006, p.74).

Assim, se a linguagem é, desde sempre, arbitrária em relação ao que representa, a linguagem transposta para a forma escrita vê-se duplamente distante daquilo que representa. A escrita distancia-se, historicamente, dos objetos representados porque foi perdendo progressivamente seu caráter icônico e tornando-se cada vez mais abstrata e menos figurativa. A escrita transforma-se, enfim, em um conjunto de unidades gráficas arbitrárias e convencionais de consoantes e vogais do alfabeto (CURCINO, 2006, p.75).

Nota-se, portanto, o fato de que há uma tendência na sociedade de desvincular os textos de sua materialidade, tornando-os autônomos a expressão, num processo de desmaterialização. Acredita-se que isso se dê também devido à transição da produção textual manuscrita para a textual impressa, e, principalmente, por uma opção cultural (influência ocidental de abstração). Já o Oriente sempre manteve vínculo entre alguns tipos de textos e a caligrafia.

Portanto, a noção de materialidade discursiva surge em 1981, em um Colóquio na França, evento que, segundo Malidier, ([1990] 2003, p.71) torna-se novo ponto de partida para a Análise do Discurso. “(...) quando os analistas do discurso reconhecem a necessidade de explorar novos objetos, outras modalidades de linguagem, abrindo espaço para outras disciplinas que se interessam por essas discursividades [...] Esse é o momento em que a AD se volta definitivamente para a heterogeneidade discursiva” (CURCINO, 2006, p.84).

Curcino aponta que fenômenos discursivos, materializados pela língua e pela história, não são indiferentes, por exemplo, com relação ao enunciado *On a gagné* (já citado neste trabalho). Com base na materialidade do discurso, Pêcheux apontou em sua obra “Discurso: Estrutura ou Acontecimento” que o acontecimento midiático de um enunciado, por exemplo, (no caso citado abordava-se o universo esportivo), se incorpora ao universo político. Esse “deslocamento” ocorreu devido ao espaço de transmissão e de circulação desse enunciado, que era a mídia televisiva, dita homogeneizadora de discursos, que retrata diferenças. O mesmo vale para a revista aqui abordada. A materialidade discursiva do enunciado citado não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político.

A noção de materialidade discursiva, com base no Dicionário de Análise do Discurso, organizado por Charaudeau e Maingueneau (2004), ignora a historicidade, tomando-o como se ele já existisse desde 1969 e como se não tivesse, desde então, sofrido modificações. Já para Foucault, a materialidade enunciativa não está relacionada somente à língua. “(...) ela se estende à várias manifestações de linguagem: um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição, formam

enunciados; quanto às frases de que podem estar acompanhados, elas são sua interpretação ou comentário (...)", (CURCINO, 2006, p.90).

Embasada pela tese citada, junto às análises desta pesquisa, nota-se que a noção de materialidade discursiva abrange um conjunto complexo de várias instâncias materiais. Uma dessas instâncias é a materialidade da linguagem, linguística, mas também imagética, sem contar "a presença significativa da multimodalidade, procedimento de escrita muito comum em nossa sociedade", conforme Barthes, citado por Curcino (2006, p.100).

Portanto, a instância de materialidade desdobra-se em outras que se formulam em gêneros, de formas e modos de circulação particulares. Tem-se a todo momento atualizações do texto num certo momento histórico-cultural, em conformidade com um certo regime institucional de práticas discursivas e não-discursivas que instauram determinados sujeitos e sentidos.

Para empreender uma análise discursiva da revista *Veja*, deve-se valer, portanto, da consideração "dessas instâncias, físicas, simbólicas e institucionais, que constituem a materialidade discursiva, englobando as diferentes linguagens, os gêneros e os suportes" (CURCINO, 2006, p.101).

No item "A(s) Ordem(s) do Discurso" a autora aponta, entre outros pontos, a questão do discurso, que se institui em sua existência mais ou menos transitória, partindo da ligação da norma linguística, um gênero e um suporte, que se constituem histórico-culturalmente como sua ordem, viabilizando sua formulação, sua circulação e sua recepção. Com base em Debray, são três os fatores decisivos para a difusão de um modo de circulação: a norma linguística, o gênero e o suporte. Gêneros enquanto tipos relativamente estáveis de enunciados, de unidades de comunicação verbal, elaboradas

em conformidade com as esferas das atividades humanas (conceito de Mikhail Bakhtin). Surgem, estabilizam-se e mudam segundo a atualização dessas atividades. A estabilidade relativa do gênero garante, então, a produção e a compreensão dos enunciados em função do estabelecimento de um contrato específico, com seu respectivo ritual (MAINGUENEAU, 1997), adequado a cada atividade humana, de modo particular.

Ao considerar um texto na forma impressa (não exclusivamente um diálogo), a apreensão de sua unidade se deve ao que se mostra mais claro ao leitor, sua construção composicional, relativa a formulação discursiva. “O modo pelo qual a textualização do discurso se apresenta – em sua estrutura característica, com uma disposição específica no seu suporte – promove o reconhecimento de seu gênero e permite antecipar sua estruturação de modo a contribuir para a compreensão dos sentidos da linguagem” (CURCINO, 2006, p.105).

Dada a parcial estabilidade do gênero, a “anterioridade” do olhar panorâmico sobre o texto, sobre sua aparência visual na página – permite ao leitor o acesso privilegiado à sua construção composicional. A apresentação do “rosto” do texto, de sua estrutura que remete a uma totalidade que se pode prever. Curcino o coloca como a forma imagética do gênero, que exige a recepção, possibilitando que texto seja acessado, inicialmente, não pela interpretação dos signos, mas pela sua construção composicional. A estrutura em parágrafos, quadros, “que define os espaços para sua maior legibilidade, enfim, por outras formas semiológicas (signos), que participam da composição dos textos” (CURCINO, 2006, p.106).

Portanto, a referida construção composicional gera a leitura inicial, uma primeira leitura, panorâmica e geral, e que possibilita ativar no leitor uma expectativa, uma

antecipação do seu conteúdo temático, ainda que ele não tenha tido acesso a seu estilo verbal.

O suporte, neste caso a revista *Veja*, compõe junto ao gênero, a materialidade discursiva. Esses elementos atuam diretamente na produção dos sentidos dos textos. Curcino cita Chartier ([2000] 2002b, p.28 In: CURCINO, 2006), dizendo que a construção do sentido de cada texto depende, mesmo inconscientemente, da sua relação com os outros textos que o antecedem ou o seguem e que foram reunidos dentro de um mesmo objeto impresso com uma intenção editorial imediatamente perceptível.

A autora apresentou ainda uma distinção entre “gênero tipográfico” e “gênero textual” do discurso. O tipográfico representa os diferentes tipos e segmentos de revista, como as revistas de beleza, as masculinas, de moda, de informação semanal, literárias, etc. Possuem diferentes orientações temáticas de acordo com seu público-alvo e se valem de formas de apresentação dos textos particulares. Utiliza ainda um exemplo bastante didático (CURCINO, 2006, p.106): “o leitor de *Veja*, pode até ser o mesmo leitor de *Caras*, mas na economia dos objetos culturais e das instituições que assinam esses objetos há o jogo de imagens sociocultural que hierarquiza e diferencia o status do público leitor, legitimando a leitura de certos gêneros tipográficos e não de outros, em determinados contextos”. Com relação ao gênero textual, a revista corresponde aos vários tipos de textos que circulam em seu interior, como as reportagens, as entrevistas, os artigos, as notas, as charges, a publicidade, etc.

Ao abordar a revista é necessário apontar o trabalho do editor. Ele é o profissional, que sugere pautas, seleciona-as, avalia, organiza, revisa, supervisionando os textos, imagens e, claro, os repórteres, durante todo o processo que antecede a publicação.

Devido a sua especificidade, a revista possui, portanto, diversos gêneros textuais, incluindo a propaganda e o texto editorial, e todo esse material – feito a várias mãos – é transferido para um editor. De acordo com Curcino, há, portanto, uma autoria que em sua produção é coletivizada, mas em sua recepção é homogeneizada sob o nome da instituição (2006, p.106), gerando, desse modo, uma relação complexa de atribuição de autoria, que se responsabiliza pelos efeitos de sentido na interpretação dessa escrita. Acrescenta-se com isso que a autoria dos textos editoriais de *Veja*, produzida por diversos atores, “está comprometida com um conteúdo temático (definido na maioria das vezes pelos editores), sobreposta por um estilo verbal próprio da escrita jornalística e submetido a uma *mise en forme* do texto de responsabilidade dos editores”, (CURCINO, 2006, p.106). Os métodos e padrões do Jornalismo parecem buscar uma denegação da autoria como fruto de uma subjetividade, mantendo a isenção de opiniões e um ideal de subjetividade.

A tese aborda ainda os textos e a circulação da mídia impressa que se dá pela internet atualmente. Do ponto de vista discursivo, segundo Curcino, quanto ao migrar de um lugar para outro, de um texto que, separado de seu suporte original, pode reconfigurar todo o processo anterior de produção do acordo dos sentidos dos próprios gêneros. Nunberg (1993), que aborda a digitalização das revistas científicas, destaca a diferenciação que há entre a leitura dos “mesmos” artigos quando se deslocam da forma impressa, que mantém uma continuidade física, com outros textos publicados no mesmo número, para a forma eletrônica onde são encontrados com outra “roupagem” e arquiteturas lógicas.

A revista veio em um determinado momento como a “diferença” entre o jornal e o livro, e que explora imagens, de modo que seus textos fossem feitos não apenas para

serem lidos, mas também para serem observados, apreciados (objeto de análise e fonte histórica).

Com características dos dois gêneros citados anteriormente, a revista é ainda um meio de comunicação mais ágil, com notícias semanais, quinzenais ou mensais. São textos mais elaborados que o de um jornal, por exemplo, e tornou-se meio de propagação de culturas, de valores, como o livro.

Ademais, a revista é um meio de comunicação bastante lucrativo, já que é o principal meio de difusão da propaganda (sem desconsiderar mídias, como outdoors, a internet e outros veículos, como o próprio jornal). Isso é possível devido a maior proximidade entre textos de distintos gêneros. A preocupação com a ética deve equilibrar informação e publicidade, que são veiculadas nesse suporte, analisando os modos de constituição da “expansão” dos gêneros.

Todas essas particularidades conferiram à revista a possibilidade de publicar textos bem elaborados, que desmembram casos polêmicos, entre tantos outros assuntos, que são abordados pelos mais variados vieses que os diversos tipos de leitores poderão ser atingidos. Segundo Curcino, mecanismos como tornar o mais saliente possível as palavras no texto permite acelerar o movimento do olho, liberando o leitor da linearidade, o que torna mais rápido o processo e permite a seleção de outros percursos.

Para acelerar o processo de decodificação das palavras por parte desse leitor sem tempo, a escrita jornalística cuida da organização e da apresentação da informação verbal do texto. Essa organização e apresentação contribuem para facilitar o processo de seleção do que ler, processo que se dá em duas instâncias: a primeira diz respeito à seleção entre os textos da revista e a eleição daqueles que serão lidos; a segunda diz respeito à seleção de fragmentos no interior de um texto, fragmentos capazes de incitar sua leitura além de fornecer a impressão de compreensão geral do conteúdo. Em relação à escolha, num texto, de alguns fragmentos a serem lidos, podemos apontar duas técnicas relativamente correntes na revista, hoje: a técnica de destaque do lead e a técnica da enumeração (CURCINO, 2006, p.128).

Outro artifício do Jornalismo, o *lead*<sup>7</sup> ou lide, popularmente chamado, também possibilita atrair o leitor para que este leia aquele determinado texto. É o primeiro período – ou parágrafo – de uma reportagem, basicamente.

Em muitos casos o *lead* funciona como anúncio-resumo (CURCINO, 2006) do conteúdo da reportagem, não só incentivando à leitura, mas também autorizando para a não-leitura do texto em sua totalidade, já que traz uma espécie de resumo do que será dito. Lá estão contidas as informações mais importantes da reportagem. Juntamente com o título, o subtítulo, a imagem fotográfica e a legenda, “o *lead* desdobra discursivamente aquilo que é preciso saber antes de ler o texto, ou aquilo que é preciso saber caso não se leia o texto em sua totalidade” (CURCINO, 2006, p.154).

Da mesma maneira, as imagens também são atrativas para o leitor. O uso de imagens na revista impressa define a própria especificidade do gênero editoria. Em especial, a fotografia contribuiu para a velocidade na produção e na transmissão da informação. Diferentemente de outros métodos de produção de imagens, como as xilografuras, por exemplo, a fotografia agilizou o processo de escrita garantindo, em relação à letra, uma maior eficácia na produção de certos sentidos.

Com base também em Charon (1999), o modo de exposição dos textos são organizados com vistas a uma legibilidade que garanta atalhos para a leitura, por meio dos quais o leitor possa realizar uma leitura dinâmica, seletiva e periférica dos textos. Nessa perspectiva, a forma de apresentação do conteúdo torna-se conteúdo. As imagens,

---

<sup>7</sup> Introduzido no Brasil por Pompeu de Souza, em 1950, no Diário Carioca, o lead é definido tradicionalmente, pela maioria dos autores, como a abertura, a parte mais importante da matéria jornalística, o parágrafo sintético que deve procurar responder às tradicionais perguntas, que devem ser detalhadas ao longo do texto: o quê?, quem?, quando?, onde?, como? e por quê? São várias as explicações para o seu surgimento no jornalismo. Uma delas está relacionada com a Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Acredita-se que os correspondentes nos campos de batalha deram início a uma nova forma de escrever e publicar notícias. Após as lutas, os jornalistas dirigiam-se ao telégrafo para passar suas matérias. Por uma questão de tempo, eles pediam preferência para transmitir suas mensagens.

portanto, funcionam como atalhos, recursos de promoção de leitura panorâmica do texto, orientando a seleção dos textos de interesse do leitor (CURCINO, 2006, p.156).

Mais um interessante recurso utilizado nas revistas é a infografia, mecanismo de exploração visual da página. Com o advento da informática, a infografia tornou-se um dos meios de ilustração do texto, possibilitando esclarecer, por meio de exemplos, de comentários, aquilo que fora apresentado em linguagem verbal ou sob a forma de imagens fotográficas, quanto à de decorar o texto, compô-lo como imagem. Os infográficos são como um extoamostra, possibilitam uma leitura pontual e parcial do assunto do texto como um todo.

Já amplamente abordada nesta dissertação, a fotografia é também um dos recursos atrativos da revista, especialmente *Veja*. No caso dos textos da mídia impressa, e mais especificamente do gênero editorial adotado pela revista aqui pesquisada, a fotografia possibilita o efeito de referencialidade. Instantânea, ela permite surpreender, “pegar desprevenido” (CURCINO, 2006, p.158). Ressalta-se que para algumas fotografias a pose é um simulacro da eventualidade e naturalidade dos gestos, para outras, é necessário que a eventualidade desses gestos seja apreendida como uma pose, uma posição física, que diz por si só do caráter, do estado emocional daquele que foi fotografado (fotos de personalidades políticas, como o ex-ministro Palocci, a exemplo desta dissertação). Trata-se de uma “apreensão clandestina, não-autorizada por parte daquele que foi fotografado. Isso por si só já lhe garante um certo estatuto de verdade, do qual a mídia se faz especialista” (CURCINO, 2006, p.161).



Cópia da Imagem (26): Palocci recebe a atribuição de *vulnerável* em paradoxo com *essencial*.

Fonte: *VEJA*. 30 de nov. de 2005

Um relevante foco de observação quando se trata da revista *Veja* são as reportagens publicitárias ou, segundo Curcino (2006), publireportagem. É um texto publicitário em que:

a semelhança com a construção composicional, com a mise en page do texto editorial é tamanha, suas similaridades são tão próximas, graças à sofisticação e à criatividade na sua escrita, que o leitor pode não reconhecer de imediato o conteúdo do texto. Assim, graças a sua semelhança com o texto editorial, a compreensão de que se trata de um texto comercial é prorrogada, o pronto

reconhecimento de sua natureza publicitária é, então, retardado por mais tempo (...) (CURCINO, 2006, p.222).

Sua diferença com relação ao Informe Publicitário, é que o último está legalizado. A publireportagem traz inscrita e de modo visível sua origem publicitária, cabendo a esta última um exercício de maior criatividade para burlar as restrições legais e produzir os efeitos de sentido desejados, segundo a editoria do referido meio de comunicação.

### **I.3 Perfil de *Veja* e de seus leitores**

A revista *Veja*, considerada um periódico de credibilidade entre os leitores do Brasil, teve sua primeira edição lançada no país em 11 de setembro de 1968. Nessa época a revista possuía tiragem de 695.000 exemplares, distribuídos por todos os estados do país. Atualmente esse número alcança cerca de 1.250.000 exemplares (números referentes à pesquisa realizada em 2007), o que lhe confere o título de revista de maior circulação no Brasil, e quarta maior no mundo, sendo superada somente pelas americanas *Time*, *Newsweek* e *U.S. News e World Report*.

Entre os temas abordados por *Veja* estão os fatos do cotidiano da sociedade brasileira e, por vezes, mundial, como política, economia, cultura, comportamento e guerras, bem como conflitos e negociações diplomáticas. Ademais, produz discursos embasados em temas como ecologia, religião, cotidiano e tecnologia e possui páginas reservadas semanalmente/quinzenalmente para abordar assuntos relevantes do cinema, literatura e música. Possui ainda amplo site para os internautas, com blogs e fóruns de discussão de assuntos polêmicos, que são atualizados diariamente.

Os textos que publica são elaborados em sua maior parte por profissionais da área de Jornalismo, como repórteres e jornalistas formados, ou especialistas nos assuntos que serão abordados, porém, nem todas as seções aparecem assinadas (apócrifos), o que acaba por não identificar todos os profissionais. O total estimado de leitores de *Veja* é de cerca de 8.812.000. Cerca de 55% desse número é composto de mulheres; 68 % (o equivalente a 3.415.000) dos leitores pertencem às classes A e B; 47% dos leitores têm entre 20 e 39 anos; 55% possuem nível superior; 80% têm casa própria; 80% possuem carro e 51% deles têm TV a cabo. (Os dados foram fornecidos por *Veja* - Fontes: Estudos Marplan).

O meio de comunicação descrito anteriormente permitiu dar base às análises realizadas para esta pesquisa de mestrado, possibilitando, desta forma, validar o que fora aqui proposto. O periódico foi escolhido por ser de grande circulação nacional e por ser considerado por muitos especialistas como parcial e até tendencioso, por expressar, se é que se pode afirmar, somente a opinião de uma elite minoritária no país. A seguir informações mais detalhadas sobre a revista:

| <b>IDADE</b>               | <b>SEXO</b>   | <b>CLASSE SOCIAL</b> |
|----------------------------|---------------|----------------------|
| 63% têm entre 20 e 49 anos | Homens: 45%   | Classe A: 30%        |
|                            | Mulheres: 55% | Classe B: 42%        |
|                            |               | Classe C: 24%        |

Fonte: Estudos Marplan Jan a Dez 2008 - AS 10 + anos - 9 mercados

**Total de Leitores:** 8.812.000 (aproximadamente)

*Veja* possui ainda um site de sua revista, que traz os conteúdos da edição impressa. Com atualização diária de notícias, o internauta pode acessar gratuitamente tais conteúdos.

### **Perfil do internauta**

| <b>IDADE</b>               | <b>SEXO</b>   | <b>CLASSE SOCIAL</b> |
|----------------------------|---------------|----------------------|
| 82% têm entre 25 e 64 anos | homens: 58%   | Classe A: 14%        |
|                            | mulheres: 42% | Classe B: 49%        |
|                            |               | Classe C: 31%        |

Fonte: Pesquisa Nacional Abril/Datalistas - 2007

**Circulação líquida:** 1.085.852 exemplares

| <b>Assinaturas</b> | <b>Avulsas</b> |
|--------------------|----------------|
| 924.114            | 161.738        |

### **Seções Editoriais**

#### **Brasil**

Cobertura política e de assuntos nacionais da semana.

### **Internacional**

Trata da política e acontecimentos mais relevantes de outros países.

### **Geral**

Cobre moda, comportamento, estilo, decoração, consumo e esportes. Trata ainda de temas mais tecnocientíficos, como ciência, tecnologia, educação, arqueologia, medicina e saúde.

### **Economia e Negócios**

Cobre a conjuntura econômica, os negócios e as empresas.

### **Artes e Espetáculos**

Crítica teatral, cinematográfica, literária, artística, musical, além de reportagens sobre a televisão e o show business.

### **Páginas Amarelas**

Entrevistas com personalidades do Brasil e do mundo.

### **Radar**

Informações dos bastidores mais quentes da semana.

### **Datas**

Faz o registro de ocorrências significativas da semana.

### **Gente**

Fala sobre gente e personalidades do Brasil e do mundo.

### **Ensaio**

Espaço reservado ao estilo sutil do jornalista Roberto Pompeu de Toledo.

### **Contexto**

A partir de um fato da semana, apresenta outros semelhantes, correlatos ou a ele relacionados.

### **Guia**

Com dicas de consumo, investimento, conforto e cuidados; orienta o leitor a usar melhor seu dinheiro, alertando-o para as melhores opções e as armadilhas do mercado.

### **Veja Online**

Endereço na Internet, que permite ao leitor ter acesso a todo o conteúdo da revista (na íntegra) on line (<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>)

### **Cartas**

Espaço aberto para publicação de cartas dos leitores da revista.

### **Veja Essa**

Frases de impacto de personalidades e criativas charges.

### **Os livros mais vendidos**

### **Carta ao Leitor**

É o canal para que os leitores falem diretamente com o editor de *Veja*.

### **Ponto de Vista**

Coluna em que se revezam Stephen Kanitz, administrador; Luiz Felipe de Alencastro, historiador e Claudio de Moura Castro, economista.

### **Em Foco**

Coluna em que se revezam Gustavo Franco, economista da PUC-RJ e presidente do Banco Central e Sérgio Abranches, cientista político.

### **Veja Recomenda**

Seção semanal com o melhor da TV, discos, vídeos, livros. Os mais vendidos.

### **Diogo Mainardi**

Coluna semanal de Artes e Espetáculos.

Sobre o perfil editorial de *Veja*, retornando à observação desta sob o viés da AD, é possível observar que a revista parece se “equilibrar” em uma formação discursiva que aponta para a crítica e não-apoio à candidatura e posteriormente administração de Lula como presidente do Brasil e nem de seu partido (PT), dito de esquerda. Acredita-se

também que a sustentação dessa postura – bem como outras características que serão apontadas no capítulo de análise das reportagens – parecem ter impulsionado o referido acontecimento discursivo “queda de Palocci”. As reportagens que compõe o corpus, bem como outras que também foram anexadas à dissertação por serem relevantes para o tema, parecem apontar para essa mesma postura. Além disso, a revista possui um estilo bastante característico de fazer “jornalismo”. Principalmente na década de 90, um fenômeno comum era, de acordo com o jornalista Luis Nassif, uma “profunda antipatia” da chamada classe média midiática em relação ao governo Lula, fruto dos escândalos do “mensalão”, do deslumbramento inicial dos petistas que ascenderam ao poder, agravado por um forte preconceito de classe. Esse sentimento combinava com a catarse proporcionada pelo estilo neocon (ou neoconservadores).

Segundo o jornalista Nassif, acredita-se que são dois os fenômenos gerais que modificaram de maneira considerável a imprensa mundial, principalmente após a década de 90. A linguagem ofensiva, herança dos neocons americanos foi adotada por parte da imprensa brasileira como se fosse a última moda. Ainda de acordo com Nassif, durante todos os anos 90, *Veja* havia desenvolvido um estilo jornalístico “onde campeavam alusões a defeitos físicos, agressões e manipulação de declarações de fonte.” (<http://luis.nassif.googlepages.com/>). Quando o estilo neocon ganhou espaço nos EUA, não foi difícil à revista radicalizar seu próprio estilo.

Um segundo fenômeno desse período foi a identificação de uma profunda antipatia da chamada classe média midiática em relação ao governo Lula, fruto dos escândalos do “mensalão”, do deslumbramento inicial dos petistas que ascenderam ao poder, agravado por um forte preconceito de classe. Esse sentimento combinava com a catarse proporcionada pelo estilo “neocon”. Outros colonistas utilizaram com talento – como Arnaldo Jabor -, nenhum com a fúria grosseira com que *Veja* enveredou pelos novos caminhos jornalísticos (Disponível em: <<http://luis.nassif.googlepages.com/>> Acesso em 07 de julh. de 2009)

Outro fenômeno recorrente, segundo o jornalista, ainda nos anos 90, foi o da terceirização das denúncias e o uso de notas como ferramenta para disputas empresariais e jurídicas. “A marketinização da notícia, a falta de estrutura e de talento para a reportagem tornaram muitos jornalistas meros receptadores de dossiês preparados por lobistas” (Disponível em: <<http://luis.nassif.googlepages.com/>> Acesso em 07 de julh. de 2009). Foram mobilizadas categorias analíticas da AD, como interdiscurso e heterogeneidades enunciativas, que sustentam a maneira como a mídia vem atuando. Esta última categoria diz respeito a um conjunto de vozes do sujeito, formações discursivas que se inscrevem no nível da constituição do discurso, trabalhando com a (re)significação do sujeito sobre o que já foi dito, também denominado de “já dito”. É como se por trás de certa linearidade fosse possível notar que “outras vozes falassem”, o que é bastante comum em *Veja*, haja vista que este periódico possui um estilo muito próprio e uma de suas posturas é inserir no interior de reportagens ditas imparciais, informações adicionais que trazem juízos de valor, o que pode acabar influenciando os leitores, como já foi apontado.

## **CAPÍTULO II**

### **NOTAS SOBRE ESPETACULARIZAÇÃO DA MÍDIA E DA POLÍTICA NO BRASIL**

No caso específico do ex-ministro da fazenda Antonio Palocci é possível apontar a existência de espetacularização da mídia, e por que não dizer até da própria História. Ao serem apontadas as principais características de atuação da mídia *Veja* durante o período já citado pode-se observar, entre diversos outros pontos, o uso de técnicas que

aproximam o discurso político de um objeto de consumo, linguagem “teatral”, elementos que caracterizam uma narração, fotomontagens, jogos de cores e lentes, entre outros, demonstrando a presença de espetacularização. Essas e outras marcas também contribuem para a formação de uma história que se faz por si mesma, sem a influência de ideologias.

Para demonstrar a ocorrência do fenômeno de espetacularização mobilizamos a obra “Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo”. Organizada por Maria do Rosário Gregolin, a obra, que contém artigos de Jean Jacques Courtine, Simone Bonnafous, Sírio Possenti, entre outros traz de maneira sucinta, diversos conceitos que permitem à AD analisar a mídia, sendo, portanto, relevante para este trabalho. Desta forma, os parágrafos apresentados a seguir trazem breves comentários sobre a obra citada, pontuando, principalmente, o que diz respeito à mídia impressa, bem como fenômenos que melhor se encaixam aos textos que compõem o corpus desta pesquisa.

Com base no capítulo de apresentação do livro, organizado por Maria do Rosário Gregolin, já dizia Michel Pêcheux (no início da década de 80), que os meios de comunicação passaram a construir discursivamente uma espetacularização dos acontecimentos (neste momento a autora retoma um enunciado já dito nesta dissertação, que eram os gritos das torcidas francesas *on a gagné*, ou nós ganhamos, em português). Um grito, no caso mostrado, um enunciado “forte” que acaba marcando uma determinada situação ou fato (ou acontecimento discursivo mais precisamente) é suscitado com mais facilidade do que o próprio fato. Uma comparação que pode ser inserida neste momento e que aproximará o leitor e o corpus deste trabalho é feita com a terminologia criada pela mídia para abordar o caso do ex-ministro Palocci (principal personagem analisado e que está citado em todos os textos que compõem o corpus).

Alguns exemplos desses termos são: “palocccigate”, “mensalão”, “queda de Palocci”, “o caseiro” “braço direito”, “voz de Lula”, entre outros, que, se citados isoladamente, parecem marcar mais do que o próprio fato político.

Os exemplos dados, bem como o enunciado dito na França em um momento de vitória de um time – e que foi transferido para a política – parecem ser determinações ou maneiras de atuar da mídia no Brasil e no mundo de modo geral, seguindo sua determinada formação discursiva, que tornam o discurso político mais homogêneo e, portanto, um produto de consumo acessível a todos. Essas “estratégias”, de acordo com a obra, também facilitam a produção de acontecimentos discursivos e, conseqüentemente, a construção de uma “história do tempo presente” (GREGOLIN, 2003, apresentação). Além disso, acredita-se que a mídia transforme o acontecimento em espetáculo, atribuindo-lhe o estatuto de histórico.

Em seu artigo, Courtine aponta que essas mudanças da mídia tiveram início a partir dos anos 70 com a crítica às chamadas “línguas de madeira”<sup>8</sup>, perdendo seu lugar para fala dialógica, feita por meio de jogos de linguagem. Nesse momento a fala pública passa por uma profunda transformação enunciativa, tornando-a uma fala mais breve e interativa.

A dissolução da massa política é contemporânea às tecnologias de comunicação de massa. Elas não são, evidentemente, seu único fator, mas têm acelerado consideravelmente seu processo. Surgiu então um novo modelo de orador, um outro estilo de linguagem política, um uso diferente do corpo e do gesto, (GREGOLIN, 2003, p.26).

Com base na obra, junto a essas mudanças, a distância entre o orador e o espectador, leitor, parece ter ficado menor. Esse olhar muito próximo pode até examinar o rosto do político. “As pequenas falhas da comunicação – dos tiques do rosto ao mais

---

<sup>8</sup> De acordo com Michel Pêcheux, a língua de madeira é uma língua fechada, como a utilizada no Direito, e que não permite muitas mudanças; a fala pública é comparada a um monólogo.

delicado dos lapsos – são ali registradas e aumentadas detalhadamente” (GREGOLIN, 2003, p.29). Isso que acaba de ser citado pode ser exemplificado, por exemplo, pelo fato de Palocci possuir “ceceio”, ou mais popularmente chamado de “língua presa”, característica que, apesar de em nenhum momento de sua atuação como político isso ter atrapalhado seu trabalho, sempre foi enfatizado pela mídia, tentando, assim, desmerecê-lo, diminuí-lo perante os que falam de maneira considerada “normal”. O mesmo acontece com o presidente Lula, sempre inserido em atos derrisórios e que tentam a todo momento desmerecê-lo, desqualificá-lo e até marcá-lo na mídia nacional e internacional por suas (des) virtudes. É como se realmente toda a população – incluindo até a própria mídia, principalmente a televisão - estivesse muito próxima do político, olhando-o sempre de perto. Tal característica também pode ser definida como derrisão, definida sob a perspectiva argumentativa de Simone Bonnafous, como a “associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria” (BONNAFOUS, Simone. *Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen*. Trad. de Maria do Rosário Gregolin e Fábio César Montanheiro. In: GREGOLIN. M. R. (org.) *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p.35).

Ainda na mesma obra, Pedro Navarro Barbosa em seu artigo “O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da História do tempo presente” também afirma que o jornalismo exerce função significativa na escrita da história de uma nação. Ele verificou isso após analisar as imagens que circularam durante as comemorações dos 500 anos do Brasil; em jornais e revistas, diferentes perspectivas de tempo e espaço e de significações puderam se observadas durante esse período descrito. Muitas representações foram mobilizadas, re-significando o passado e restaurando novos sentidos. A mídia não somente é capaz de transformar o presente em acontecimento

jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. E isso também poderá ser visto nesta pesquisa, especificamente no capítulo de análise das reportagens de *Veja*.

Dando continuidade ao caminho traçado pela teoria que sustenta este trabalho, primeiramente, é importante ressaltar que Michel Foucault, um dos nomes que marcaram a área, não teve como objetivo primeiro construir uma teoria do discurso, já que suas temáticas sempre foram mais amplas e envolveram as relações entre os saberes e os poderes na História da sociedade ocidental.

Como já foi dito, a sua chamada Arqueologia do Saber, basicamente, propõe estudar as práticas discursivas, ou o conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço. Busca ainda trazer respostas à problemática sobre como pensar e produzir história. O autor vale-se de um conceito que trata a história como algo “serial”, que se constitui por meio de um conjunto de relações que acabam emergindo diversos acontecimentos. Ressalta-se que o historiador, ao realizar seu trabalho, faz uma escolha, organizando, eliminando alguns documentos e conservando outros. Essa seleção, que aponta a história como extremamente subjetiva, reflete a cultura de uma época, de uma sociedade específica. Segundo Foucault, ao interpretar a forma como a sociedade se representa, a memória torna-se importante como estatuto social.

O trabalho do referido autor é perpassar por diversas disciplinas e saberes das Ciências Humanas, onde o homem é objeto e sujeito. Interessam-lhe os saberes que tratam da vida da linguagem e do trabalho, e nesse entremeio persegue a maneira como a História aparece.

Como objeto de interpretação, a História nunca é “história-pura”, mas “história-para”, o que significa afirmar que ela é uma narrativa cuja natureza é provisória e contingente, susceptível, portanto, de revisões e de reinterpretações (GREGOLIN, Maria do Rosário. 2004. *Michel Foucault na*

*tramas da história*. In Fernandes, C. A e Santos, J. B. C. Análise do Discurso: unidade e dispersão. Uberlândia. Entre Meios, 2004, p.42).

A temática fundamental do movimento arqueológico de Foucault é buscar esse (homem) sujeito livre e racional, com representação da história. Seu objeto de análise foi constituído de saberes no campo das Ciências Humanas. Para chegar a isso, Foucault tenta mostrar a relação de dependência e de hierarquia entre a noção de arquivo (conjunto de práticas discursivas que de certa forma representam aquela determinada sociedade) e a de enunciado. Este último, para ele, é uma função que cruza um domínio de estrutura e de unidades possíveis, e faz com que apareçam outras, com conteúdos concretos no tempo e no espaço. É dotado de uma materialidade repetível.

Foucault procura descrever a operação que foi efetuada em sua emergência – (“não o que ocorreu antes), em termos de intenção, ou o que ocorreu depois, em termos de eficácia, mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente neste enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas” (FOUCAULT, 1986, p.94).

O exercício da função enunciativa, suas condições, regras de controle, o campo em que ela se realiza estão no centro das reflexões de Foucault. Para ele, entre o enunciado e o que ele enunciar não há apenas uma relação gramatical, lógica ou semântica; há também uma relação que envolve a própria materialidade do enunciado. O sujeito do enunciado não pode ser reduzido aos elementos gramaticais, pois ele é historicamente determinado. Ressalta-se ainda não haver um enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo.

Discurso, segundo Foucault, é um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem em uma mesma formação discursiva.

(...) ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade (FOUCAULT, 1986, p.135-136).

## II. 1. Lucratividade dos meios de comunicação

Vale ressaltar que os diversos produtos da mídia, como os jornais impressos, revistas, internet, etc., podem ser apontados não só como produtos de cultura ou entretenimento, mas têm se tornado, acima de tudo, vistos como algo próximo de objetos de consumo.

A sociedade de consumo tem por base a premissa de satisfazer os desejos humanos de uma forma que nenhuma sociedade do passado pôde realizar ou sonhar. A promessa de satisfação, no entanto, só permanecerá sedutora enquanto o desejo continuar irrealizado, (BAUMAN, ZYGMUNT. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, p.106).

Desta forma, não há diferença quando se fala na Revista *Veja*. A mais vendida no Brasil é, ao mesmo tempo, a mais sensacionalista, de acordo com Hernandez; seus leitores parecem fiéis, da mesma maneira que a qualquer outro produto para consumo, correspondendo às consequências da sociedade, atual, chamada de líquida (instável, fluída), pelo sociólogo Bauman, anteriormente citado.

Em “Análise de Textos de Comunicação”, Dominique Maingueneau propõe-se a mostrar “estratégias” e analisar textos especificamente ditos de comunicação. De acordo com Maingueneau, essas reflexões (que vão além da interpretação de enunciados) sobre a linguagem baseiam-se em um contexto cada vez mais amplo, já que em todo ato de

enunciação aquele que interpreta determinado enunciado reconstrói seu sentido a partir de marcas que esse enunciado traz.

Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável, (MAINGUENEAU, 2001, p.20).

Certos enunciados, como o “NÃO FUME” tão comum em repartições públicas (e após a instauração de uma nova lei no Brasil em 2009, qualquer outro tipo de local público) simbolizam interdição. Portanto, não se trata de um enunciado exclusivamente verbal, pois possui valor pragmático, pretendendo, assim, instituir certa relação com seu destinatário.

O contexto não é necessariamente o ambiente físico, de acordo com Maingueneau, o momento e o lugar de enunciação. Em muitos exemplos, o leitor só poderá identificar do que está se falando na frase, observando o contexto linguístico, ou contexto.

De acordo com as leis do discurso, é necessário que o leitor suponha que o jornalista ou responsável pelo que foi escrito respeita certas regras, como a de que o que está sendo dito seja “sério”, já que foi escrito com a intenção de comunicar; sabe-se, no entanto, que nem sempre isso ocorre, daí tantas críticas que a mídia recebe.

As leis do discurso não são normas de uma conversação ideal, mas regras que desempenham um papel crucial no processo de compreensão dos enunciados. Pelo simples fato de serem supostamente conhecidas pelos interlocutores, elas permitem a transmissão de conteúdos implícitos, (MAINGUENEAU, 2001, p.32).

Ressalta-se que a comunicação verbal possui três dimensões: a existência de normas, o reconhecimento mútuo dos participantes e a inclusão da fala em múltiplos

gêneros de discurso, que definem a situação de enunciação. Já as principais leis da comunicação são:

- lei da pertinência e sinceridade;
- lei da informatividade;
- lei da exaustividade;
- lei da modalidade.

Como a comunicação verbal é também uma relação social é preciso apontar a necessidade de acuidade com as palavras, recursos. O discurso publicitário, por exemplo, deve fazer uso desse recurso, já que sua enunciação, segundo Maingueneau, é, por natureza, ameaçada. Ressalta-se que esse gênero visa o lucro, “pedindo” dinheiro ao leitor-consumidor. Já o discurso jornalístico, que faz referência ao corpus deste trabalho, é de certo modo “antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que o comprou”, respondendo a demandas, explícitas ou não, dos leitores.

Para facilitar a compreensão das categorias que Maingueneau traz na obra em questão, será apresentado a seguir um trecho retirado do corpus desta pesquisa. Nesse excerto mobilizaremos as principais categorias que o livro “Análise de Textos de Comunicação” traz.



Imagem (1): Revista *Veja*, 24/08/2005

“A economia deu um soluço na sexta-feira passada com as ondas de choque que atingiram Palocci. Mesmo assim não houve pânico. Uma reportagem desta edição mostra que a economia se assenta sobre o tripé da abertura para o exterior, das conquistas institucionais e da enorme liquidez internacional. A combinação desses três fatores é capaz de fazê-la resistir a uma eventual troca de comando no ministério brilhantemente conduzido até agora por Palocci. Exagero? Talvez. Mas é bom lembrar que a estabilidade econômica no Brasil resistiu até mesmo à troca de partidos e de presidentes em 2003.” (VEJA, 24 de agosto de 2005)

Modalização – jornalista, responsável pela reportagem, mesmo de maneira implícita, acaba comentando sua opinião, ao dizer “talvez”; trata-se de um exemplo de modalidade apreciativa. Tal exemplo também parece remeter a transgressão de uma lei do discurso.

Cenografia – início do trecho, por trazer informações objetivas faz com que o texto se aproxime de um texto jornalístico.

Nome do produto – marca o ethos.

Gênero de discurso – período marcado em negrito parece respeitar o contrato imposto.

Cena de enunciação – permite articular todas as dimensões do trecho exposto anteriormente.

## **II. 2 Palocci (e o PT) antes da “queda”**

Com base em textos midiáticos, especialmente a revista *Veja*, no período anterior à atuação e queda de Palocci, o Partido dos Trabalhadores já era chamado como aquele que “assombrava o Planalto”.

Alvejado pela acusação de comprar deputados com mesada de 30 000 reais, o PT vê desmoronar seu discurso ético e enfrenta uma crise que, no seu desdobramento mais dramático, pode afundar o governo junto, (VEJA, 15 de junho de 2005).

Nesse momento, já estavam circulando na mídia as denúncias do deputado Roberto Jefferson, taxado como o homem-bomba do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o que acabou por tornar ainda mais grave a crise política dos últimos anos. Jefferson declarou em uma entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava mesada de cerca de 30.000 reais aos deputados do PP e do PL. Tal denúncia desestruturou, na época, as pesquisas de opinião no Brasil, em que o PT sempre aparecia em primeiro lugar como o partido mais "idôneo" e mais "confiável". Até os dias atuais as denúncias de Roberto Jefferson ainda são passíveis de apuração, mas já prejudicava naquele momento o PT e o presidente Lula, quando era comum ouvir a seguinte frase: "Mas, Lula sabia?" Nesse momento, o presidente até dizia ter perdido o ânimo de tentar a reeleição. Ressalta-se que tanto as denúncias quanto as reações por parte dos políticos do PT envolvidos foram excessivamente expostas na mídia brasileira. As versões dessas falas também eram inúmeras.

A seguir um trecho da revista *Veja* que complementa qual era o cenário político brasileiro nesse momento:

De todas as negativas e explicações, a mais impressionante veio do tesoureiro Delúbio Soares. Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa, o tesoureiro, diligentemente escoltado pelo presidente do PT, José Genoíno, apareceu diante de uma centena de jornalistas para explicar-se. Com lábios ressecados de nervosismo, vacilante e inseguro, Delúbio disse que estava sendo "caluniado e massacrado", mas não acusou Roberto Jefferson de ser um mentiroso. Não prometeu levá-lo às barras dos tribunais, não exigiu retratação e, na passagem mais lamentável, recusou-se a fazer uma acareação com seu detratador. Pior: disse que Jefferson, cujo nome não citou, fazia "chantagem". É uma declaração enigmática, já que chantagem pressupõe que o chantageado tenha culpa no cartório, pois do contrário não é chantagem, é blefe inócuo. Mas, antes que respostas esclarecedoras surgissem, Genoíno levantou-se e encerrou a entrevista com linguajar de galpão: "Agora chega, vamos embora". O tesoureiro deixou a sede do PT sendo, como sempre, escoltado por batedores de motocicleta. Um luxo de autoridade, (VEJA, 15 de junho de 2005).

Nesse momento, com base na revista, o presidente Lula queria uma resposta mais firme e irritou-se com a decisão do PT de manter Delúbio Soares no cargo de tesoureiro. Criticou outros ministros petistas, como Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, e Humberto Costa, da Saúde, reclamando que nunca lhe apresentam soluções, apenas problemas. “Poupou apenas o ministro Antonio Palocci, da Fazenda, que está se tornando cada vez mais o interlocutor mais assíduo e mais confiável de Lula”, (VEJA, 15 de junho de 2005).

### **II. 3 Por que Palocci?**

A escolha pelo acontecimento discursivo queda de Antônio Palocci para ser objeto de pesquisa deste trabalho não foi aleatória. Segundo especialistas, moderação e experiência foram alguns dos elementos que conferiram a esse personagem, o título de Ministro da Fazenda durante a primeira gestão do governo Lula. Manteve durante muito mais tempo do que outros ministros, postura de honestidade. Esse e outros motivos podem ser apontados para justificar o porquê dessa escolha.

Foi eleito deputado Federal pela primeira vez, em 1998, pelo estado de São Paulo, com 125.462 votos. Palocci também foi prefeito de Ribeirão Preto, cidade do interior de São Paulo, a qual governou durante os anos de 1993 a 1996, ou seja, sempre foi uma figura visada pela mídia. Era considerado uma figura em ascensão e voz ultramoderada do PT (Partido dos Trabalhadores). No entanto, depois de confirmadas denúncias feitas sobre seu envolvimento em esquemas de corrupção durante o governo Lula no início de 2006, sua credibilidade “derrapou e caiu no olho do furacão”, como aponta *Veja* em uma das reportagens selecionadas para esta dissertação.

Palocci, que foi militante na década de 80 da organização trotskista Convergência Socialista e de outras correntes radicais de esquerda, parece ter negado suas ideologias quando esteve no poder. Sua postura fez com que em 27 de março de 2006 já estivesse fora do Ministério da Economia, substituído pelo então presidente do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), Guido Mantega. Em 2005, Palocci se viu envolvido no escândalo do “mensalão” (como já foi dito, espécies de mesadas que eram pagas a políticos da oposição para, assim, obter-se votos para o PT). Com base nas pesquisas feitas junto à revista, Palocci foi acusado de receber, entre 2001 e 2004, R\$ 50 mil mensais de propina, para alimentar os cofres do partido. As acusações foram feitas em meados de agosto de 2005 por seu ex-secretário na primeira gestão como prefeito em Ribeirão Preto, Rogério Buratti.

De acordo com o caso, o dinheiro foi pago pela empresa especializada em prestar serviços de construção e limpeza pública ‘Leão&Leão’, que era favorecida em licitações da prefeitura durante a administração de Palocci. O ex-ministro, também envolvido em outros escândalos, negou ter recebido dinheiro de empreiteiras e criticou a divulgação das informações pela mídia e pelo Ministério Público.

A quebra de sigilo telefônico de seu ex-secretário Buratti, feita pela CPI dos Bingos em 2005, confirmou que ele fez diversas ligações para Palocci em 2004, quando este já era ministro. Palocci nega ter conversado com Buratti. No entanto, o motivo que culminou na saída do ex-ministro foi a quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo Santos Costa, caseiro de uma mansão alugada pela chamada “República de Ribeirão Preto” (em Brasília – DF) para servir de sede para reuniões de lobistas e encontros com prostitutas, de acordo com investigações da CPI dos Bingos. Conforme será explicitado em outro item desta dissertação, em uma das reportagens selecionadas para a pesquisa,

o caseiro declarou ter visto o então ministro frequentando a mansão em Brasília para reuniões de lobistas acusados de interferir em negócios de seu interesse no governo Lula.

O caso envolveu diversos níveis hierárquicos do Ministério da Fazenda. A Polícia Federal afirmou que o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, teria recebido ordem - sem amparo judicial - do gabinete do ministro para verificar se havia algo suspeito na conta do caseiro. Descobertos alguns depósitos em dinheiro acima da normalidade da conta, o assessor de comunicação do ministro Palocci, Marcelo Netto, liberou o extrato do caseiro para diversos órgãos de comunicação, com o intuito de desmoralizá-lo. Posteriormente, um órgão subordinado ao ministro abriu um processo contra Francenildo por lavagem de dinheiro. Depois de descoberto que os depósitos eram legais, a **imprensa** virou-se contra o governo, devido ao crime de quebra de sigilo cometido pelo próprio Estado. Após uma semana de acusações da oposição e a **pressão dos meios de comunicação** e da opinião pública, Lula alegou quebra de confiança e pediu o afastamento do seu mais importante ministro, último homem de sua estrita confiança que ainda permanecia no governo.

#### **II. 4 O ex-ministro antes de ser novamente ministro**



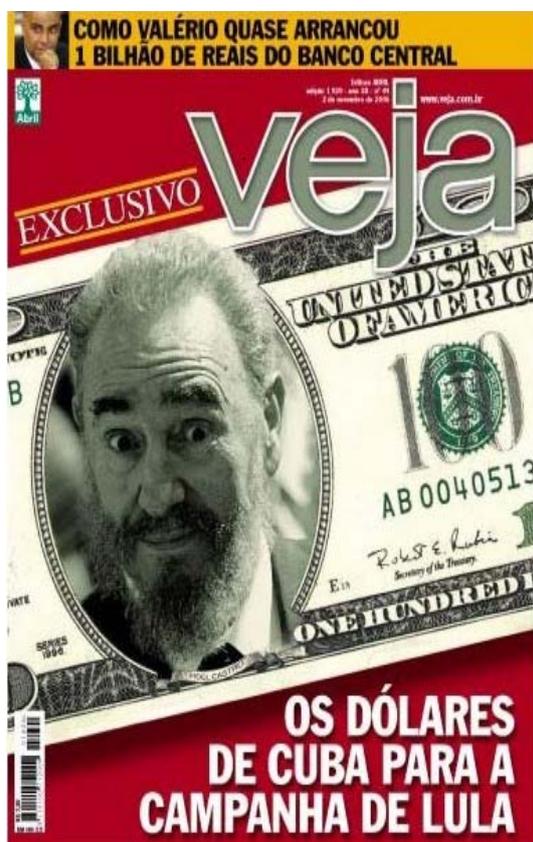
Imagem (2) retirada do site do deputado federal (Disponível em: <<http://www.palocci.com.br>>. Acesso em 12 fev. de 2009)

Atualmente o médico sanitarista Antônio Palocci Filho, 50 anos, é deputado Federal pelo estado de São Paulo, cargo que ocupa pela segunda vez, e vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Ademais, é um dos ministros indicados pela presidente da República, Dilma Rousseff, para ministrar a Casa Civil. O político ainda é no Brasil referência quando o tema é economia.

De acordo com a Agência Estado (agência de notícias no Brasil), Palocci já está livre para concorrer à presidência da República em 2010. Com base na reportagem, o deputado e ex-ministro da Fazenda livrou-se, no Supremo Tribunal Federal (STF), da suspeita de que teria ordenado a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Acredita-se que, por tabela, também se livrem da acusação o ex-presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso e o ex-assessor de Imprensa de Palocci no Ministério da Fazenda, o jornalista Marcelo Netto, suspeitos de envolvimento na quebra do sigilo. Em contrapartida, o “ex-caseiro” Francenildo, de acordo com reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em junho de 2009, afirma ter dificuldade para conseguir um emprego fixo, já que as pessoas se recordam do fato e recusam contratá-lo (vide anexos).

## II. 5 Queda de Antônio Palocci

A seguir foi enumerada sinteticamente a cronologia de fatos que, segundo a Revista *Veja* em algumas edições do início do ano de 2007, levaram Palocci a sua saída do ministério da Fazenda.



**Dólares de Cuba** - O suposto repasse de dólares cubanos para a campanha eleitoral do presidente Lula, em 2002, foi denunciado pela revista. O advogado Rogério Buratti, ex-secretário da administração municipal de Palocci, e Vladimir Poletto, ex-funcionário da prefeitura, afirmaram ter ouvido de outro ex-colaborador de Palocci, já falecido (Ralf Barquette), que Cuba remeteu uma alta soma em dólares para o PT. Poletto, que era assessor de Ralf Barquette, disse que nunca viu o dinheiro, mas que viajou de avião, no ano das eleições, levando três caixas com uísque de Brasília até Campinas (SP). As caixas conteriam US\$ 1,4 milhão. Os três, juntos com outros assessores de Palocci em Ribeirão Preto, foram apelidados de integrantes da "República de Ribeirão", em Brasília (DF), (VEJA, 02/11/2005).

Imagem (3): Revista *Veja* (02/11/2005)



**Casa do Lobby** - O motorista Francisco dos Santos Costa, que prestou serviços para assessores da prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão de Palocci, afirmou em depoimento na CPI dos Bingos no dia 8 de março de 2007, que Palocci esteve na casa de Vladimir Poletto em Brasília. A afirmação contradisse o depoimento do ministro na CPI, que afirmou nunca ter estado na casa. (VEJA, 22/03/2006)

Imagem (4): Revista *Veja* (22/03/2006)



**Caseiro na CPI** - O caseiro Francenildo dos Santos Costa, "Nildo", confirmou em depoimento à CPI dos Bingos, no dia 16 de março, que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fez várias visitas à mansão alugada por ex-assessores da prefeitura de Ribeirão Preto, no Lago Sul de Brasília. "Eu confirmo até morrer", disse ele ao ser questionado pela senadora Heloísa Helena (Psol-AL). Em depoimento à CPI dos Bingos, Palocci negou que tenha ido à casa. Francenildo também afirmou que Palocci era amigo de Vladimir Poletto, Rogério Buratti e Ralf Barquette, já falecido, frequentadores assíduos da casa. Segundo ele, Poletto era o responsável pelo pagamento das despesas da casa, inclusive seu salário, que era recebido em dinheiro. (VEJA, 22/03/2006)

Imagem (5): Revista *Veja* (22/03/2006)



Imagem (6): Revista *Veja* (05/04/2006)

**Quebra do Sigilo do caseiro** - O blog da revista 'Época' revelou, no dia 18 de março de 2007, que o caseiro Francenildo dos Santos Costa recebeu um total de R\$ 38.860 em depósitos em sua conta corrente. Nildo afirmou que o dinheiro era oriundo de um depósito feito pelo empresário Eurípedes Soares da Silva, proprietário de uma empresa de transporte urbano em Teresina, no Piauí, que ele afirma ser seu pai. (VEJA, 05/04/2006)



Imagem (7): Revista *Veja* (12/04/2006)

**Depoimento de Mattoso** - O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso, admitiu que entregou pessoalmente ao ex-ministro da Fazenda Palocci a impressão ilegal do extrato bancário do caseiro Francenildo Costa Santos. Mattoso foi indiciado por violação de sigilo funcional. (VEJA, 12/04/2006)



Imagem (8): Revista *Veja* (29/04/2006)

**Pedido de afastamento** - Palocci divulga uma nota anunciando seu afastamento. A nota dizia que Palocci encaminharia ao presidente Lula uma carta explicando suas razões. O presidente Luiz Inácio aceitou logo em seguida a demissão do ministro da Fazenda e definiu o presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Guido Mantega, como seu substituto. Palocci pede demissão; Mantega assume. (VEJA, 29/04/2006)

### CAPÍTULO III

#### O ARQUIVO DA PESQUISA

Por esta pesquisa ter sido toda estruturada com base em um *corpus* de base arquivística, composto por textos jornalísticos verbais e multimodais impressos, acreditou-se ser importante discorrer sobre a noção de arquivo. Ademais, também serão apresentadas algumas imagens, que compõe os discursos não verbais deste trabalho, vistos sob o viés da mídia.

Uma das linguagens mais presentes no nosso cotidiano pós-moderno, a imagem torna-se hoje não só algo atrativo, mas também fundamental para a manutenção das diversas mídias. Seja nas mídias televisiva, impressa ou a Internet, as imagens são utilizadas para dar referencial aos assuntos abordados, entre outras importâncias. Ao ver do Jornalismo, a imagem passou a “atrair” mais o leitor e, junto à ampliação da publicidade – este muito ligado a lucratividade do veículo de comunicação – tornou-se essencial e indissociável.

No que diz respeito à memória de uma coletividade e à memória discursiva, conceitos, fundados na Linguística, mais especificamente na AD, a imagem funciona como uma espécie de “estampa” dos discursos. Os vários discursos que circulam hoje na sociedade estão intimamente ligados a diversas formações imaginárias e discursivas, sendo que estas chegam a permitir a passagem de situações empíricas, transformando-as, como já foi dito, nos chamados acontecimentos discursivos que, segundo Pêcheux (1990): “o acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser,

reorganizando o espaço da memória que ele convoca.” Ou seja, acaba permitindo a emergência de novos enunciados.

As imagens, na verdade, conseguem pôr em circulação os diferentes discursos, suscitando frequentemente “novos” acontecimentos discursivos. Nesse ponto, a imagem torna-se uma poderosa ferramenta tanto para a área de Jornalismo, quanto para a cristalização do esquecimento de determinada memória discursiva<sup>9</sup>. Aponta-se essa relevância para ambas devido ao fato de que a reincidência de fato, ou um acontecimento discursivo, permite novas discussões a respeito de um mesmo assunto ou tema, propiciando novos enunciados. Para exemplificar o que foi dito, serão utilizadas imagens retiradas do corpus desta pesquisa. Acredita-se que a mídia auxilie na (re) construção dos acontecimentos discursivos como, por exemplo, a “Queda do Ministro Palocci”. A mídia, junto ao recurso da imagem, acaba se inscrevendo em um denominado tipo de discurso (panfletário), que circula não apenas em piadas, charges, mas também nas fotomontagens, caricaturas políticas e até reportagens. A “criação” de um acontecimento discursivo, amparado por fotomontagens, entre outros recursos, mantém aquele determinado assunto na mídia, contribuindo, inclusive, por aumentar a vendagem dos meios de comunicação. Da mesma forma, a manutenção de um acontecimento discursivo permite que este permaneça na memória da sociedade, suscitando discussões, novos rumos e até soluções para o determinado fato, funcionando realmente como um operador da memória social. Por isso dizer que a imagem passa a

---

<sup>9</sup> Basicamente, de acordo com Jean Jacques Courtine em seu artigo ‘*El concepto de formación discursiva*,’ publicado originalmente no livro “Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção de formação discursiva”, organizado por Roberto Leiser Baronas, a pesquisa de base arquivística é composta de corpus de arquivos, materiais preexistentes, como aqueles vistos por um historiador, ou ainda de corpus que conduzem à produção de sequências discursivas de falantes de uma situação experimental definida; os corpus de arquivos se constituem em sua maioria a partir da seleção de uma palavra chave cujos contextos de frase se determinam sistematicamente em um campo discursivo restringido e visto sob o viés da AD.

refletir com fidelidade os fatos e acontecimentos que ilustram o cotidiano do homem para a sociedade. A seguir alguns exemplos de imagens retiradas deste corpus:



Imagem (8): (*Veja*, 30/11/05)

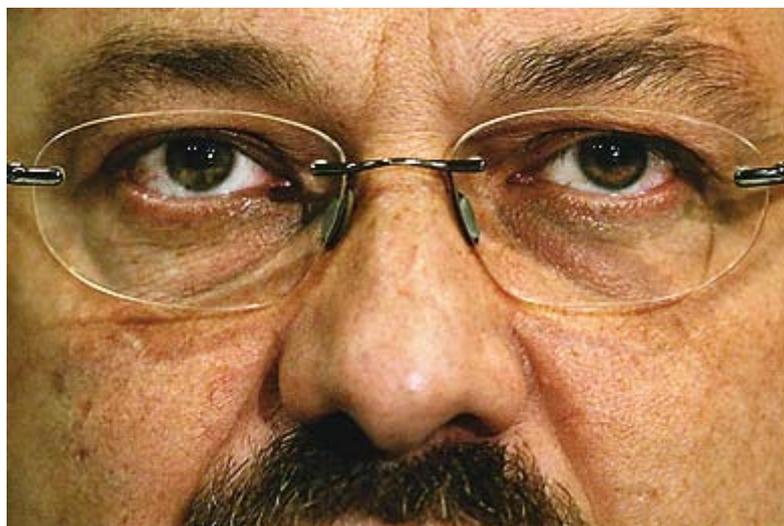


Imagem (9): (*Veja*, 30/11/05)

## Fotomontagens

os preços de...  
no preço; Que, não houve qualquer acordo; Que, mesmo assim, já na execução do serviço, sempre havia uma contribuição financeira mensal em que a empresa dava ao prefeito, girando em torno de R\$50.000,00 mensais, que eram dados ao prefeito; Que, na época do Jábali não sei se ocorreu pagamento; Que, na época do prefeito Palocci esse dinheiro era entregue ao Secretário da Fazenda, Ralf Barquete, e pela amizade que eu tinha com o Ralf sei que ele repassava o dinheiro ao diretório nacional ...

Imagem (10): (Veja, 30/11/05)



Imagem (11): (Veja, 30/11/05)



Imagem (12): (*Veja*, 30/11/05)

Praticamente todas as imagens já expostas foram combinadas a algum texto, podendo ser considerado este gênero uma fotomontagem ou trata-se de documentos importantes e que foram transformados em imagens, para que o leitor compreenda melhor o assunto, mesmo sendo isto uma certa indução a uma posição por parte do jornal.

A imagem 1 é a capa da edição da revista *Veja* de 24 de agosto de 2005. Nesse momento, o então ministro da fazenda de Lula, Palocci, começa a ser acusado de denúncias que também o envolvia em corrupção, vale ressaltar que até a data citada praticamente todos os ministros do presidente estavam envolvidos em esquemas corruptos e até então, Palocci era visto como o “braço direito de Lula”, aquele que estava longe das denúncias. A imagem, portanto, “colaborou” para a manutenção do acontecimento discursivo “Queda de Palocci” e, conseqüentemente, para a memória discursiva. Além disso, a permanência do assunto na mídia, principalmente, se relacionado a corrupção, é interessante para os meios de comunicação e a opinião pública.

A imagem 2 nada mais é do que um recorte de uma foto que mostrava Palocci em um momento de tensão, já que foi retirada da edição da revista de 31 de agosto de 2005, que também traz reportagens que relacionam Palocci a esquemas de corrupção. Fazendo uma superficial análise da imagem, é possível apontar que o momento a que se refere é de insegurança e apreensão. A foto foca os olhos do ex-ministro como se buscasse uma resposta se ele realmente estava envolvido em corrupção ou não.

Já as imagens 3, 4 e 5 podem ser chamadas de fotomontagens, já que trazem uma imagem junto a informações – texto – relacionados ao assunto. Esse recurso pode ser apontado como sensacionalista, já que parece levar o leitor a pensar da maneira que está sendo sugerida, como: Palocci é vulnerável, ele agendava encontros com os “mafiosos do lixo”, como está exemplificado. A imagem 3 é um trecho de um documento que envolvia o ex ministro a um fato que resultou em corrupção, quando ele ainda era prefeito da cidade de Ribeirão Preto – SP. Parece também se tratar de um artifício que induz quem está lendo a relacionar o então ministro da Fazenda a um crime civil que possa ter sido cometido quando ele ainda era prefeito – e nem pensava em um dia integrar o ministério.

### **III. 1 Imagem e História**

Acredita-se que o estudo da imagem tenha surgido com a Semiologia, como ciência geral dos signos, que estuda todos os fenômenos de significação. Ao longo do tempo foram muitas as mudanças sofridas por esse aporte. Antes, as imagens pareciam ter um papel mais individualista, já que atingiam a pessoas e não a coletividade como um todo. Ao passar os anos, com a formação de lugares de memória, como museus,

monumentos, marcos históricos, entre outros, estes passaram a ter um significado mais amplo e coletivo.

Segundo o historiador Le Goff, o monumento tem como características, o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas – é um legado à memória coletiva – e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. Hoje, por remeterem ao coletivo, fazendo com que toda a sociedade recorde-se de um fato, a memória trazida pela imagem passa a agir como algo que auxilie a reafirmar a identidade nacional.

Junto ao auxílio também das imagens, a mídia tornou-se hoje uma produtora de identidades, já que por se tratar de uma ciência ampla, que engloba não só a veiculação de informações, mas também culturas, entretenimento, etc., pode ser enquadrada na categoria de sistema de produção cultural. Como prática produtora de cultura, esta tem o poder de organizar, de reorganizar e de confrontar diversos discursos, bem como de servir de suporte para que os chamados “discursos fundadores” sejam constantemente comentados, ressignificados e/ou deslocados.

Acredita-se ainda que a mídia auxilie, portanto, na (re) construção de acontecimentos discursivos como, por exemplo, a “Queda do Ministro Palocci”. Com a imagem, a mídia acaba se inscrevendo em um denominado tipo de discurso (panfletário), que circula não apenas em piadas, charges, mas também nas fotomontagens, caricaturas políticas e até reportagens, como já foi apontado.

Acredita-se que as imagens sejam constituídas por dois planos: um que chamar-se à aqui de superficial, em que observa-se, analisa-se o que realmente está aparecendo, quais as pessoas e em que ambiente estão, as cores, etc. Já o que convencionar-se à por profundo é aquele que expõe o superficial, sem deixar de lado o contexto, o momento

histórico, bem como as características do que veículo que está divulgando aquela determinada imagem.

De acordo com Barthes (1990), a estrutura da fotografia não é algo isolado e identifica-se, pelo menos, com uma outra estrutura, que é o texto (título, legenda ou artigo) que acompanha a foto jornalística. A totalidade da informação, segundo Barthes, se dá pelo apoio dessas duas estruturas (uma da imagem e a outra linguística).

(...) o texto é uma mensagem parasita, destinada a conotar imagem, isto é, “insuflar-lhe” um ou vários significados segundos (...) a imagem já não ilustra a palavra; é a palavra que, estruturalmente, é parasita da imagem (...) é a palavra que vem sublimar, patetizar ou racionalizar a imagem, (BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso: ensaios sobre fotografia, cinema, teatro e música*. RJ: Nova Fronteira, 1990, p.21).

Ressalta-se ainda que a conotação fotográfica é uma atividade institucional e sua função é integrar o homem, dando-lhe segurança. Por ser um código, é arbitrário e racional e é um recurso de que o homem dispõe para provar sua liberdade, definindo historicamente a sociedade em que vive.

### **III. 2 Propostas de análise**

Este item irá detalhar e explorar mais enfatizadamente as leituras de edições da Revista *Veja*, bem como trará algumas análises de reportagens que compõem o corpus desta pesquisa.

Como já foi apontado, Luis Nassif, jornalista brasileiro, afirma que *Veja* possui um estilo bastante característico e diferenciado. Bem como outras mídias influenciadas por uma corrente na década de 90, *Veja* apresenta uma linguagem, muitas vezes, intimidadora e ofensiva. Segundo o crítico, tal característica pode ser resultado da

influência de uma corrente instaurada na década de 90 e que recebeu o nome de neocon ou neoconservadores. Esse grupo viveu intenso momento de influência dos governos dos americanos Ronald Reagan e George W. Bush, que também deixou marcas no modo de “fazer jornalismo”. Trata-se de um realinhamento da política estadunidense e a conversão de alguns integrantes da esquerda para a direita no espectro político. Outro fenômeno recorrente foi o da terceirização das denúncias e o uso de notas como ferramenta para atestar disputas empresariais e jurídicas. *Veja* sempre demonstrou seguir essa linha.

Ao ser classificada como “seguidora” do neocon, *Veja* passou, durante a década de 90, a utilizar os seguintes recursos: fotomontagens, cores contrastantes, marketinização da notícia, linguagem ofensiva e até matérias ficcionais, entre outras. Tais características podem ser observadas com mais clareza após a apresentação das análises das reportagens.

A primeira reportagem que compõe o corpus sincrético desta pesquisa foi nomeada *Blindagem até quando?*, e possui data de publicação de 15 de junho de 2005.



Imagem (13): *Veja*, 15/06/05

Trata-se de uma reportagem pequena, de pouco destaque para a referida edição da revista e que não recebeu chamada na capa; porém, em seu índice a chamada da referida matéria foi a seguinte: “Até quando a economia resiste à crise”. O texto em questão está inserido em um conjunto de reportagens da mesma edição, e que tem como “tema” a corrupção, já que, naquela mesma semana, Roberto Jeferson (Deputado pelo PTB, na época) havia feito acusações contra o PT, delatando o “mensalão”. Basicamente, era esse o contexto do país naquele momento.

Visualmente, trata-se de uma reportagem que atrai a atenção dos leitores, já que seu título é intrigante e parece questionar o conhecimento de quem o lê (*Blindagem até quando?*), o que segue a “tendência” demonstrada por *Veja*. A revista é a mais lida do

país e isso não é à toa. O mesmo vale para a chamada existente no índice da edição. A manchete pode até ser considerada ameaçadora (“Blindagem até quando?”), já que questiona a atuação de Palocci no governo, o único ministro que, naquele momento, ainda estava fora dos esquemas de corrupção denunciados. O título foi escrito de modo a despertar a atenção do leitor. Talvez não só para a leitura do texto, mas também para observar os fatos que vinham acontecendo na política nacional, e que demonstravam a fragilidade do partido do governo.

Foi utilizado ainda um subtítulo bastante subjetivo, opinativo, indo contra as normas do Jornalismo, em que o profissional responsável pela matéria utiliza o advérbio “felizmente”, apontando como positivo o fato de o impacto das denúncias na economia ser moderado, e contrapõe essa afirmação à de que o mercado, ao mesmo tempo, já especulava se a “calmaria” (como é utilizado na reportagem) iria durar por muito tempo. Tal recurso pode remeter a real opinião ou a que quer ser demonstrada naquele momento pela editoria da revista. Ademais, utilizar advérbios e adjetivos é criticado pelos manuais de redação, pois tais recursos apontam um “caminho”, uma opinião para o leitor, levando-o a concordar com a ideia demonstrada pelo meio de comunicação. A omissão do termo não modificaria o sentido do subtítulo e, muito menos, da reportagem como um todo. A oração adversativa, encontrada no segundo período do subtítulo, contrasta com a primeira informação e remete à dúvida de que se a economia e, conjuntamente, o ministro responsável por esse setor, irão conseguir se manter estáveis durante a crise política.

No *lead* da matéria, e que pode ser considerado interessante e chamativo, o jornalista parece elogiar a política econômica brasileira, chamando-a de sólida e dizendo que ela é um contraponto às deficiências gerenciais e políticas do governo Lula, e éticas

do partido. São feitas críticas à atuação do presidente e ao próprio PT, enquanto Palocci aparece como um político “experiente, habilidoso e (que) tem credibilidade” e, acima de tudo, honesto.

Há muita conversa e pouca ação? É verdade, mas o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se esforça para assegurar o ajuste fiscal e a eficiência do gasto governamental. É tão sólida a blindagem da política econômica que nem os escândalos da CPI dos Correios e do mensalão abalaram seriamente os indicadores financeiros do país (VEJA. *Blindagem até quando?*, 15 de junho de 2005).

Com base no recorte anterior, por exemplo, nota-se que o texto é escrito, basicamente, em terceira pessoa, recurso que criou um *efeito de* (subjetividade X objetividade), com base no Jornalismo. Porém, já é possível observar questionamentos, afirmações e até comparações de fatos, que podem levar o leitor a exercitar seu raciocínio daquela maneira. Aparentemente, neste caso, isso é feito de maneira sutil, o que nem sempre acontece.

Para comprovar que a fase que enfrentava a economia naquele momento abordado pela revista era realmente positiva, o jornalista traz somente opiniões positivas ditas por especialistas, como fontes de consultoria econômica, além de números animadores divulgados pela Bovespa, o que acaba inscrevendo-o em uma determinada formação discursiva, como já foi dito no decorrer desta dissertação. Apesar do conteúdo todo da reportagem trazer informações favoráveis ao político, ainda são apontadas algumas das preocupações dos investidores com relação à economia brasileira: receio de que as CPIs pudessem interromper a agenda legislativa durante o ano e ainda o fato de o presidente Lula ter escolhido Palocci para compartilhar o comando do governo durante a crise (o que atesta grande proximidade entre o dirigente do país e seu ministro).

Outro detalhe que também despertou a atenção no texto *Blindagem até quando* foi uma possível mudança de estratégia pelo ex-ministro, de acordo com o que foi divulgado pela revista. Antes, nenhum gasto extra era autorizado, o que é modificado após o início da crise, com base em informações divulgadas pela revista. A dúvida era se a posição e atuação de Palocci no governo poderiam ser consideradas inverídicas, fator que se tornou ainda mais preocupante após a menção feita por Roberto Jefferson - delator do “mensalão” - que citava, mesmo que perifericamente, o nome do ex-ministro durante a CPI.

A reportagem apresenta uma espécie de quadro na parte inferior da página, onde constam informações relacionadas à economia brasileira e fatos da crise. O uso de tal recurso é interessante já que, além de trazer dados numéricos, retoma diversos fatos da história da política brasileira, como os escândalos que envolveram figuras políticas como Pedro Collor, Fernando Henrique Cardoso, Waldomiro Diniz, entre outros. Com esses fatos históricos traz-se à tona um conjunto de saberes discursivos que rememoram no imaginário dos leitores uma história negativa da política brasileira. É feita uma comparação entre valores econômicos, como o Risco Brasil e taxas da Ibovespa, de maneira aparentemente objetiva. Após comparar tais números, a revista ameniza a crise vivida pelo governo Lula, dizendo que “o estrago causado pelo escândalo do “mensalão” não foi dos piores”. *Veja* parece agir como diz a velha expressão “morde e assopra”, já que em alguns momentos critica e, em seguida, traz pontos positivos ou desfere elogios ao governo ou a algum de seus ministérios.

Em 1998, quando foi divulgado que os telefones do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram grampeados durante a privatização das companhias telefônicas, o risco subiu 4,7%, estacionando em perigosos 1043 pontos. Desta vez a crise encontrou a economia numa fase virtuosa. O país tem

bom nível de reserva, o dólar estava em queda livre quando a crise veio e a expectativa de inflação continua declinante (VEJA, 15 junho 2005).

Como demonstra o excerto anterior, a reportagem também traz algumas afirmações, argumentos que dificilmente serão negados pelos leitores, já que a própria sintaxe das palavras evidencia a ligação semântica dos “recortes discursivos”. Pode-se chamá-los de pré-construídos<sup>10</sup>. Tal mecanismo é enfatizado ainda pelas fotos da matéria, em que Palocci, por exemplo, aparece bastante sério e imponente, com os braços na frente do corpo, dando a ideia de uma barreira, de uma blindagem, como aponta o título da reportagem. E, ao lado, a seguinte legenda: “Antonio Palocci: homem forte do governo, o ministro Palocci tem os ouvidos do presidente nessa crise”. Ademais, a expressão de seu rosto, junto à roupa que está usando, um terno discreto, transmite a impressão de seriedade e confiabilidade. Outras fotografias ainda são utilizadas, como a de figuras políticas como Pedro Collor, Luiz Carlos Mendonça de Barros - que teve suas conversas gravadas por um grampo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) - e Waldomiro Diniz), ou seja, políticos que “enfrentaram problemas”, mas que não conseguiram manter estável a economia, como vinha conseguindo Palocci naquele momento. Todos eles estiveram envolvidos em escândalos ligados à política, porém, a repercussão que causaram foi maior do que a gerada pela crise do governo Lula. As fotografias, pequenas, foram inseridas junto a um quadro na parte inferior da reportagem, e que contrastam com a “do homem forte do governo”, Palocci, que ocupa boa parte da página.

É possível apontar que *Veja* está inserida em uma semântica global, categoria de Maingueneau (2005), e que afirma que elementos coercitivos se organizam originando

---

<sup>10</sup> Elaborada por Henry (1975), e posteriormente retomada por Pêcheux, a noção de pré-construído é uma espécie de marca, no enunciado, de um discurso anterior, portanto, ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação; “já dito”.

os discursos. Trata-se de um conjunto de regras que rege todas as dimensões do discurso e que funciona como uma rede de restrições. O autor propõe que tanto a produção quanto a circulação dos discursos de uma determinada conjuntura estão organizadas de acordo com sistemas de restrições semânticas próprios de cada posicionamento discursivo. Entende-se por posicionamento, nesse contexto, um lugar de produção discursiva específica que engloba tanto as operações das quais deriva certa identidade enunciativa quanto a própria identidade.

Portanto, nas reportagens e edições de *Veja* analisadas torna-se mais clara a existência de uma semântica global. Trata-se de discursos sincréticos que demonstram seguir certas regras, posturas, normas (os termos podem ser muitos), e que desse modo regem essa semântica global própria de *Veja*; do mesmo modo, esse mecanismo “autoriza” a *Veja* o que pode ser dito, seguindo suas filiações, características e, claro, sua formação discursiva.

Outra categoria de Gênese dos Discursos de Maingueneau, e que pode ser apontada nesta reportagem retirada do corpus desta pesquisa, é o primado do interdiscurso. Tal categoria, assim como outras, permite demonstrar e atestar o funcionamento dos discursos, neste caso, de *Veja*.

O interdiscurso é, basicamente, “um espaço de trocas entre vários discursos convenientes escolhidos” (MAINGUENEAU, 2005, p.21). Na referida reportagem nota-se a presença de discursos de orientação política de “direita” quanto de “esquerda”, a respeito, principalmente, de corrupção e do impacto desse tema na economia nacional.

Obviamente, como é de natureza da atividade, investidores especulam até quando essa calma vai durar. São vários os motivos de preocupação. Em primeiro lugar, não se sabe quais figuras petistas serão atingidas pelos desdobramentos das investigações. Quanto mais bem situadas na hierarquia do partido forem, e quanto mais próximas

estiverem do presidente Lula, menos resistente ficará a blindagem da política econômica (VEJA, 15 junho 2005).

Nessa reportagem, *Veja* traz também enunciados que remetem ao público leitor, e que este deve estar consciente do que está ocorrendo no país, e que a ciência do povo com relação a determinados temas, principalmente relacionados à política e a economia podem “salvar” a população brasileira. Isso atesta o interdiscurso, considerando-o um simulacro, uma espécie de cópia do que seria desejado.

Desse modo, a mesma reportagem é, ao mesmo tempo, representação de uma prática discursiva, já que considera uma instituição, como chama Maingueneau (2005), e isso lhe oferece também certas restrições semânticas a serem seguidas, por “responder” a uma formação discursiva e ideológica. Segundo Maingueneau, “é impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio; ou pensar em uma renovação da disciplina que seria assegurada apenas pela modificação dos seus conceitos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 127). O fato de tratar-se de um discurso político (mesmo embasado pelo midiático), atestado por depoimentos de integrantes da política atual, também o insere em uma prática discursiva.

O conceito de cenografia para Maingueneau também permite legitimar os discursos de *Veja* aqui analisados. Por si só a escolha da cenografia não é aleatória. Ao criar um determinado discurso a partir de sua cenografia, busca-se, com isso, gerar convencimento. E é isso que não só a revista *Veja*, mas também outros meios de comunicação fazem para atestar seus discursos, buscando convencer os leitores. A cenografia é, portanto, uma espécie de ambiente onde são mobilizados diversos discursos, que pertencem a vários gêneros. Para que a cenografia desempenhe seu papel

ela não deve ser algo pronto e sim algo que se desenvolva, instituindo seu próprio dispositivo de fala, que é o que ocorre com o corpus desta pesquisa.

Segundo Maingueneau (2008, p. 115), a cena englobante é a que corresponde a um tipo de discurso, a seu estatuto pragmático. Neste caso, citam-se os discursos políticos e midiáticos para fazer referência à revista. A cena englobante deve ser facilmente identificada, como por exemplo, o gênero panfleto, que, ao ser entregue na rua, deve ser facilmente identificado pelo leitor.

No caso específico de *Veja*, a cena englobante pode ser exemplificada por um jornalista, editor, repórter. Este, que age como enunciador, “fala” para o seu público leitor (enunciatários), que pode ser representado por pessoas que assinem, leiam ou que pelo menos tenham interesse nos conteúdos veiculados por *Veja*, neste caso, os relacionados ao tema política.

Desse modo, a chamada reportagem jornalística constitui uma cena genérica. A união dessas duas cenas – englobante e genérica – permite definir em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o “espaço do tipo e do gênero de discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p.116). A cronografia, traduzida como o momento de erupção do discurso, é, portanto, o contexto político do período de junho de 2005 a abril de 2006, marcado principalmente pelo mensalão, CPIs e escândalos envolvendo políticos de alto escalão do governo do Brasil (topografia).

Análise primeira (da estrutura) da reportagem:

**Tipo de letra:** “times new roman” (credibilidade); título feito com letras grandes (atrair a atenção), visualmente até “pesado”, como se fizesse um alerta ao leitor. No entanto, em alguns momentos (como no quadro citado), as letras são diferenciadas. A diagramação da reportagem é muito bem feita e atrativa ao leitor.

**Lide:** apesar de nele não constar as principais informações sobre o texto (quem, como, quando, onde e por que), remete ao assunto que será tratado de maneira chamativa e interessante. Acima de tudo lança frases de “alerta” (“muita conversa e pouca ação?”), além de afirmações e questionamentos).

**Grau de expectativa:** não se trata de uma notícia inesperada e investigativa, apesar de trazer menções à crise e ao “mensalão”, além de comparar com outros momentos (e políticos) conturbados da política brasileira. Apesar de ser uma matéria secundária na referida edição, esta é bastante abrangente ao abordar a preocupação com a economia.

**Espaço utilizado:** duas páginas, o que, com base em outras matérias de destaque de *Veja*, é pequena e parece não ter grande “importância”. Não é anunciada na capa, mas há uma chamada no índice, junto a uma reportagem conjunta, porém de mais destaque e aborda o tema corrupção.

**Fotojornalismo:** imagem principal é Palocci com feição bastante séria, postura imponente, braços cruzados na frente do corpo, dando a ideia de uma barreira, de uma blindagem, como aponta o título da reportagem. Ao lado, a legenda: “Antonio Palocci: homem forte do governo, o ministro Palocci tem os ouvidos do presidente nessa crise”. Ou ainda “o homem forte do governo”. Sua expressão facial séria, junto a um terno discreto, transmite a impressão de seriedade, e por que não, profissionalismo. Outras

fotografias ainda são utilizadas, como a de figuras políticas como Pedro Collor, Luiz Carlos Mendonça de Barros e Waldomiro Diniz; são políticos que se envolveram em corrupção e que não conseguiram, de alguma maneira, manter estável a economia, como vinha conseguindo Palocci naquele momento retratado por *Veja*.

**Características de *Veja*:** títulos como pede o jornalismo – chamativos e intrigantes; uso de perguntas e questionamentos em títulos e manchetes, o que gera proximidade entre o veículo de comunicação e o leitor.

**Fotomontagem:** São utilizadas fotomontagens nesta reportagem, possivelmente com o objetivo de comparar a política econômica atual (desenvolvida por Palocci), com governos anteriores, colocados lado a lado na página dessa edição.

**Subjetividade:** Texto apresenta advérbios e adjetivação, o que vai contra as normas do Jornalismo e dos Manuais de Redação.

A segunda reportagem do corpus aqui analisada recebeu o nome de “O legado da estabilidade econômica”, publicada por *Veja* em 6 de julho de 2005 e não foi assinada por nenhum profissional da área. Tal prática é comum nas redações quando se trata de matérias publicitárias (exige-se, portanto, que isso venha especificado para o leitor).

EXAME

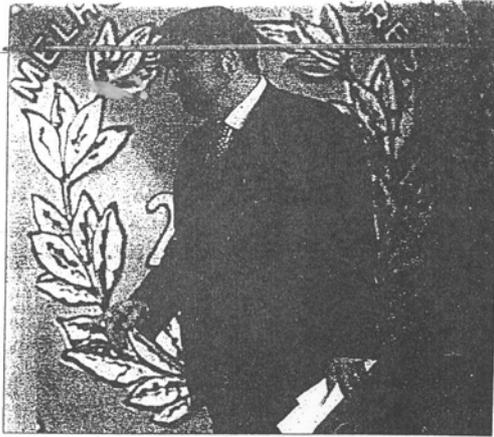
## O LEGADO DA ESTABILIDADE ECONÔMICA

As boas notícias da lista das 500 maiores empresas da revista *Exame*

Os dez anos de estabilidade econômica propiciaram uma grande evolução no capitalismo brasileiro. Em 1993, um ano antes do anúncio do Plano Real, a inflação galopante beirava os 2.500%. Em 2004, caiu para 7,6%. O Brasil também ganhou maior inserção no mercado internacional, e as empresas tiveram de se expor à competição. Os resultados dessa escalada estão bastante visíveis na edição de 2005 de *Melhores e Maiores* da revista *Exame*, que, assim como *VEJA*, é publicada pela Editora Abril. A publicação retrata não só o excelente desempenho das 500 maiores companhias do Brasil em 2004 (o melhor ano desde a implantação do real), como a lufada de ar fresco no ambiente de negócios desde que a sociedade brasileira elegeu a estabilidade macroeconômica como um de seus princípios basilares.

*Melhores e Maiores* registra que as vendas reais das 500 maiores empresas do país aumentaram 49% entre 1995 e 2004, somando, no ano passado, 487 bilhões de dólares. Quanto aos lucros, eles foram de 28 bilhões de dólares em 2004 — quase 500% mais do que em 1995. A Mineração Brasileira Reunidas (MBR) foi escolhida a melhor companhia do ano passado. Segunda maior produtora e exportadora de minério de ferro do Brasil, a empresa é controlada pela gigante Companhia Vale do Rio Doce, através da Caemi. No ano passado, a MBR lucrou 256 milhões de dólares e suas vendas aumentaram 15%. "A empresa fez investimentos, aumentou as vendas para a China e se tornou mais agressiva", diz Tito Martins, presidente da MBR.

Em 2004, o crescimento econômico se sustentou não só na explosão do agronegócio e das exportações, que atingiram um recorde de 96 bilhões de dólares,



Antonio Palocci: solidez

mas também na recuperação do mercado interno. No entanto, embora tenha sido fundamental, a melhora dos indicadores econômicos não é o único fator de solidez do mundo corporativo brasileiro. Ao longo dos anos, os empresários aprenderam a administrar adversidades, ajustaram financeiramente as companhias e se tornaram mais eficientes. O que não mudou na última década foi o apelo inútil do setor empresarial à redução da carga tributária. Da riqueza produzida pelas 500 maiores empresas, 49,4% foram destinados ao pagamento de impostos, o maior percentual desde o início da série histórica, em 1997. Presente à cerimônia de entrega dos prêmios de *Melhores e Maiores*, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mostrou-se sensível ao antigo pleito do meio empresarial. "Há poucos dias atendemos a

importantes demandas do setor produtivo, aperfeiçoando procedimentos tributários, criando incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica, e antecipamos o compromisso de zerar a alíquota de IPI incidente sobre bens de capital", afirmou Palocci.

O presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, elogiou a determinação do governo de manter a rota da estabilidade macroeconômica. Ressaltou também o amadurecimento dos mercados, que, apesar de preocupados, praticamente não se abalaram diante de graves turbulências no cenário político nacional (veja reportagem na pág. 74). Lembrando os dois ideogramas chineses que com-

põem a palavra crise — o de perigo e o de oportunidade —, Civita afirmou que as crises profundas frequentemente oferecem chances. "Se todos nos empenharmos nisso para valer, não há por que não aproveitar o momento para também eliminar os principais gargalos e obstáculos ao nosso desenvolvimento econômico", disse o presidente do Grupo Abril.

**A RIQUEZA DA PREVISIBILIDADE**  
Na década do Real, o lucro das maiores empresas brasileiras foi multiplicado por 6. Em 2004, atingiu 487 bilhões de dólares



82 6 de julho, 2005 veja

Reportagem número 2 - 06/07/05

Imagem (14): *Veja*, 06/07/05

Assim como a primeira, esta reportagem também está embasada em um discurso positivo com relação à economia brasileira e ao então ministro da Fazenda, Palocci. Foram inseridos depoimentos de especialistas, como um empresário bem sucedido e pesquisas feitas por uma renomada revista de economia. Ao fazer comparações de taxas de inflação do Plano Real com as atuais, muito satisfatórias, e que proporcionam uma melhor inserção do país no mercado internacional, implicitamente, elogios são dirigidos a Palocci e ao trabalho que desenvolvia no ministério da economia na época. Ao

pressupor esse panorama, de forma indireta, a atuação do ministro é fortalecida, criando como imagem verdadeira a sua estabilidade econômica, mesmo em meio às denúncias contra o governo Lula e o PT. Pode-se dizer até que sua imagem estava vinculada a um “herói”, aquele que poderia salvar o partido do abismo que estava a sua frente.

Um ponto a ser ressaltado na segunda reportagem e que contribui para realçar a parcialidade presente nas informações e no discurso é o fato de todos os dados contidos na matéria terem sido obtidos da revista *Exame*. O periódico em questão pertence, assim como *Veja*, à editora Abril, o que significa, que, dificilmente, as informações (obtidas após uma pesquisa feita pela *Exame*) seriam contrastadas ou recusadas na matéria. Tal fato é importante ressaltar, mesmo sabendo que ele não interferirá na análise do texto como um todo.

O subtítulo da reportagem consiste na frase (“As boas notícias da lista das 500 maiores empresas da revista *Exame*”), considerado, aparentemente, parcial, de acordo com as normas do Jornalismo, já que utiliza um adjetivo, fica claro que serão abordadas empresas renomadas e que obtiveram bons lucros e resultados, com base na referente pesquisa. Trata-se de um tema positivo e que, por mais que não faça sentido de acordo com a realidade da maioria dos brasileiros, é, para eles, animadora – e por que não dizer incentivadora – sem falar da expressividade positiva para o mercado internacional.

Os primeiros parágrafos do texto, basicamente informativos, trazem notícias sobre os anos de estabilidade econômica ocorridos no Brasil e quais as consequências trazidas, com isso, ao país. No parágrafo inicial o autor do texto parece convidar o leitor, chamando-o a conferir na revista *Exame* como sucedeu esse período no Brasil.

De acordo com a análise do texto, é possível notar que a editoria da revista, além de divulgar a publicação de outro periódico da Editora Abril, fortalece tanto a

economia, quanto à atuação de Palocci. E, mais uma vez, ao observar como se verificou na reportagem analisada anteriormente, é inserida a informação (neste caso ela foi dita pelo presidente do Grupo Abril) de que a crise política não havia prejudicado a estabilidade econômica.

O presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, elogiou a determinação do governo de manter a rota da estabilidade macroeconômica e falou até sobre a possibilidade de desenvolvimento devido à crise. Ressaltou também que o amadurecimento dos mercados, que, apesar de preocupados, praticamente não se abalaram diante de graves turbulências no cenário político nacional. Lembrando os dois ideogramas chineses que compõem a palavra crise – o de perigo e o de oportunidade -, Civita afirmou que as crises profundas freqüentemente oferecem chances, (VEJA. *O legado da estabilidade econômica*, 06 de julho de 2005).

As declarações e os dados utilizados são extremamente positivos, e não foram mencionados por nenhuma das fontes consultadas para a produção desse texto, que não possui essência de reportagem, e sim de artigo ou até informe publicitário.

Não é novidade dizer que se trata de uma reportagem de conotação positiva com relação à economia e também a seu representante, o então ministro Palocci. O texto vem contrapor-se à notícia anterior da revista que aborda a referida figura política, porém de maneira neutra (se é que se pode apontar isso), já que apontava pontos positivos e negativos de uma crise política para a economia, mais precisamente para a blindagem da política brasileira daquele momento. Questiona-se aqui a existência de uma neutralidade, pois, além de ser de domínio da área o fato de que um discurso é sempre uma ação, uma prática de um sujeito. Maingueneau aponta o discurso como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (2005, p.15). Já Foucault diz que o discurso se apóia na mesma formação discursiva, constituído de um número limitado de enunciados para os

quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (MAINGUENEAU, 2005).

A seguir o *lead* (ou lide) da segunda reportagem deste corpus:

Os dez anos de estabilidade econômica propiciaram uma grande evolução no capitalismo brasileiro. Em 1993, um ano antes do anúncio do Plano Real, a inflação galopante beirava os 2.500%. Em 2004, caiu para 7,6%. O Brasil também ganhou maior inserção no mercado internacional, e as empresas tiveram de se expor à competição. Os resultados dessa escalada estão bastante visíveis na edição de 2005 de Melhores e Maiores da revista Exame, que, assim como VEJA, é publicada pela Editora Abril. A publicação retrata não só o excelente desempenho das 500 maiores companhias do Brasil em 2004 (o melhor ano desde a implantação do real), como a lufada de ar fresco no ambiente de negócios desde que a sociedade brasileira elegeu a estabilidade macroeconômica como um de seus princípios basilares (VEJA, 06 de julho de 2005).

O *lead* apontado, tipicamente informativo, traz dados da conjuntura política brasileira de uma década, aborda algumas características do Plano Real, a inflação “galopante”, e como o país era visto internacionalmente durante o citado panorama.

Na foto que ilustra a matéria, Palocci imponente, recebendo o prêmio e a legenda que o aproxima de uma “solidez macroeconômica”. A outra imagem é pequena e ilustra a capa da Revista Melhores e Maiores, também da Editora Abril. Trata-se também de uma imagem positiva do ex-ministro, antes da quebra ilegal do sigilo do caseiro, como será visto posteriormente neste capítulo de análise.

Representação de uma prática discursiva, enquanto instituição, de acordo com Maingueneau (2005), a reportagem se sujeita a certas restrições semânticas, já que por estar inserida em uma revista da Editora Abril (e o prêmio abordado também foi oferecido pela mesma editora) não seria utilizada conotação negativa.

O texto em questão traz marcas do interdiscurso, já que ao longo da leitura vão aparecendo elementos que remetem a outros discursos, como quando o autor da reportagem relaciona dados atuais com os anos anteriores ao Plano Real. “Em 1993, um

ano antes do anúncio do Plano Real, a inflação galopante beirava os 2.500%. Em 2004, caiu para 7,6%” (VEJA, 06/07/2005). Com isso, a categoria de memória discursiva também é explorada no texto.

A matéria ganha mais credibilidade ao trazer, por exemplo, a citação do presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, conferindo, desse modo, um discurso de autoridade. Ele abordou, em sua fala, pontos como a estabilidade macroeconômica, o amadurecimento dos mercados, entre outros. A opinião exposta na reportagem, inclusive em um momento em que o entrevistado aponta sua postura com relação à visão brasileira ao mercado externo, expõe uma formação discursiva e ideológica.

Segundo Maingueneau, a leitura e interpretação de um texto necessariamente aborda três cenas, que é a englobante, genérica e a cenografia. Com relação à cenografia, esta se instituiu pelo próprio discurso que, para esta reportagem, é basicamente o jornalístico, informativo se aproximando do discurso publicitário. Este legitima seu enunciado e vice-versa. “A escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir de sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima”, (MAINGUENEAU, p.113). A cenografia se responsabiliza pelo tom do texto, pelo *ethos* do enunciador, que produz um efeito chamado de efeito de incorporação. É possível apontar que, com essa categorização, Maingueneau demonstra uma abordagem que supera o intradiscursivo por abranger também aspectos sócio-históricos e extensivos às condições de produção do discurso.

Já a cena englobante corresponde ao tipo de discurso a que o texto pertence, (que já foi apontado ser o jornalístico). Ao ler a reportagem aqui analisada, é importante que o leitor saiba caracterizá-la (este deve ser capaz de determinar em que cena englobante aquele texto está inserido).

**Tipo de letra:** “times new roman” (credibilidade); título feito com letras pequenas, o que atesta pouco destaque. Letras da capa da revista, que é utilizada como imagem, também informa a respeito do prêmio.

**Lide:** vai direto ao assunto. Aborda do que se trata o prêmio, da revista e do então ministro Palocci. Também se refere ao assunto que será tratado.

**Grau de expectativa:** não se trata de uma notícia inesperada e investigativa. Não aborda nenhum fato da crise e da descoberta de esquemas de corrupção, tema comum naquele momento. É bastante positiva, o que chama a atenção do país, principalmente com relação ao mercado externo internacional.

**Espaço utilizado:** somente uma página, o que, com base em outras matérias de destaque de *Veja*, não tem grande importância. Não é anunciada na capa, mas há uma chamada no índice.

**Fotojornalismo:** imagem principal é Palocci muito bem vestido e imponente, recebendo um prêmio. A legenda que a acompanha ao lado também é positiva. Sua expressão facial é alegre. A outra imagem é a capa da revista *Melhores e Maiores*, da Abril.

**Fotomontagem:** Não há.

**Subjetividade:** Título traz um adjetivo, porém este não influencia no conteúdo, já que por si só trata-se de um informe positivo.

A terceira reportagem, datada de 13 de julho de 2005, recebeu como manchete o título “A ilusão dos zeros”, ao referir-se a uma nova estratégia econômica, lançada pelo

deputado federal Delfim Netto (chamada de déficit zero), entre outras políticas públicas, que são, posteriormente, criticadas no texto:

Desconfie de qualquer política pública ligada à palavra zero. O Fome Zero, devaneio social de Lula, teve fim melancólico, uma antevisão do que ocorreria com o governo do PT como um todo, (VEJA. *A ilusão dos zeros*, 13 de julho de 2005).

13/07/05

**Economia e Negócios**

# A ILUSÃO DOS ZEROS

A idéia de zerar o déficit por lei é como o Fome Zero: uma expressão sonora e vazia

**Carina Nucci**

**D**esconfie de qualquer política pública ligada à palavra zero. O Fome Zero, devaneio social de Lula, teve fim melancólico, uma antevisão do que ocorreria com o governo do PT como um todo. Também deram errado as cômicas tentativas de importar o Tolerância Zero, programa de combate à violência que fez despencar as taxas de criminalidade em Nova York. Pelo mesmo caminho seguirá a tolice de zerar a produção de armas de fogo no Brasil.

"Tudo que tem zero sugere uma solução milagrosa. Isso é sempre perigoso. Os governos já tentaram salvar o Brasil umas 500 vezes com exorcismos mágicos. Não dá certo", diz o antropólogo Roberto DaMatta. Nas últimas semanas, tem circulado com alarde uma nova proposta com o sugestivo número no nome. É o "déficit nominal zero". Uma vez atingida essa meta, o Brasil entraria de vez no paraíso econômico, com juros baixos, forte crescimento, qualidade de vida, e tudo isso sem inflação. Pena que se trata de mais uma mágica.

À primeira vista, a sugestão parece ter apenas méritos. Ela visa a obrigar o governo a poupar o suficiente para pagar toda a conta de juros que deve a cada ano. Em 2005, por exemplo, União, estados e municípios precisam pagar 155 bilhões de reais de juros, mas vão economizar apenas 83 bilhões. O rombo será de 72 bilhões de reais. Se a meta já existisse, o governo teria de fazer o que estivesse a seu alcance para fechar esse buraco. Em vez de se comprometer a economizar 4,25% do PIB, o que faz atualmente, o governo cortaria gordura da máquina administrativa e faria a economia necessária — seja ela do tamanho que for — para zerar o déficit em três ou quatro anos. Por trás da idéia, está a crença de que, tão logo se obrigue o governo por lei a perseguir a meta de déficit nominal zero, o mercado financeiro teria certeza de que o corte de despesas

**O PROBLEMA DA DÍVIDA É GRAVE...**  
O governo começou a poupar dinheiro para equilibrar suas contas há sete anos. Apesar desse esforço, a dívida cresceu mais que a economia feita para pagá-la (em reais)

|                      | 1999       | 2002        | 2005*       |
|----------------------|------------|-------------|-------------|
| O governo economizou | 34 bilhões | 52 bilhões  | 83 bilhões  |
| Mas devia juros de   | 95 bilhões | 114 bilhões | 155 bilhões |
| O ROMBO FOI DE       | 61 bilhões | 62 bilhões  | 72 bilhões  |

\* Projeção

**O ministro Palocci e Delfim Netto, com empresários, para discutir a proposta de zerar o déficit e combater a inflação**

é real, e tudo conspiraria para que os juros baixassem.

A proposta, de autoria do deputado federal Delfim Netto, do PP, recebeu muita atenção por ter sido elogiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente teria dito que encamparia o projeto desde que o ex-ministro obtivesse apoio de empresários, políticos e formadores de opinião. Mesmo com o aceno presidencial, no entanto, a idéia não decolou. Fe-

Imagem (15): *Veja*, 13/07/05

Como em praticamente todas as reportagens analisadas, nesta também foram entrevistados especialistas sobre o assunto que está sendo tratado. Trata-se uma norma

do Jornalismo, chamada de ancoragem ou discurso referencial<sup>11</sup>. Neste caso foi entrevistado um antropólogo, um economista e o então ministro Palocci:

Como diz o economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, um pouco da inflação no Brasil tem o mesmo efeito que um gole de uísque para um alcoólatra. Começa com pouco. Não pára mais, (VEJA, 13 de julho de 2005).

O irônico subtítulo (“A ideia de zerar o déficit por lei é como o Fome Zero: uma expressão sonora e vazia”), parece levar o leitor a aderir a interpretação de *Veja*. Ou seja, a “comprar” a ideia do fracasso das políticas e estratégias do governo Lula. Vale ressaltar que o Fome Zero pode ser considerado um dos maiores projetos de Lula, portanto, neste momento é desferida uma crítica ao governo. O jornalista responsável pela matéria aponta outras políticas, chamando-as de “tolas”, como o Tolerância Zero, programa de combate à violência, e outro que previa zerar a produção de armas de fogo no Brasil. Para tornar o texto mais credível, a reportagem traz o discurso do antropólogo Roberto DaMatta, que também discorda das políticas dos zeros, pois dão a ideia de algo aparentemente milagroso, mas que na realidade na prática não é eficaz. Durante toda a reportagem, a nova política que poderia ser implantada, o déficit nominal zero, foi criticada. Isso é feito por meio de argumentos supostamente pertinentes, inserção de

---

<sup>11</sup> Trata-se do meio usado pelo Jornalismo para se legitimar, se valer de algumas estratégias para conseguir esse efeito do real. O procedimento da ancoragem busca um enraizamento no real, uma fixação. Para isso utiliza de várias técnicas. Roland Barthes descreve três funções integrativas que aparecem como uma espécie de luxo da narração, mas na realidade são os elementos que compõem a verossimilhança, um enraizamento no real: -Índices: são significantes que delineiam o caráter de uma personalidade, sua atmosfera, sua identidade, estado de espírito. Podemos encontrar isso, por exemplo, nas matérias jornalísticas com depoimentos de autoridades, vizinhos, familiares. Até mesmo uma fotografia pode delinear um certo estado de espírito; -Informantes: são significantes que servem para situar no espaço e no tempo. Vai explorar constantemente a determinação geográfica e a temporal. A atualidade, se confirmada, influenciará a prevalência temporal de um jogo entre o "dia anterior" e o "hoje"; -Catálise: é uma função cronológica pela qual se operam a distensão e a compressão temporal presentes no tempo da narrativa. Há uma inversão da ordem cronológica dos fatos, dependendo do interesse do público. Parte-se do evento em foco e depois desdobra-se nos fatos que o precederam, nas hipóteses explicativas e nos comentários dos envolvidos (ou até dos leitores). Portanto, explora-se a função cronológica em proveito de uma lógica de referencialidade.

números e dados sobre a economia brasileira, o que permite que a matéria “comprove”, que a estratégia política ali exposta realmente não funciona e que todos devem ser contrários a ela.

Nessa ocasião, Palocci é mais uma vez elogiado pela revista, pois, diferentemente de Lula, o então ministro não concordava (assim como *Veja*) com a implantação da política e afirmou que ela “não serve ao país”, apesar de considerar alguns de seus pontos positivos.

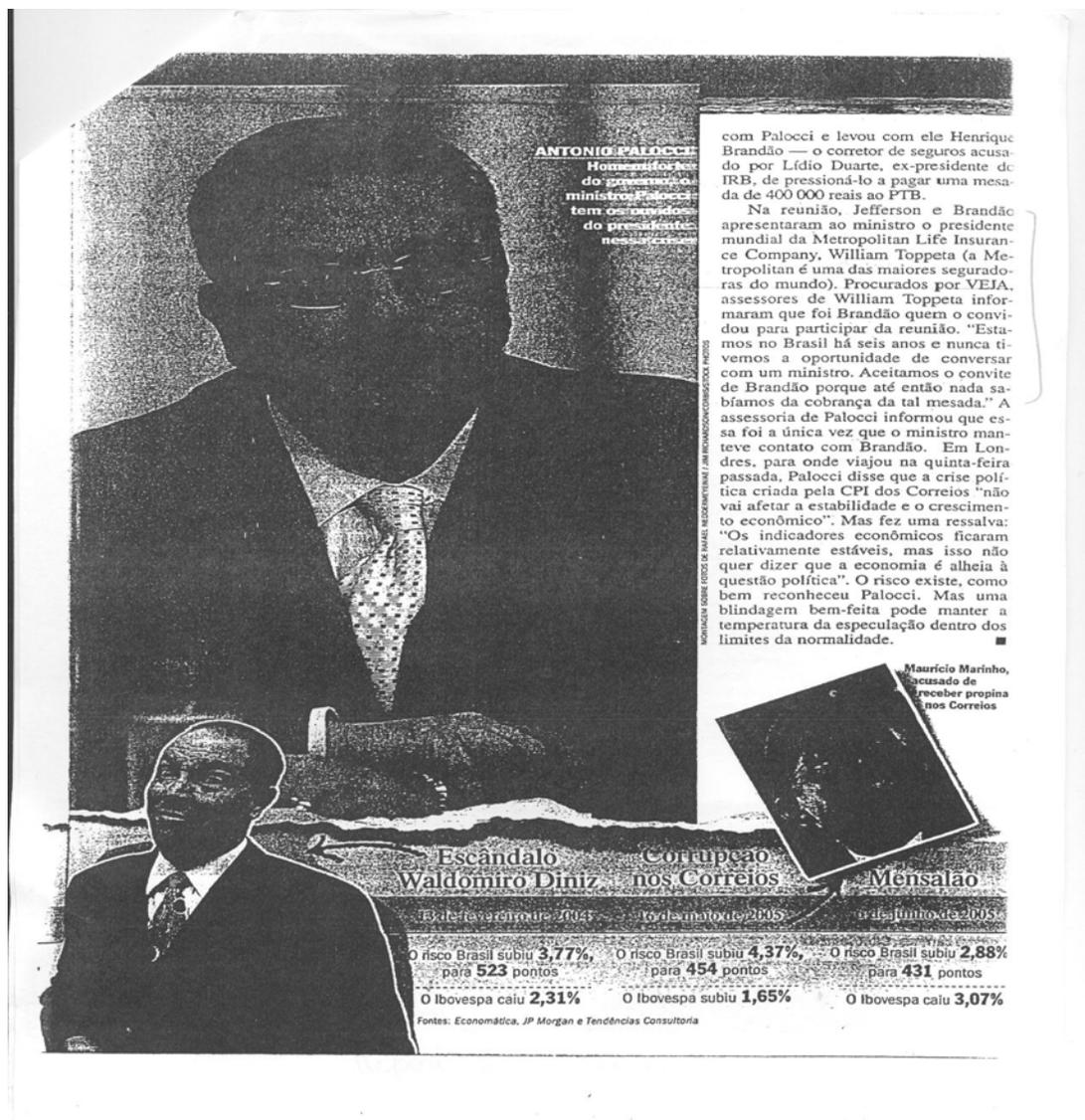


Imagem (16):Veja, 13/07/05

“Prefiro superávit maior à meta de déficit zero”, diz o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que discutiu a adoção da medida com empresários na semana passada. Palocci reconheceu que parte da proposta não serve ao país, mas acha que não se pode desprezar o que ela tem de melhor: o corte de gorduras na administração pública, (VEJA, 13 de julho de 2005).

No terceiro parágrafo do texto foi encontrado o uso discursivo de um advérbio, o que vai contra os Manuais de Redação do Jornalismo:

O presidente teria dito que encamparia o projeto desde que o ex-ministro obtivesse apoio de empresários, políticos e formadores de opinião. Mesmo com o aceno presidencial, no entanto, a idéia não decolou. Felizmente. Embora acerte ao focar no principal problema da economia brasileira – o gasto público em excesso -, a criação de uma meta formal de déficit zero não é, na opinião dos especialistas, mais eficaz que a atual estratégia do governo de elevar o superávit primário, (VEJA, 13 de julho de 2005). (grifo nosso)

O uso discursivo do advérbio (felizmente) parece contribuir para tornar a reportagem parcial e até tendenciosa, já que expõe a opinião da revista de maneira muito clara. O referido meio de comunicação parece expor aqui a formação discursiva (FD) de sua editoria.

(..) o termo formação discursiva permite, com efeito, designar todo o conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa: “o discurso comunista”, “o discurso de ‘Veja’”. (CHARAUDEAU, P., MAINGUENEAU, D. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: 2004, p. 243 e 244) (grifo nosso)

É importante ressaltar que, por tratar-se de uma matéria jornalística, de acordo com as normas da área, ela “deve” ser escrita sempre em terceira pessoa, e manter a posição do jornalista, por exemplo, distante da de seu público alvo, neste caso, os leitores. Mesmo não se tratando de uma forma de convencimento ou elucidação, a

palavra “felizmente” confere certo posicionamento ao texto, pois exprime qual a opinião (FD) adotada pela revista.

Para construir o efeito de verdade a revista se utiliza de dados fornecidos por duas instituições bancárias respeitadas no país: Banco do Brasil e Bradesco. Entretanto, os dados percentuais são fornecidos sem que se faça comparação com outros períodos da história econômica do Brasil.

O problema da dívida é

grave...

com economia de 4,25% do PIB/ano,

mas não há solução mágica para

resolvê-lo a dívida cairia para

30,6% do PIB em 2013

23,4% do PIB em 2015

Com déficit zero em 2009, a

dívida cairia para

35,5% do PIB em 2013

29,3% do PIB em 2015

\* Fontes: Bradesco e Banco Central

A matéria apresenta outro quadro, em que são informados dados, como quanto foi economizado pelo governo, de quanto era sua dívida e o rombo que possui, durante os anos de 1999 e 2005. No quadro, é reforçada a questão da dívida, e que este é um problema bastante grave a ser solucionado pelo governo. Além disso, a opinião da revista, que é contrária à proposta de zerar o déficit, é novamente exposta no recurso gráfico. Nele consta ainda a informação de que, economizando 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) ao ano, a dívida brasileira cairia para 30,6% do PIB em 2013 e 23,4% do PIB em 2015. Já com déficit zero em 2009, a dívida cairia para 33,5% do PIB em 2013 e 29,3% do PIB em 2015, enfatizando, mais uma vez, que a proposta é inviável. Tais dados conferem caráter de algo inverídico, o que contribui para tornar ainda mais negativa a imagem do governo. Porém, Palocci continua sendo um dos únicos políticos “imunes” à crise. O trecho seguinte, retirado do último parágrafo da reportagem parece indicar certa parcialidade do texto e a indicação a uma tendência por parte da revista. Vale informar que, de acordo com as normas do Jornalismo, todo texto jornalístico deve estruturar-se em forma de um triângulo invertido, de forma que as informações mais importantes e fundamentais para a compreensão e entendimento do conteúdo devem estar no início do texto.

O mérito da proposta do déficit zero fica mesmo por conta de ter trazido à tona a necessidade de, pela primeira vez na história brasileira, fazer com que o governo caiba dentro do PIB, na expressão brilhante criada por Delfim Netto. Por não conseguirem fechar suas contas no fim do ano, União, estados e municípios devem, juntos, quase um trilhão de reais. É tanto dinheiro que a dívida já representa metade do produto interno bruto. Ninguém se importa com isso. Quem paga somos nós. Quem gasta são eles. É hora de reverter essa perversidade, sem mágicas. Se não fosse uma condenação ao fracasso, o ideal seria exigir enganação zero por parte dos políticos e do governo, (VEJA, 13 de julho, 2005).

A crítica, feita ao governo e à corrupção verificada em diversos municípios brasileiros por políticos desonestos, aparece explicitamente na matéria, o que é fatalmente contrário ao que pregam os manuais de redação atuais. Isso demonstra que também este trecho expõe a formação discursiva a que provavelmente está filiada à editoria da revista. Ressalta-se que tal excerto pode comprovar, inclusive, que se trata de um periódico tendencioso, já que sugere uma opinião a ser seguida. Em contrapartida, sua postura não deve ser de todo criticada, haja vista que a mídia tem um importante compromisso com a sociedade e deve, portanto, alertar os cidadãos em determinadas situações. A crítica feita age como um apelo, o jornalista se posiciona junto à sociedade e demonstra ser seu porta-voz. Isso ocorre por se tratar de uma reportagem e não de um artigo, que geralmente é escrito em primeira pessoa, expondo a opinião do articulista, que se compromete e se propõe a arcar com toda a responsabilidade de seu texto.

As fotografias utilizadas parecem ir de acordo com o que o texto expõe. Em uma delas aparece o ex-ministro Palocci, o deputado federal Delfim Netto e empresários sentados em uma mesa, negociando a proposta do déficit zero. Na outra está o antropólogo, Roberto DaMatta, bastante sério, o que reforça positivamente sua opinião. Isso é ancorado com o acréscimo da seguinte legenda: “DaMatta: não acredito no zero”. No quadro inserido na matéria é utilizada a figura de um “porquinho”, simbolizando um cofre e a mão de uma pessoa, ao colocar uma moeda. A mão parece representar a sociedade brasileira, que contribui com a arrecadação que é feita no país, o que é confirmado no final do texto “quem paga somos nós”.



Imagem (17): Veja, 13/07/05

A cenografia, segundo Maingueneau, é aquela que legitima um enunciado, o que justifica a mesma reportagem. Formada por enunciados e coenunciadores, a cenografia se institui pelo próprio discurso, neste caso é o jornalístico e/ou o político (na cena englobante), neste caso. Esta se responsabiliza pelo tom do texto, pelo *ethos* do enunciator, gerando o efeito de incorporação. É possível apontar que, com essa categorização, Maingueneau demonstra uma abordagem que supera o intradiscursivo por abranger também aspectos sócio-históricos e extensivos às condições de produção do discurso.

Portanto, a cena englobante corresponde ao tipo de discurso a que o texto pertence, (que já foi apontado ser o jornalístico). Ao ler a reportagem aqui analisada, é importante que o leitor saiba caracterizá-la (este deve ser capaz de determinar em que cena englobante aquele texto está inserido), o que nem sempre fica claro para o leitor de *Veja*.

**Tipo de letra:** na maior parte da matéria “times new roman” (credibilidade); título feito com letras grandes e inserção de recursos gráficos, como quadros e figuras; o intuito é, não só atrair a atenção do leitor, mas também convencê-lo sobre a opinião exposta (de que as “políticas do zero” não funcionam);

**Lide:** faz um levantamento sobre as políticas públicas no país, quais (não) deram certo, antes de dar as principais informações que o texto abordará;

**Grau de expectativa:** não se trata de uma notícia inesperada;

**Espaço utilizado:** três páginas, o que, com base em outras matérias de *Veja*, já possui certa relevância. Não é anunciada na capa.

**Fotojornalismo:** imagem de políticos, como Palocci e Delfim Neto, sentados em uma mesa discutindo a economia nacional (proposta do déficit zero).

**Características de *Veja*:** títulos como pede o jornalismo – chamativos e intrigantes; uso de perguntas e questionamentos em títulos e manchetes, o que gera proximidade entre o veículo de comunicação e o leitor.

**Fotomontagem:** São utilizadas fotomontagens nesta reportagem, possivelmente com o objetivo de comparar a política econômica atual (desenvolvida por Palocci), com

políticos, colocados lado a lado na página dessa edição; ou ainda a imagem dos cofres, simbolizada pelo porquinho, dado até a ideia de algo pouco profissional, amador.

**Subjetividade:** Texto apresenta advérbios e adjetivação, o que vai contra as normas do Jornalismo e dos Manuais de Redação, tentando atender ao ideal de “distanciamento” buscado.



Imagem (18): *Veja*, 13/07/05

Legenda: Última página da referida reportagem, em que DaMatta dá sua opinião sobre o projeto citado.

No dia 3 de agosto de 2005 *Veja* publica “O presidente alarmista”, que, basicamente, critica a atuação do presidente Lula e seu governo. (Reportagens podem ser encontradas, na íntegra, no final desta dissertação – Anexos)



Imagem (19): *Veja*, 03/08/05

De modo geral, a reportagem aborda o presidente e seu discurso que objetiva abafar, de qualquer maneira, a crise política. Para isso, Lula afirma que a economia brasileira é muito vulnerável e que é necessária a aplicação de determinadas medidas para que o país não sofra um retrocesso. *Veja* apresenta dados e argumentos que contradizem o presidente, por meio dos discursos de economistas e presidentes de bancos renomados. No último período do seguinte trecho, o jornalista utiliza uma seguinte frase popular (“seria cômico se não fosse trágico”), o que torna a matéria ainda mais parcial e tendenciosa.

A economia brasileira é muito menos frágil do que tenta fazer crer o presidente em proveito próprio (...) O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também veio a público para combater o argumento da fragilidade econômica. Nas palavras de Meirelles, “os sólidos fundamentos da economia não permitirão que o país se desvie da rota de crescimento”. Enquanto Lula escolhe palavras negativas como “vulnerabilidade” e “retrocesso”, seus escudeiros na área econômica preferem “tranquilidade” e “solidez”. Seria curioso se não fosse trágico, (VEJA, 3 de agosto de 2005 - grifo nosso)

Segundo a reportagem, Lula quer abafar a crise e por isso diz que as investigações, por exemplo, podem prejudicar a economia, amedrontando a população. Repare no último período da citação, que está grifado. Ademais, por ser uma informação avaliativa colocada pelo jornalista, que condensa uma mensagem forte, induzindo a uma tomada de posição exemplar, o trecho é um exemplo de sobreasseveração, de Maingueneau. Em “Citação e destacabilidade”, o referido autor propõe pensar o “destacamento” dos enunciados não só a partir das sequências “destacadas”, mas também considerando-se as condições que permitem que enunciados sejam “destacáveis”. Nesse contexto, Maingueneau introduz a noção de sobreasseveração, que pode instituir uma tomada de posição e “amplificar” a figura do enunciadador.

(...) uma sequência sobreasserida num texto é relativamente breve, de estrutura pregnante no plano do significado e/ou significante; está em posição relevante

no texto ou em uma passagem do texto, de modo a lhe atribuir o estatuto de um condensado semântico, o produto de uma espécie de sedimentação da realização do discurso; (...) implica um tipo de “ampliação” da figura do enunciador, manifestada por um *ethos* apropriado (MAINGUENEAU, 2006, p. 70).

Trata-se de um recurso amplamente utilizado pela mídia com, entre outros, o objetivo de sintetizar certas informações, facilitar a compreensão do assunto que está sendo apresentado, ou ainda, uma maneira de legitimar o que está sendo dito pelo jornalista.

Com efeito, a citação está inscrita no próprio funcionamento da máquina midiática, cujos autores gastam seu tempo destacando fragmentos de textos para convertê-los em citações (para os títulos e os intertítulos, as resenhas, os resumos, as entrevistas, etc.), (MAINGUENEAU, 2006, p.80).

O conceito de sobreasseveração que acaba de ser exposto também pode ser visto no trecho a seguir:

Na semana passada, o presidente decidiu acrescentar uma terceira estratégia: ameaçar a própria sociedade para esvaziar a crise. Na quinta-feira, ao discursar para funcionários de uma refinaria da Petrobras, na região metropolitana de Porto Alegre, Lula disse que a economia brasileira “ainda é muito vulnerável” e, por isso, segundo ele, não se pode “brincar nessa parte para que a gente não tenha um retrocesso, porque um retrocesso leva anos para a gente recuperar, (VEJA, 3 de agosto de 2005).

Ao contrário de Lula, Palocci é mais uma vez elogiado; desta vez por discordar da opinião de Lula, dizendo que a economia brasileira é muito forte, com base no seguinte argumento: a importação mundial de soja brasileira alavancou nos últimos anos, o que contribuiu para impulsionar o PIB do país.

A revista parece concordar com isso e traz argumentos ditos por especialistas que comprovam que a economia vai bem. Vale ressaltar que nenhuma das fontes ouvidas para a reportagem discordava da opinião defendida (de que a crise pode trazer

consequências negativas, como o aumento do dólar, o atraso da reforma tributária e diminuição da geração de novos empregos).

A revista mostra ainda uma contradição entre políticos do próprio governo, em um trecho já exposto nesta análise.

Nas palavras de Meirelles, “os sólidos fundamentos da economia não permitirão que o país se desvie da rota de crescimento”. Enquanto Lula escolhe palavras negativas como “vulnerabilidade” e “retrocesso”, seus escudeiros na área econômica preferem “tranquilidade” e “solidez”. Seria curioso se não fosse trágico. Na prática, Lula tentou botar lenha numa fogueira que sua própria equipe econômica e o mercado financeiro querem sufocar, (VEJA, 03 de agosto de 2005).

De acordo com o contexto histórico da época em que foi publicada a reportagem, agosto de 2005, as CPIs estavam sendo organizadas e a crise tornava-se cada vez mais fervorosa e evidente. Eram constantes as críticas feitas ao presidente e ao governo, no entanto, uma das únicas figuras que ainda não era atacada pela mídia era o então ministro Palocci. Na época o político mostrava-se muito sério e competente, responsável por criar uma barreira econômica capaz de impedir que a crise atingisse a economia brasileira. A blindagem não durou muito e, pouco tempo depois, em meados de setembro de 2005, Palocci passa a ser alvo de críticas e da atenção dos meios de comunicação, o que, posteriormente, culmina em sua saída do governo, em março de 2006.

A reportagem traz diversas imagens, bem como quadros, recursos que tornam o texto mais informativo (meramente informativo, talvez seja esse o objetivo da revista, o que não acontece), divulgados pelo Banco Central, Tesouro Nacional, Bovespa e JP Morgan. Neles são apontadas algumas consequências negativas que a crise política poderia gerar, aponta indicadores como saldo comercial, dívida externa líquida, risco-

país, entre outros e faz uma comparação entre os números verificados em 2002 e em 2005.



Imagem (20): *Veja*, 03/08/05

Os quadros apontam quais os impactos que a crise geraria na vida dos brasileiros. Em uma das fotos é exposta a fachada do Banco Rural, com a seguinte legenda, “Banco Rural não é uma ameaça: para o Banco Central, problemas no banco do mensalão não causarão crise no setor”. Os dizeres citados contribuem para mostrar que a economia brasileira é realmente forte.

No início da reportagem há uma imagem de Palocci que ocupa quase toda a página e ele parece estar discursando. Mais uma vez ele se porta muito sério e sua aparência transmite credibilidade. A foto contrasta com o título da matéria, enfatizando a opinião contrária entre o então ministro da Fazenda e o chefe de governo. Mesmo enaltecendo Palocci, a reportagem, aponta que existem muitas contradições no governo, inclusive entre discursos de duas figuras políticas tão próximas, portanto, uma crítica ao então presidente Lula.

Segundo Maingueneau, a construção do sentido de cada texto depende, mesmo que inconscientemente, da sua relação com outros textos, o que no caso desta reportagem fica claro devido ao fato de que esta se baseia em fazer comparações com

planos econômicos e figuras relacionadas à economia em diferentes momentos históricos. A interdiscursividade, ou ainda as “várias vozes de *Veja*” (heterogeneidade enunciativa) são também uma característica desse veículo de comunicação, marcada por uma formação discursiva repleta de diversos discursos em seu interior. “O sistema de restrições de cada discurso deve poder explicar essas divergências significativas, sendo que um tema desenvolvido por um só discurso estará logicamente em conformidade estreita com ele”, (MAINGUENEAU, 2005, p.87).

Mais uma vez a cronografia aparente é a conjuntura de meados de 2005, e a topografia, o cenário político e econômico, embasado pela cena englobante (desdobramento da cena genérica) do discurso jornalístico. Vale ressaltar que o conceito de cenografia para Maingueneau também permite legitimar os discursos de *Veja* aqui analisados. Por si só a escolha da cenografia não é aleatória. Ao criar um determinado discurso a partir de sua cenografia, busca-se, com isso, gerar convencimento.

**Tipo de letra:** na maior parte da matéria “times new roman” (credibilidade); título com poucos toques, com letras grandes e inserção de recursos gráficos, como quadros explicativos e figuras; atrai a atenção do leitor;

**Lide:** bem feito e consegue resumir o que abordará a reportagem;

**Grau de expectativa:** apesar de interessante e bem analisada, não se trata de uma notícia inesperada;

**Espaço utilizado:** três páginas, o que, parece ter certa relevância. Não é anunciada na capa.

**Fotojornalismo:** imagem de políticos e de situações de trabalho, e que parecem funcionar como mera ilustração. Já as imagens de Palocci o mostra sério, ainda como aquele que representa a segurança para o governo. Lula é chamado de alarmista, mas não há ilustrações.

**Características de *Veja*:** títulos como pede o jornalismo – chamativos e intrigantes; uso de perguntas e questionamentos em títulos e manchetes, o que gera proximidade entre o veículo de comunicação e o leitor.

**Fotomontagem:** Somente quadros com dados econômicos.

**Subjetividade:** Texto apresenta advérbios e adjetivação, o que vai contra as normas do Jornalismo e dos Manuais de Redação, o que já pode ser visto com uma característica de *Veja*.

Palocci reaparece em uma notícia no dia 24 de agosto de 2005, porém, desta vez não recebe elogios. O então ministro acabava de ser atingido pelas denúncias de irregularidades em sua administração quando ainda era prefeito de Ribeirão Preto, durante os anos de 1993 a 1996.



Imagem (21)

Fonte: *Veja*, 24/08/05

A capa apresentada anteriormente foi uma das que mais marcou o corpus e consequentemente a pesquisa como um todo. Afirma-se isso, entre outras justificativas, por tratar-se de uma fotomontagem. Nela, o ex-ministro Palocci – que até então aparecia imponente nas fotografias, chamado de “homem forte do governo”, “braço direito”, “aquele que tem os ouvidos do presidente” – é visto nesse momento como uma figura frágil. A possível fragilidade de sua imagem (já que Palocci aparece no canto da página, sob cerca obscuridade) parece representar, agindo quase que como sinônimo, a

fragilidade da economia brasileira. Pode-se relembrar, inclusive com base nas análises anteriores, que Palocci era um dos nomes que ainda não havia sido envolvido em esquemas de corrupção realizados pelo PT. O fato de Palocci não ter se envolvido em negócios escusos (até determinado momento da atuação do governo Lula em 2005 e 2006) o aproxima de uma possível solução para a corrupção existente no Brasil, colocando-o em um patamar de responsabilidade, competência e ética. Tais afirmações ficam claras após leituras e análises do corpus de *Veja* aqui selecionado, como o excerto selecionado:

(...) Palocci voltou a ser fartamente elogiado pelo presidente. Num dia, para garantir que o ministro seguiria no comando do Ministério da Fazenda, Lula disse que Palocci estava "mais firme do que nunca" no cargo. No outro, afirmou que o ministro era "imprescindível" e voltou a garantir que ficaria ministro até o fim do governo. "As pessoas deveriam ser agradecidas pelo que o Palocci fez pela economia deste país", disse. O presidente terminou a semana comparando seu ministro ao jogador Ronaldinho, do Barcelona, a maior unanimidade mundial no futebol de hoje. Está claríssimo, portanto, que Antonio Palocci é um ministro fundamental. Exerce uma função vital para o governo e o país – e a excelência de seu desempenho é notória. E é aí que começam os problemas (VEJA, 24 de ago. 2005)

Ou ainda no seguinte trecho, porém onde parece que *Veja* contrasta sua opinião editorial com relação ao ex-ministro (é como se apesar de todo o bom trabalho realizado na área econômica pudesse ser abalado a qualquer momento pelas notícias sobre corrupção e mensalão):

A força com que Palocci impôs-se no governo explica muito sobre a centralidade de sua função e a vitalidade de sua musculatura política – mas, como tudo agora em Palocci parece encerrar-se num grande paradoxo, é também uma fonte permanente de risco. Na luta para ficar no governo, o ministro acabou contrastando a autoridade do presidente, e qualquer um que tenha convivido com Lula, dentro ou fora do governo, sabe que o ex-líder metalúrgico sempre foi cioso de seu próprio mando. Diante disso, não é difícil supor que o presidente deve ter experimentado um profundo mal-estar ao ter sido levado a render-se diante de Palocci. (VEJA, 24 de ago. 2005)

O aspecto imagético desta reportagem como um todo é bastante atrativo, principalmente por ser a principal da referida edição e ser anunciada, portanto, na capa.

A manchete principal é de grande alcance, já que afirma – às claras – que, finalmente, as denúncias haviam atingido o “braço forte do governo”, Palocci. E ainda levanta uma questão para os leitores: “A economia agüenta sem ele?”. Trata-se de uma estratégia muito utilizada por *Veja*, que é de aproximar-se do leitor, fazendo com que este chegue quase a “participar” do problema.



Imagem (22)

Legenda: Recorte da imagem publicada no dia 24 de ago. de 2005

Fonte: *Veja*, 24/08/05

Junto aos dizeres a imagem de Palocci no canto da página, obscuro e, por que não dizer como se negasse ou se escondesse de algo:



Imagem (23)

Legenda: Recorte da capa da edição de 24 de agosto de 2005

Fonte: *Veja*, 24/08/05

Tal fotomontagem contrasta-se com as de edições anteriores, em que Palocci aparecia sempre imponente, altivo e cercado de luzes que iluminavam o rosto de uma figura política que não devia nada a ninguém. Tudo parece modificar-se neste momento, após a notícia de que também Palocci estava envolvido em corrupção. Inclusive isso também aparece na fotomontagem da capa, junto a recortes de trechos de diálogos comprometedores e a seguinte frase: “Buratti agendava encontro da Máfia do Lixo com Palocci já ministro”. Ou seja, os dizeres mais claros aos leitores possíveis. O nome citado diz respeito ao advogado e ex-assessor do ministro Antonio Palocci, e que tornou-se nacionalmente conhecido por seu envolvimento em diversos escândalos de corrupção. Em 1987, foi assessor do então deputado estadual José Dirceu na Assembléia de São Paulo, e em 1994, secretário de governo da primeira gestão de Antonio Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto. Nesse mesmo ano, Buratti foi exonerado após divulgação pelo jornal Folha de S. Paulo de uma fita com conversas entre ele e um engenheiro de uma construtora. Mesmo com inúmeros indícios, a suspeita não foi provada após investigações da Câmara Municipal e da Promotoria.



Imagem (24)

Legenda: Recorte da capa da edição de 24 de ago. de 2005

Fonte: *Veja*, 24/08/05

Mais uma vez a manchete pode até ser considerada ameaçadora, já que questiona a segurança da conjuntura econômica brasileira. O título foi escrito de modo a despertar a atenção do leitor para a situação da política no Brasil, entre outras justificativas. Trata-se de uma ampla e elaborada reportagem, de destaque para a edição. Basicamente, o texto em questão está inserido em um conjunto de reportagens na mesma edição, e está escrito em terceira pessoa, atestando imparcialidade, exigência do Jornalismo.

No lead da matéria também é bastante chamativo ao leitor, já que faz um suspense e questiona o leitor com relação ao caso: o jornalista parece elogiar a política econômica brasileira, chamando-a de sólida e dizendo que ela é um contraponto às deficiências gerenciais e políticas do governo Lula e éticas do partido. São feitas críticas à atuação do presidente e ao próprio PT, enquanto Palocci aparece como um político “experiente, habilidoso e (que) tem credibilidade” e, acima de tudo, honesto. Com relação às imagens desta edição, foram utilizadas tanto o fotojornalismo quanto as

fotomontagens, como já foi apontado nesta análise. São fotos que chamam a atenção do leitor, principalmente por ilustrar trechos de conversas e outros mecanismos que atestam a veracidade da reportagem. Junto aos textos, também as imagens contribuem para o que posteriormente se dará, que é o “acontecimento discursivo queda de Antonio Palocci”.

De acordo com o contexto histórico da época em que foi publicada a reportagem, agosto de 2005, as CPIs estavam sendo organizadas e a crise tornava-se cada vez mais fervorosa e evidente. Eram constantes as críticas feitas ao presidente e ao governo, no entanto, uma das únicas figuras que ainda não era atacada pela mídia era o então ministro Palocci. Na época o político mostrava-se muito sério e competente, responsável até por criar uma barreira econômica capaz de impedir que a crise atingisse a economia brasileira. A blindagem não durou muito e, pouco tempo depois, em meados de setembro de 2005, Palocci passa a ser alvo de críticas e da atenção dos meios de comunicação, o que, posteriormente, culmina em sua saída do governo, março de 2006.

Outro destaque desta reportagem é a inserção de um comentário no início do texto, o que, além de ir contra as normas do Jornalismo, pode apontar-lhe assim como tendenciosa, já que indica uma ideia, uma formação discursiva a ser seguida pelo leitor.

O trecho parece falar sobre o contexto da crise com sensacionalismo, já que cita os fatos de maneira narrativizada, tendendo à dramatização. Após rápida contextualização sobre a crise do governo, o periódico chega a afirmar que a crise nesse momento chegava ao fundo do poço, já que o fato havia passado a atingir a economia brasileira.

A economia deu um soluço na sexta-feira passada com as ondas de choque que atingiram Palocci. Mesmo assim não houve pânico. Uma reportagem desta edição mostra que a economia se assenta sobre o tripé da abertura para o exterior, das conquistas institucionais e da enorme liquidez internacional. A combinação desses três fatores é capaz de fazê-la resistir a uma eventual troca de comando no ministério brilhantemente conduzido até agora por Palocci. Exagero? Talvez. Mas é bom lembrar que a estabilidade econômica no Brasil resistiu até mesmo à troca de partidos e de presidentes em 2003”, (VEJA; 24 de ago. de 2005).

Para ler e interpretar um texto, Maingueneau aponta a necessidade de observar a existência de três cenas, que é a englobante, genérica e a cenografia. A última se institui pelo próprio discurso que, para esta reportagem, é basicamente o jornalístico, informativo se aproximando do discurso político, apelativo. Este legitima seu enunciado e vice-versa. A escolha da cenografia não é indiferente e esta se responsabiliza pelo tom do texto, pelo *ethos* do enunciador, que produz um efeito chamado de efeito de incorporação. É possível apontar que, com essa categorização, Maingueneau demonstra uma abordagem que supera o intradiscursivo por abranger também aspectos sócio-históricos e extensivos às condições de produção do discurso.

Já a cena englobante corresponde ao tipo de discurso a que o texto pertence, (que já foi apontado ser o jornalístico). Ao ler a reportagem aqui analisada, é importante que o leitor saiba caracterizá-la (este deve ser capaz de determinar em que cena englobante aquele texto está inserido). Para Maingueneau (2005), não é fácil categorizar o tipo de discurso, mas podemos partir de sua definição por meio de sua função social. As funções sociais estão ligadas aos setores da sociedade em que circulam as falas, por exemplo: discurso político, discurso literário, discurso publicitário e assim por diante. Os indivíduos, ao tomarem contato com um texto, devem ser capazes de se situar dentro de um desses discursos, chamados, então, de cenas englobantes.

A cenografia, geralmente, coloca em segundo plano a cena genérica e faz com que o leitor seja enlaçado por outra cena. Para exemplificar, muitas vezes, ao lermos

uma notícia sobre política, a cena genérica “notícia” é colocada em segundo plano e somos enlaçados por uma “denúncia” que nos coloca num papel diferente do leitor de uma notícia e o enunciador, de jornalista passa a ser o denunciador. Isso desata uma rede de compreensão textual bem diferente daquela comum à notícia. É a própria cenografia que legitima a sua existência como enunciado, e cuja progressão do enunciando vai se legitimando na medida em que aciona um dispositivo de fala e, retroativamente, se valida. Em toda cena de enunciação, os enunciados recorrem ao que Maingueneau chama de cena validada, o que dá status de existência a eles. Para o autor, as cenografias apoiam-se em cenas validadas, pois já estão instaladas na memória coletiva. São cenas estereotipadas com as quais os leitores têm contato e que não precisam ser explicadas.

Publicada no dia 21 de outubro de 2005, a reportagem Operação Cuba, escrita por Julia Duailibi, trata sobre a descoberta de mais um fato que contribuiu para arrasar com a credibilidade de Palocci. A matéria conta que o motorista Éder Eustáquio Soares Macedo, funcionário do ministério da Fazenda, teve que participar de uma CPI para ajudar o PT a se livrar da acusação de ter recebido ilegalmente 3 milhões de dólares de Cuba para a campanha de Lula em 2002. Seguindo a mesma tendência verificada em textos anteriores, *Veja* cita fatos, comentando-os, o que é criticado pelo Jornalismo.

(...) Resumindo: encerrado assim, o depoimento não acrescentava nada e ainda jogava para uma churrascaria o problema que, até então, era do comitê da campanha de Lula, na Vila Mariana, onde realmente foram entregues as caixas com dinheiro cubano. Mas deu tudo errado, (VEJA. *Operação Cuba*. 21 de out. de 2005).

O comentário trata-se de uma análise sobre a “estranhez” do caso; apesar de importante para “abrir os olhos” dos leitores, deveria ter sido proferido por alguma fonte consultada para a matéria, ganhando status de verdade, o que não ocorre.

A ironia também é amplamente utilizada na matéria. Esse recurso permite revelar uma avaliação do enunciador com respeito ao caso. É importante ficar atento ao uso das palavras “por coincidência” para notar a ironia e a função que tal léxico desenvolve neste caso. Essa palavra chama a atenção dos leitores, - quem sabe até - enfatizando o contrário, que é praticamente impossível tantas coincidências em um caso.

Ele (Hélio Silveira – advogado especialista em direito eleitoral) e o motorista se conheceram, por coincidência, no comitê eleitoral de Lula. Hélio Silveira, por coincidência, é advogado de Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro Antonio Palocci, que, por coincidência, é amigo de Vladimir Poletto, que, também por coincidência, é amigo de Rogério Buratti, outro que, por coincidência, confirmou a existência do dinheiro cubano. Todos, por coincidência, participaram da Operação Cuba. Falta ouvir o ministro Palocci sobre o assunto. Não por coincidência, ele tem conseguido fugir da CPI há quase três meses, (VEJA, 21 de out. de 2005).

Duas fotos são utilizadas: uma do motorista Éder Macedo, durante a CPI, cuja legenda diz que ele foi ao aeroporto, mas não viu nada, e uma do então ministro Palocci, de pouco destaque (ao contrário da maneira como as fotos eram exploradas anteriormente, com bastante ênfase ao ministro e a recursos que remetessem à sua credibilidade). Na foto, o ex-ministro aparece bastante misterioso, com a mão posta sobre o queixo, transmitindo a imagem de estar preocupado e, ao lado, a legenda, “Palocci: ele foge do depoimento há três meses”.

Como já foi apontado, há uma cenografia gerada por esta reportagem e que, segundo Maingueneau, legitima seu enunciado. Formada por enunciados e coenunciadores, a cenografia se institui pelo próprio discurso, neste caso é o jornalístico e/ou o político (na cena englobante), neste caso. Esta se responsabiliza pelo tom do texto, pelo *ethos* do enunciador, gerando o efeito de incorporação.

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso a que o texto pertence, (que já foi apontado ser o jornalístico). Ao ler a reportagem aqui analisada, é importante que o leitor saiba caracterizá-la (este deve ser capaz de determinar em que cena englobante aquele texto está inserido), o que nem sempre fica claro para o leitor de *Veja*. A cena se mostra talvez um pouco diferente das geradas em reportagens anteriores, já que Palocci – neste momento – perde um pouco de sua credibilidade e passa ser visto como corrupto. O momento (cronografia) é o mesmo, período de junho de 2005 a abril de 2006.

**Tipo de letra:** “times new roman”; título e subtítulo pequeno, de fácil visualização;

**Lide:** bem feito e consegue resumir o que abordará a reportagem; o primeiro parágrafo possui praticamente todas as respostas para esclarecer sobre o que será abordado (quem, como, quando, onde e por que);

**Grau de expectativa:** apesar de fruto de uma investigação, o texto não é de grande surpresa para o público leitor que, nesse momento, já estavam por dentro do caso e “com pé atrás” com relação à credibilidade do ex-ministro;

**Espaço utilizado:** uma página, demonstrando ser menos importante do que outras da mesma edição, por exemplo.

**Fotojornalismo:** ex-ministro Palocci aparece com pouco destaque (ao contrário da maneira como as fotos eram exploradas anteriormente, com bastante ênfase ao ministro e a recursos que remetessem à sua credibilidade). Na foto, o ex-ministro

aparece bastante misterioso, com a mão posta sobre o queixo, transmitindo a imagem de estar preocupado e, ao lado, a legenda, “Palocci: ele foge do depoimento há três meses”.

**Características de *Veja*:** títulos como pede o jornalismo – chamativos e intrigantes; uso de perguntas e questionamentos em títulos e manchetes, o que gera proximidade entre o veículo de comunicação e o leitor.

**Fotomontagem:** Não há.

**Subjetividade:** Texto apresenta advérbios e adjetivação, o que vai contra as normas do Jornalismo e dos Manuais de Redação, o que já pode ser visto com uma característica de *Veja*.

Na última semana de novembro daquele mesmo ano (2005), a imprensa brasileira de modo geral lançou mais uma reportagem que contribuiu para a queda de Palocci, fato que não deixa dúvidas. De acordo com o relatório parcial, “a super exposição do político, a confirmação de seu envolvimento em esquemas de corrupção e as constantes críticas feitas por parte da mídia contra ele e o partido, principalmente as CPIs, fizeram com que Palocci passasse a ser mal visto pela opinião pública. Dessa forma, era praticamente impossível que o político conseguisse se manter no governo”.

Nessa edição, Palocci aparece novamente na capa da revista, tendendo a um “espetáculo montado”. A foto de seu rosto simboliza mistério que, junto às palavras que a acompanham (“imprescindível” e “vulnerável”) contribuem para dar o efeito desejado. A primeira palavra (“imprescindível”) faz referência à capacidade de Palocci de manter a política econômica em ordem. Já “vulnerável”, escrito sobre sua boca na foto, transmite a ideia de que tudo o que ele disse ou diz é pouco confiável. Ao lado a

legenda: “Palocci se firma como o fiador da estabilidade econômica...mas as denúncias ainda podem sufocá-lo”.



Imagem (25): Palocci aparece em mais uma capa de *Veja*

Fonte: *VEJA*. 30 de nov. de 2005

Uma fotografia do ex-ministro com a mão no rosto parece exprimir o momento de preocupação que vivia. Bastante expressiva, a foto parece ainda remeter a algo misterioso.

“O paradoxo do homem forte”, nome da reportagem interna, aponta que após dezoito horas de depoimento no Congresso (e nenhuma comprovação), Palocci fica ainda mais forte – mas vira um caso raro: o ministro mais “imprescindível” do governo é também o mais vulnerável. Imprescindível, pois até o presidente Lula chegou a dizer que “as pessoas deveriam ser agradecidas pelo que o Palocci fez pela economia deste

país”. Porém, após lançar essa informação, *Veja* questiona: mas até quando?. A pergunta, subjetiva, remete a possíveis afirmações, “Palocci não será para sempre imprescindível” ou ainda “um dia ele cai”. Isso devido ao fato de sua figura política ser paradoxal: ao mesmo tempo que Palocci é imprescindível, é vulnerável. E isso ocorreu desde que seu nome juntou-se ao de outros políticos do PT envolvidos em esquemas de corrupção. A reportagem cita quais os casos em que o ministro poderia estar envolvido ou não e por que ele é merecedor do título de responsável por manter a política econômica estável. Relata ainda o que fez Palocci para continuar em seu cargo, mesmo depois de “quase” ser expulso por Lula. Porém, “o mais longe que Palocci chegou foi indagar ao presidente se deveria deixar o cargo, mas nunca colocou uma carta de demissão sobre a mesa”.

De acordo com as análises desta pesquisa, um trecho importante da reportagem a ser comentado é a comparação feita entre Palocci e o ministro da Fazenda do governo de Fernando Henrique, Pedro Malan. Neste momento a revista insere um contexto dentro de outro, o que faz com que o enunciatório faça, forçadamente, uma comparação entre os governos, tendendo à opinião escolhida pela revista.

Nos dois mandatos de Fernando Henrique, o ministro Pedro Malan exerceu um papel essencial na economia. Foi torpedeado internamente muitas vezes, mas jamais esteve exposto a instabilidade gerada por denúncias de irregularidades. Nesse quesito, Malan foi um inigualável mar de serenidade, (VEJA. O paradoxo do homem forte; 30 de Nov. de 2005).

Outros argumentos são dados para falar sobre o bom trabalho desenvolvido por Palocci, porém a revista sempre aponta algo contrário a isso. Apesar da quantidade de marcas de subjetividade, de modo geral, a reportagem em questão é bastante informativa e objetiva, pois aponta diversos dados sobre o governo Lula.

Outra reportagem, que recebeu o nome de A oposição que afaga, também está presente na mesma edição do dia 30 de novembro. Basicamente, o texto fala sobre o apoio que a oposição ao PT, membros de partidos, como PSDB e PFL, deu a Palocci. Um dos motivos era a expectativa de que, com isso, a temperatura da crise diminuísse. A reportagem conta que Murilo Portugal, secretário executivo do ministério se encontrou com o pefelista baiano, Antonio Carlos Magalhães e pediu que aliviasse para Palocci durante uma inquirição em que teve que participar. ACM concordou e:

parlamentares do PSDB e do PFL o trataram com a fidalguia que dedicariam a um correligionário: nenhuma pergunta sobre as denúncias de Rogério Buratti, ex-assessor do ministro, foi feita por eles. Palocci, como sempre, saiu do depoimento melhor do que entrou, e a oposição sentiu-se no comando do espetáculo, (VEJA. 30 de Nov. de 2005).

Segundo a revista, eram três os motivos para que Palocci continuasse no poder: um é que com a sua continuidade as eleições presidenciais de 2006 poderiam ocorrer tranquilamente, o outro é que boa parte da oposição não concordava com a política da ministra Dilma Rousseff. O outro motivo é chamado pela oposição de “manutenção da governabilidade”, que objetiva manter a paz no congresso para diminuir os efeitos da crise e evitar repercussões negativas no próximo congresso.

Nas fotos desta reportagem aparecem os senadores Tasso Jereissati e ACM e o braço-direito de Palocci, Murilo Portugal, fazendo um acordo para que o ministro fosse aliviado durante uma inquirição, oferecida pelo CAE (Comissão de Assuntos Econômicos do Senado). Ao lado a interessante e subjetiva legenda:

“A arte do conchavo: os senadores Tasso Jereissati e ACM: jantar com o braço-direito de Palocci, Murilo Portugal, e acordo para “aliviar” o ministro”.

A reportagem, entre outros elementos da política, levanta o fato de ser comum atitudes desonestas, como o conchavo, no cenário do congresso nacional. Durante a escrita desse texto não foram apontadas informações opinativas, o que permitiu aos leitores criar sua própria opinião sobre o assunto.

Vale ressaltar que naquele momento, na mesma reportagem, a então ministra Dilma Rousseff, hoje presidente do Brasil, já aparecia como a “simpática do Congresso”, junto da seguinte imagem. Acredita-se que assim já era demonstrada a influência da então ministra.



Imagem (26): Dilma era considerada naquele momento como a “simpática”, segundo *Veja*

Fonte: *VEJA*. 30 de nov. de 2005

A imagem aparece junto à seguinte legenda:

#### SIMPATIA PRESIDENCIAL

A ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, que detonou a crise: ela não faz sombra a Lula

Ainda na mesma edição da revista, mais uma matéria (A casa, os amigos e o banco) sobre Palocci é divulgada. Por relatar detalhadamente mais um esquema de irregularidades organizado por ex-funcionários de Palocci quando ele ainda era prefeito

de Ribeirão Preto, a matéria também contribuiu para tornar ainda mais negativa a imagem do então ministro. Nela é desvendado que os ex-funcionários de Palocci alugaram uma casa em Brasília (a casa recebeu o nome de “Casa dos Prazeres” por receber frequentemente a visita de “profissionais”, como aponta a matéria, comandadas por Jeany Mary Corner, empresária do ramo de entretenimento masculino), e o valor pago pelo aluguel era de R\$ 10 mil mensais.

Segundo *Veja*, na casa eram organizados negócios, como por exemplo, a frustrada compra de um banco (o Banco Equity de Investimentos – uma pequena instituição financeira do Rio de Janeiro, que em 2002, fora incorporada pelo Banco Prosper - ), que serviria para que os envolvidos pudessem fazer negociações com títulos públicos em fundos de pensão até a intermediação de verbas de campanha. O negócio, que por pouco não foi fechado, foi descoberto após Rogério Buratti apresentar-se na CPI dos Bingos e denunciar o que ocorria. Entre os principais envolvidos está Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci, Ralf Barquete, ex-secretário de Finanças em Ribeirão Preto, quando Palocci ainda era prefeito e Rogério Buratti, ex-secretário de governo em Ribeirão. O grupo também teria como aliados para a compra do banco dois angolanos, proprietários de outro banco.

Argumentos, como trechos de conversas comprometedoras, depoimentos de envolvidos, entre outros, é que sustentam a reportagem. Apesar de não envolver diretamente Antonio Palocci, o caso também manchou a imagem do político, pois os envolvidos eram seus antigos funcionários em Ribeirão Preto, pessoas muito próximas a ele.

Se concretizada, a compra do Equity teria, aparentemente, beneficiado apenas os interesses privados da turma de Ribeirão. Não se está, portanto, diante de um escândalo que envolva diretamente o PT ou o governo Lula. Mas trata-se de um negócio que só andou porque o grupo usava o nome, a agenda e o prestígio do ministro Antonio Palocci. Por isso chama a atenção a falta de ação do ministro contra o grupo. Nas

gravações feitas pela polícia de São Paulo, algumas vezes eles se referem ao “chefe”. É uma irresponsabilidade concluir que o chefe é quem estamos pensando, (VEJA. 30 de Nov. de 2005).

Apesar de mostrar sua indignação perante o fato, o que não deve ser feito, segundo os manuais da redação, *Veja* mostra a seus leitores que, qualquer que seja a visão política de cada um, casos como o relatado na matéria em questão, devem ser considerados inadmissíveis.

As imagens também contribuíram para enfatizar os efeitos gerados pelo texto. A reportagem divulgou uma foto da fachada da “Casa dos Prazeres”, em Brasília, e o rosto do empresário Roberto Colnaghi, que iria ser um dos sócios do banco, segundo o Ministério Público. Também foram colocadas as fotos de Vladimir Poeto, ex-assessor de Palocci, Rogério Buratti, ex-secretário de governo em Ribeirão Preto, Ralf Barquete, ex-secretário de Finanças no município e Edson Menezes, presidente do banco Prosper. Além das fotos e legendas bastante incisivas, a matéria apresenta uma entrevista e trechos de um diálogo muito comprometedor entre Rogério Buratti e Vladimir Poeto sobre a compra do banco citado.



Imagem (26): Palocci é chamado de vulnerável em paradoxo com essencial.

Fonte: *VEJA*. 30 de nov. de 2005

Como origem e produto do discurso, a cenografia não é somente um quadro que se encaixa à enunciação, mas se desenvolve para instituir seu próprio dispositivo de fala.

A cronografia aparente, como já apontado, é os anos de 2005 e 2006, e a topografia, o cenário político e econômico, embasado pela cena englobante (desdobramento da cena genérica) do discurso jornalístico. Vale ressaltar que o conceito de cenografia para Maingueneau também permite legitimar os discursos de *Veja* aqui analisados. Por si só a escolha da cenografia não é aleatória. Ao criar um determinado discurso a partir de sua cenografia, busca-se, com isso, gerar convencimento.

Na mesma reportagem é inserido o seguinte quadro que aborda as “juras” de Lula. São apresentados como argumentos que parecem desqualificá-lo, do mesmo modo que o governo e ainda o então ministro Palocci.



Imagem (27): Lula é criticado por suas promessas, colocadas como não cumpridas

Fonte: *VEJA*. 30 de nov. de 2005

As juras de Lula

Wilton Junior/AE

Desde o começo do governo, por cinco ou seis vezes, o ministro Palocci correu risco de perder o cargo. Cedo ou tarde (em alguns casos, tarde como na crise atual), Lula sempre foi em seu socorro.

"Nós decidimos por este caminho e estamos juntos nele até o fim."

Maio de 2003

"O governo não fará nenhuma aventura descabida na economia."

Fevereiro de 2004

"Não é justo que nós inventemos o 'Plano Palocci' ou o 'Plano Lula' ou um plano qualquer para ter sucesso de meio dia ou meia hora. Estamos apostando na credibilidade e na seriedade para não fazer nenhuma coisa apressada."

Março de 2004

"Deixem o Palocci em paz. E, por favor, me deixem trabalhar."

Março de 2004. Quando o PT lançou nota criticando a política econômica

"Já disse publicamente com todas as letras que o governo não fará nenhuma aventura econômica. A política de austeridade não é do Palocci, nem do Meirelles nem minha. Ela é do governo."

Março de 2004

"Não queremos reinventar a roda nem criar um plano daqueles com crescimento de 7% ao ano e depois uma queda de 7%."

Junho de 2004. A empresários no Brazil Meets Markets, em Nova York

"A política econômica está certa e não vai mudar. É a única coisa com a qual estou 100% satisfeito no meu governo. Não mexam com o Palocci. Mexer com ele é mexer comigo."

Novembro de 2004. Falando aos ministros (Dirceu dizia que Palocci era "conservador dentro do conservadorismo")

"Eu e o Palocci somos unha e carne."

Maio de 2005. Quando os primeiros impactos das denúncias de corrupção ameaçavam acabar com a blindagem do ministro

"As turbulências políticas não vão tirar o governo de seu rumo."

Setembro de 2005

"O Palocci é uma figura imprescindível ao Brasil. Todos sabem o que o Palocci significa para a economia brasileira."

Na semana passada. (Palocci fora atacado pela ministra Dilma Rousseff, que acusou a política econômica de ser tão ineficaz quanto "enxugar gelo"

E ainda o seguinte quadro:



Imagem (28): Lula é criticado em quadro

Fonte: *VEJA*. 30 de nov. de 2005

**Tipo de letra:** “times new roman”; título e subtítulo pequeno, de fácil visualização;

**Lide:** nesta reportagem, o primeiro parágrafo possui praticamente todas as respostas para esclarecer sobre o que será abordado (quem, como, quando, onde e por que);

**Grau de expectativa:** apesar de fruto de uma investigação, o texto não é de grande surpresa para o público leitor que, nesse momento, já estavam por dentro do caso e “com pé atrás” com relação à credibilidade do ex-ministro;

**Espaço utilizado:** uma página, demonstrando ser menos importante do que outras da mesma edição, por exemplo.

**Fotomontagem:** Permitem com que o texto fique mais “clean” e até didático, porém parece representar uma marca de parcialidade do meio de comunicação. Quadro com a imagem de Lula traz críticas sobre o governo e a atuação do presidente. Imagem expõe o então presidente “derrapando”, relação direta com o que a crítica vinha apontando no momento. Cores contrastantes também contribuem por despertar o interesse do leitor.

**Subjetividade:** Texto apresenta advérbios e adjetivação, o que vai contra as normas do Jornalismo e dos Manuais de Redação, o que já pode ser visto com uma característica de *Veja*.

Outra categoria importante a ser ressaltada é a chamada polêmica como interincompreensão. Desenvolvida por Maingueneau, trata-se da relação entre distintas formações discursivas. Sabe-se que na mídia não há apenas uma formação discursiva, mas acredita-se ser possível analisar os simulacros produzidos no momento em que, ao ocupar uma posição enunciativa no que concerne à divulgação da proposta de governo, a imprensa adere a determinada formação discursiva.

Durante este trabalho, pensou-se em deslocar o conceito descrito anteriormente para as imagens. É comum em *Veja* que imagens de uma determinada situação sejam

inseridas em um outro contexto, o que acaba por gerar – também – a interincompreensão. A seguir uma imagem de uma outra reportagem (retirada da edição do dia 05 de abril de 2006):

### O riso virou choro

A cena a seguir tem Mattoso e Palocci e muita alegria. Esta reportagem conta a história secreta que reuniu os dois personagens no doloroso desfecho da mais grave crise do governo Lula.

(VEJA. 05 de abr. de 2006/ por Marcello Botelho/OBritoNews)



Imagem (29): O ex-presidente da Caixa Fedeval, Mattoso, e o ex-ministro Palocci em uma inauguração de terminais eletrônicos do mesmo banco; a mesma imagem foi inserida em outro contexto.

Fonte: VEJA. 05 de abr. de 2006

## OLHA O EXTRATO!

O ex-presidente da Caixa Federal exhibe um cartão e um extrato ao ex-ministro Palocci em foto de 2005, em Brasília. Era apenas uma demonstração de como funcionam os terminais.

Já as fotomontagens a seguir (expostas inicialmente nesta dissertação) também podem ser consideradas fruto da polêmica como interincompreensão. As imagens, de uma determinada ocasião anterior, foram publicadas (como montagem) em uma situação posterior quando datou-se a descoberta de qubra ilegal de sigilo do então caseiro.





#### IV- BREVE CONSIDERAÇÃO FINAL

Apoiada na teoria da Análise do Discurso, com auxílio de conceitos oriundos do Jornalismo e da Semiótica, esta dissertação longe de querer constatar o constatado ou de inaugurar o não-inaugurado, buscou deixar menos opaco, com base em análise discursiva dos textos da revista *Veja*, como se deu a queda do ex-ministro Palocci. Em outros termos, tentamos compreender ao longo desta dissertação como o suporte midiático *Veja* construiu por meio de textos imagéticos e/ou verbais o acontecimento discursivo “queda do ex-ministro Palocci”.

Desse modo, procuramos mostrar como a mídia a partir de interesses que vão do econômico ao de manutenção do poder possibilita a geração de acontecimentos discursivos, que vão constituir a história do tempo presente de uma nação, por exemplo. No caso em análise, vimos a que a mídia (re)constrói a história da política brasileira. História essa que vai sendo (re)construída no caso de *Veja* – e de outros suportes midiáticos - em sem(i)anais gotas homeopáticas de informação. Gotas (in)formacionais

essas que vão pouco a pouco agindo, interferindo na maneira mesmo de os leitores produzirem determinadas interpretações sobre os fatos do mundo, ou seja, há nesse processo (in)formativo toda uma fabricação de subjetividades que leva os indivíduos a votar ou não em determinados candidatos, por exemplo.

Muitas outras questões poderiam/deveriam ter sido abordadas neste trabalho de dissertação, todavia o fazer científico insta o pesquisador a um recorte da realidade. Dar conta da realidade como um todo é comparável ao ingênuo sonho mitológico de Ícaro, que inebriado pelo poder da liberdade de voar para onde quisesse aproximou-se do sol, derretendo suas asas e caindo no mar. O nosso recorte foi tentar modestamente evidenciar que a mídia, sobretudo a revista *Veja* (re)constrói a história da política do Brasil, produzindo “histórias tão verdadeiras que às vezes parecem que são inventadas” (BARROS, M. 2003).

## V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre et al. (1983). *Papel da Memória*. Campinas (SP): Pontes, 1997;

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso. A construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005;

AUTHIERREVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Rev. téc. da trad: Leci Barbisan e Valdir do N. Flores. Porto Alegre, EDIPUCS, 2004;

BAUMAN, Zygmunt. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar;  
\_\_\_\_\_, Z. (1998) *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar;

BARTHES, Roland. *A câmara clara – nota sobre a fotografia*. 8ª imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984;

\_\_\_\_\_. [1962]. *A mensagem fotográfica*. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da Cultura de Massa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990;

CHARTIER, Roger. *Textos, impressão, leituras*. In: HUNT, Lynn. *A nova história Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COURTINE, J. J. *O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965 – 1985)*. Trad. Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, n 6, 1999;

- \_\_\_\_\_. El concepto de formación discursiva . In: BARONAS, R. L. Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & Editores, 2007;
- CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. São Paulo: Editora Contexto, 2006;
- CURCINO, L. Práticas de Leitura Contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista VEJA. Araraquara: Unesp, 2006 (Tese de Doutorado);
- FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias. São Carlos: ClaraLuz, 2008;
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986;
- \_\_\_\_\_. A ordem do discurso. São Paulo, SP: edições Loyola, 2002;
- GUILHAUMOU, J. Lingüística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos, São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2009;
- GREGOLIN, M.R.V. (org) Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003;
- \_\_\_\_\_. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004;

HENRY, P. Os Fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969), em GADET, F. e HAK, T. (orgs);

HERNANDES, Nilton. A mídia e seus truques. São Paulo: Editora Contexto, 2006;

HUFF, DARRELL. Como Mentir com Estatística. Rio de Janeiro: EDIOURO, 1999;

KUCINSKI, Bernardo. A Síndrome da Antena Parabólica. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAGO, Burnett. *A Língua Envergonhada*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

MACHADO, Roberto. Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. SP, Pontes, 1993;

\_\_\_\_\_. & CHARAUDEAU, Patrick. Dicionário de análise do discurso. Trad. Fabiana Komesu et al. São Paulo, SP: Contexto, 2003;

\_\_\_\_\_. Gênese dos Discursos. Trad. Sírio Possenti. Criar Edições, Curitiba, PR, 2005;

\_\_\_\_\_. Análise do discurso político: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos. Revista Langages 62. 1981 (Tradução provisória Sírio Possenti, circulação restrita);

\_\_\_\_\_. A arte da mentira política. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006;

\_\_\_\_\_. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2001;

MALDIDIER, D. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003;

MUSSALIM, Fernanda (Org.); BENTES, Anna Christina (Org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v.1. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2001;

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1991;

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso. IN: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Editora da Unicamp, 1993;

\_\_\_\_\_. Discurso: estrutura ou acontecimento. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997;

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, P...[et al.]. Papel da Memória. Tradução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999;

PIETROFORTE, Antonio Vicente, Semiótica visual – os percursos do olhar. São Paulo: Editora Contexto, 2004;

POSSENTI, S. Questões para analistas do discurso. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009;

REVEL, Judith. Foucault Conceitos essenciais. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

## **Sites utilizados**

<http://www.veja.com.br>

<http://www.palocci.com.br>

<http://www.jorwiki.usp.br/gdmat07/index.php/Ancoragem>

<http://luis.nassif.googlepages.com/home>

<http://www.caixa.gov.br/>

## VI - ANEXOS

### ANEXO 1

#### REPORTAGEM NÚMERO 1 – 15 de junho de 2005

Corrupção

#### **Blindagem até quando?**

Felizmente, o impacto das denúncias na economia tem sido moderado. Mas o mercado já especula se a calmaria dura

Chrystiane Silva e Carina Nucci

A solidez da política econômica tem funcionado como um contraponto às deficiências gerenciais e políticas do governo Lula – e éticas do partido que lhe dá sustentação. Os programas sociais não funcionam? Não funcionam, mas o combate à inflação, sim. Há muita conversa e pouca ação? É verdade, mas o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se esforça para assegurar o ajuste fiscal e a eficiência do gasto governamental.

É tão sólida a blindagem da política econômica que nem os escândalos da CPI dos Correios e do mensalão abalaram seriamente os indicadores financeiros do país. O risco Brasil, que mede a confiança do investidor estrangeiro, subiu 2,88% depois das declarações do deputado Roberto Jefferson de que o PT pagava uma mesada de 30.000

reais aos deputados da base aliada. O índice foi para 431 pontos, patamar ainda muito confortável – quanto mais alto o índice, maior a desconfiança da capacidade de o país rolar sua enorme dívida pública. Em 1998, quando foi divulgado que os telefones do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram grampeados durante a privatização das companhias telefônicas, o risco subiu 4,7%, estacionando em perigosos 1.043 pontos. Desta vez, a crise encontrou a economia numa fase virtuosa. O país tem bom nível de reservas, o dólar estava em queda livre quando a crise veio e a expectativa de inflação continua declinante.

Obviamente, como é da natureza da atividade, investidores especulam até quando essa calma vai durar. São vários os motivos de preocupação. Em primeiro lugar, não se sabe quais figuras petistas serão atingidas pelos desdobramentos das investigações. Quanto mais bem situadas na hierarquia do partido forem, e quanto mais próximas estiverem do presidente Lula, menos resistente ficará a blindagem da política econômica. Depois, teme-se que as CPIs paralise a agenda legislativa até o fim do ano, o que impediria o avanço das reformas em curso no Congresso. Nas últimas semanas, esses temores foram reforçados pela decisão do presidente Lula de compartilhar com o ministro Palocci o comando político do governo durante a crise. Palocci não se opôs à liberação de 400 milhões de reais em emendas de parlamentares. Serão 200 milhões de reais desbloqueados e pagos com recursos da arrecadação recorde. Outros 200 milhões de reais saem de emendas do Ministério da Saúde, área que não sofreu corte oficial de gastos neste ano.

Como até as vésperas da crise Palocci não autorizava gastos extras, aos olhos dos mercados ele correu o risco de contaminar sua imagem de guardião dos cofres públicos. Outra frente de preocupação é a menção, mesmo que periférica, do nome de Palocci nas denúncias de Jefferson. Na entrevista que deu ao jornal Folha de S.Paulo, o deputado disse que já havia comunicado a existência do mensalão a Palocci – declaração prontamente desmentida pelo ministro. Palocci é um político experiente, habilidoso e tem credibilidade. Não é à toa que ele tem o ouvido do presidente. Para manter essa boa imagem, o ministro tem procurado usar a transparência como arma. Na sexta-feira, seus assessores confirmaram a *VEJA* que, no dia 10 de agosto de 2004, o deputado Jefferson pediu uma reunião com Palocci e levou com ele Henrique Brandão – o corretor de seguros acusado por Lídio Duarte, ex-presidente do IRB, de pressioná-lo a pagar uma mesada de 400.000 reais ao PTB.

Na reunião, Jefferson e Brandão apresentaram ao ministro o presidente mundial da Metropolitan Life Insurance Company, William Toppeta (a Metropolitan é uma das maiores seguradoras do mundo). Procurados por *VEJA*, assessores de William Toppeta informaram que foi Brandão quem o convidou para participar da reunião. "Estamos no Brasil há seis anos e nunca tivemos a oportunidade de conversar com um ministro. Aceitamos o convite de Brandão porque até então nada sabíamos da cobrança da tal mesada." A assessoria de Palocci informou que essa foi a única vez que o ministro manteve contato com Brandão. Em Londres, para onde viajou na quinta-feira passada, Palocci disse que a crise política criada pela CPI dos Correios "não vai afetar a estabilidade e o crescimento econômico". Mas fez uma ressalva: "Os indicadores econômicos ficaram relativamente estáveis, mas isso não quer dizer que a economia é

alheia à questão política". O risco existe, como bem reconheceu Palocci. Mas uma blindagem bem-feita pode manter a temperatura da especulação dentro dos limites da normalidade.

## **ANEXO 2**

### **REPORTAGEM NÚMERO 2**

Conjuntura

#### **O legado da estabilidade econômica (06 de julho de 2005)**

As boas notícias da lista das 500 maiores empresas da revista Exame

Clayton de Souza/AE

Antonio Palocci: solidez macroeconômica e reformas aceleram crescimento potencial

Os dez anos de estabilidade econômica propiciaram uma grande evolução no capitalismo brasileiro. Em 1993, um ano antes do anúncio do Plano Real, a inflação galopante beirava os 2.500%. Em 2004, caiu para 7,6%. O Brasil também ganhou maior inserção no mercado internacional, e as empresas tiveram de se expor à competição. Os resultados dessa escalada estão bastante visíveis na edição de 2005 de Melhores e Maiores da revista Exame, que, assim como *VEJA*, é publicada pela Editora Abril. A

publicação retrata não só o excelente desempenho das 500 maiores companhias do Brasil em 2004 (o melhor ano desde a implantação do real), como a lufada de ar fresco no ambiente de negócios desde que a sociedade brasileira elegeu a estabilidade macroeconômica como um de seus princípios basilares.

*Melhores e Maiores* registra que as vendas reais das 500 maiores empresas do país aumentaram 49% entre 1995 e 2004, somando, no ano passado, 487 bilhões de dólares. Quanto aos lucros, eles foram de 28 bilhões de dólares em 2004 – quase 500% mais do que em 1995. A Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) foi escolhida a melhor companhia do ano passado. Segunda maior produtora e exportadora de minério de ferro do Brasil, a empresa é controlada pela gigante Companhia Vale do Rio Doce, através da Caemi. No ano passado, a MBR lucrou 256 milhões de dólares e suas vendas aumentaram 15%. "A empresa fez investimentos, aumentou as vendas para a China e se tornou mais agressiva", diz Tito Martins, presidente da MBR.

#### A RIQUEZA DA PREVISIBILIDADE

Na década do Real, o lucro das maiores empresas brasileiras foi multiplicado por 6. Em 2004, atingiu 487 bilhões de dólares

Em 2004, o crescimento econômico se sustentou não só na explosão do agronegócio e das exportações, que atingiram um recorde de 96 bilhões de dólares, mas também na recuperação do mercado interno. No entanto, embora tenha sido fundamental, a melhora dos indicadores econômicos não é o único fator de solidez do mundo corporativo brasileiro. Ao longo dos anos, os empresários aprenderam a

administrar adversidades, ajustaram financeiramente as companhias e se tornaram mais eficientes. O que não mudou na última década foi o apelo inútil do setor empresarial à redução da carga tributária. Da riqueza produzida pelas 500 maiores empresas, 49,4% foram destinados ao pagamento de impostos, o maior percentual desde o início da série histórica, em 1997. Presente à cerimônia de entrega dos prêmios de Melhores e Maiores, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mostrou-se sensível ao antigo pleito do meio empresarial. "Há poucos dias atendemos a importantes demandas do setor produtivo, aperfeiçoando procedimentos tributários, criando incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica, e antecipamos o compromisso de zerar a alíquota de IPI incidente sobre bens de capital", afirmou Palocci.

O presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, elogiou a determinação do governo de manter a rota da estabilidade macroeconômica. Ressaltou também o amadurecimento dos mercados, que, apesar de preocupados, praticamente não se abalaram diante de graves turbulências no cenário político nacional (veja reportagem). Lembrando os dois ideogramas chineses que compõem a palavra crise – o de perigo e o de oportunidade –, Civita afirmou que as crises profundas frequentemente oferecem chances. "Se todos nos empenharmos nisso para valer, não há por que não aproveitar o momento para também eliminar os principais gargalos e obstáculos ao nosso desenvolvimento econômico", disse o presidente do Grupo Abril.

## **REPORTAGEM NÚMERO 3**

### **O presidente alarmista (3 de agosto de 2005)**

Em mais uma tentativa de abafar a crise, Lula sugere que investigações podem prejudicar a economia

Carina Nucci

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem reagido de forma errática ao escândalo que expôs um ninho de corrupção dentro de seu governo. Inicialmente apático, prometeu, num segundo momento, investigar as denúncias até "cortar na própria carne". Depois, num repente populista, recuou, voltou-se contra as próprias investigações e sugeriu que as denúncias não passavam de uma tentativa "das elites" de curv-lo. Na semana passada, o presidente decidiu acrescentar uma terceira estratégia: ameaçar a própria sociedade para esvaziar a crise. Na quinta-feira, ao discursar para funcionários de uma refinaria da Petrobras, na região metropolitana de Porto Alegre, Lula disse que a economia brasileira "ainda é muito vulnerável" e, por isso, segundo ele, não se pode "brincar nessa parte para que a gente não tenha um retrocesso, porque um retrocesso leva anos e anos para a gente recuperar". O recado foi claro: o presidente sugeriu que as instituições brasileiras, em vez de cumprir suas funções constitucionais, brincam ao investigar a crise política. E que essa "brincadeira" poderá levar o Brasil a uma indesejável tormenta econômica.

Não por coincidência, Lula resolveu falar sobre economia justamente na semana em que os mercados financeiros viveram seus momentos de maior tensão, desde que *VEJA* flagrou em maio um ato de corrupção nos Correios, a pedra de Roseta dos escândalos atualmente em curso. O dólar, o risco-país e os juros futuros subiram em razão do aprofundamento da crise política. A tensão nos mercados foi causada pela notícia, publicada também em *VEJA*, de que Marcos Valério ameaçava o presidente com a possibilidade de contar tudo o que sabia caso não recebesse ajuda financeira. Acuado, Lula apelou. O problema (só para ele, é claro) é que os indicadores voltaram a melhorar nos últimos dias, numa prova de que, apesar de não haver blindagem que resista intacta às dimensões da crise, a economia brasileira é muito menos frágil do que tenta fazer crer o presidente em proveito próprio.

Ao contrário do que disse Lula, a economia brasileira surpreende positivamente porque sua vulnerabilidade externa caiu de maneira drástica nos últimos dois anos. O próprio presidente sabe disso. Em dezenas de cerimônias públicas e viagens internacionais, apropriou-se do mérito de sua equipe econômica, que, de 2003 para cá, colocou em curso uma receita correta, mas impopular, para fortalecer a economia. E é essa receita a barreira que impede que o mar de lama do governo Lula arraste a economia para o buraco – como aconteceu em outros períodos. Em 2002, o risco-país, o dólar e os juros dispararam em questão de poucas semanas quando o então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva começou a despontar nas pesquisas pré-eleitorais. Naquela ocasião, quando se imaginava que o problema dos petistas era o destrambelho ideológico, e não a falta de ética, o mercado temia que um governo do PT

pudesse jogar por terra duras conquistas na esfera econômica – como a Lei de Responsabilidade Fiscal, o câmbio flutuante e o sistema de metas de inflação.

O que se viu foi o inverso. A responsabilidade fiscal aumentou e a inflação caiu. Some-se a isso um espetacular superávit na balança comercial. Superávit esse que o presidente Lula exibiu como a maior conquista do país durante seu governo nas suas mil e uma viagens à China, Japão, África do Sul etc. Nos últimos dois anos, a economia melhorou muito. O saldo comercial saltou de 13 bilhões de dólares para 37 bilhões de dólares. A balança transformou-se na principal fonte de moeda estrangeira para o país pagar suas contas externas. É claro que a equipe econômica contou com a ajuda do resto do mundo. O PIB global, impulsionado pelo desempenho dos Estados Unidos e da China, aumentou mais de 5% no ano passado e não reduzirá muito o ritmo de crescimento neste ano. O apetite mundial por soja e outras commodities serviu de alavanca para as exportações brasileiras. Ainda que não seja tão necessário, o capital de curto prazo tem sido cada vez mais desviado dos países ricos para o Brasil, atraído pelos juros altos que o governo brasileiro paga. Mas o que tem determinado o câmbio é muito mais a entrada de dólares via comércio exterior do que a entrada de dinheiro especulativo. Com uma fonte de moeda estrangeira muito mais estável – a balança comercial –, o dólar enfrenta resistências para subir acima de 2,50 reais. O exemplo de 2002 é didático. Naquele período, o magro saldo da balança deixava o país muito mais dependente dos estrangeiros que investem em juros e ações no Brasil. O poder de fogo desses especuladores para apostar contra o real ficou pequeno diante dos sucessivos recordes das exportações. E, mesmo que ocorra uma fuga de capitais, seu efeito será infinitamente menor do que o estrago provocado em 2002, quando o dólar chegou a 4

reais. "Na crise de confiança, muita gente perdeu dinheiro porque apostou que o dólar ficaria alto por muito tempo. O mercado não cometerá o mesmo erro hoje porque não apostará contra os bons fundamentos da economia", afirma Octávio de Barros, economista-chefe do Bradesco.

Em sua estratégia de amedrontar a sociedade com a fala de que a economia brasileira é vulnerável, o presidente contradisse os dois homens fortes de sua equipe econômica. Em entrevista a *VEJA*, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou que "a crise política não deverá ter impactos sobre a economia". Segundo o ministro Palocci, o mesmo a quem Lula cansou de atribuir a melhora que seu governo promoveu na economia, o "Brasil tem instituições que já estão trabalhando ativamente para solucionar a crise política, e é isso que dá ao governo a tranquilidade de que os agentes econômicos continuarão tomando suas decisões com base num cenário positivo que se projeta para o país". O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, também veio a público para combater o argumento da fragilidade econômica. Nas palavras de Meirelles, "os sólidos fundamentos da economia não permitirão que o país se desvie da rota de crescimento". Enquanto Lula escolhe palavras negativas como "vulnerabilidade" e "retrocesso", seus escudeiros na área econômica preferem "tranquilidade" e "solidez". Seria curioso se não fosse trágico.

Na prática, Lula tentou botar lenha numa fogueira que sua própria equipe econômica e o mercado financeiro querem sufocar. É fato que a economia crescerá menos do que poderia se não houvesse a crise. Antes dela, a previsão de crescimento do PIB era de 3,5%. Hoje, economistas apostam que o PIB crescerá entre 2,5% e 3%.

Investimentos em novos negócios, abertura de empresas e as tão esperadas parcerias público-privadas ficarão comprometidos caso a crise se prolongue. O dólar deve continuar subindo – ainda que moderadamente, o que encarecerá viagens ao exterior e produtos importados. Mas o efeito sobre a inflação deve ser bem pequeno porque os preços se encontram numa acelerada trajetória de queda. No Congresso, projetos importantes, como a reforma tributária e a lei que favorece a abertura de micro e pequenas empresas, perderam prioridade. Com isso, a geração de novos empregos tende a se arrastar. Em tese, os problemas políticos também poderiam contaminar a economia por meio de uma crise no sistema financeiro, especialmente no segmento de bancos do porte do Rural, envolvido no escândalo do mensalão. Mas o Banco Central, que monitora a situação, não vê nuvens demasiado escuras pela frente. Dez em cada dez economistas ouvidos por *VEJA* são categóricos em afirmar que existe o risco de a crise política contaminar a economia, mas insistem que o país está muito mais sólido, fato ignorado pelo presidente. "Nos últimos anos, o país instituiu uma política econômica responsável e é ela que hoje nos permite atravessar crises, e até trocas de governo, sem abalar a economia", disse a *VEJA* Fábio Barbosa, presidente do banco Real.

FOTO BANCO RURAL

LEGENDA: BANCO RURAL NÃO É AMEAÇA

Para o Banco Central, problemas no banco do mensalão não causarão crise no setor

## ANEXO 4

A seguir uma reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, no dia 08 de junho de 2009; nela há uma entrevista com o caseiro Francenildo Costa.

A16 entrevista da 2ª SEGUNDA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2009 FOLHA DE S. PAULO

# Se soubesse que fariam o que fizeram, teria ficado calado

Caseiro que contradisse parte do depoimento de Palocci à CPI dos Bingos e ajudou a derrubar o ministro em 2006 diz que ficará derrotado se petista escapar de prisão

**ENTREVISTA FRANCENILDO COSTA**

RUBENS VALENTE DA REPORTAGEM LOCAL

O caseiro Francenildo Costa, 27, cujo depoimento à CPI dos Bingos derrubou o ministro Antonio Palocci (PT), em 2006, hoje trabalha de bicos. Diz esperar que a Justiça decida sobre a ação por danos morais que move contra a Caixa Econômica e a Editora Globo pela quebra e divulgação de seu sigilo bancário —segundo ele, uma operação que visava desacreditá-lo. À **Folha**, Francenildo disse esperar que a Justiça adote no seu caso a rapidez que usa no inquérito do STF.

**FOLHA** - Como o sr. define a sua situação hoje, passados três anos do depoimento?

**FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA** - Dá para levar. Estou trabalhando, fazendo uns bicos por aí para poder comer o arroz no final da tarde.

**FOLHA** - A Justiça ainda nada definiu a respeito da ação de indenização que o sr. moveu. Como o sr. vê o assunto?

**FRANCENILDO** - Já me dei conta de que a rapidez da Justiça demora. Eu tô praticamente ansioso. Tô trabalhando. Tentando trabalhar, estudar e deixar isso um pouco de lado. Não fi-

que eles iriam fazer o que fizeram comigo, eu me arrependeria de ter falado. Porque eu pensava que 'vou falar o que sei, e pra mim não vai dar em nada, por causa que eu tô falando a verdade'. [...] Agora, a questão da quebra foi uma sacanagem mesmo que fizeram.

**FOLHA** - Por outro lado, as coisas que o sr. falou ajudaram a revelar questões de interesse público. O sr. leva isso em conta também e vê algum lado positivo em seu depoimento à CPI?

**FRANCENILDO** - Com certeza. [Antes] Estava aquela confusão. Era só mentira pra cá,

Sergio Lima/Folha Imagem

**O CASO DO CASEIRO**

Os passos que levaram à queda de Antonio Palocci

**A REVELAÇÃO**

>> O caseiro Francenildo Costa diz à CPI dos Bingos (16.mar.06) que viu o então ministro Antonio Palocci (PT-SP) "pelo menos dez vezes" na mansão usada por lobistas em Brasília para fechar negócios suspeitos e promover festas com prostitutas. Palocci negava ter frequentado a casa

**QUEBRA DO SIGILO**

>> Na sequência, blog da revista "Epoca" divulgou extrato da poupança de Francenildo, que mostra o recebimento de R\$ 25 mil. Políticos da base governista insinuam que o depoimento dele foi comprado pela oposição

>> O caseiro diz que o valor foi enviado por seu pai, Eurípedes Soares da Silva, num acordo para que ele não pedisse o reconhecimento da paternidade

**Nós estamos no Brasil hoje em um momento de transição política. A cara apronta, ainda sai livre da acusação, e ainda faz o que quer. Isso é uma vergonha política do Brasil.**

**FRANCENILDO COSTA**

**FOLHA** - Se houver a conclusão dele do processo, sendo comentado, como será a notícia?

**FRANCENILDO** - Rapaz, car assim meio derrotado causa que a única coisa que eu quero é não dar em nada. Então a questão é: o sigilo vai ser natural para qualquer pessoa. [O sigilo] vale mais.

**FOLHA** - E no caso da condenação de Palocci?

**FRANCENILDO** - Aí eu vou trabalhar na Justiça, que eu vou acreditar nela. Não é só porque que eu

Reportagem retirada do jornal Folha de S. Paulo, no dia 08 de junho de 2009



Continuação da mesma reportagem

## ANEXO 5

A seguir foi anexada a chamada de capa e a reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, no dia 28 de agosto de 2009, em que Palocci é absolvido de ser julgado pelo STF.

## Palocci vence caseiro no Supremo

Por 5 votos a 4, STF rejeita abertura de processo criminal por quebra de sigilo bancário de Francenildo Costa



Sergio Lima/Folha Imagem

O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho (PT-SP) escapou de ser julgado no caso da quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, episódio que resultou em sua saída do primeiro escalão do governo em março de 2006.

Por 5 a 4, os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitaram pedido do Ministério Público Federal de abertura de processo criminal contra Palocci, hoje deputado federal. A maioria considerou que não havia provas suficientes de que o ex-ministro tenha agido de forma irregular quando da divulgação da movimentação bancária do caseiro.

A decisão sepulta a 21ª última investigação no STF contra Palocci. Apesar de ainda responder a ações civis públicas e ações populares na Justiça de SP, o ministro obtém salvo-conduto político no PT para garantir como opção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma possível volta ao primeiro escalão do governo e às eleições de 2010.

Prevaleceu no julgamento o entendimento defendido pelo relator do processo, presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, para que as investigações reunidas "meras suposições que não legitimam por si só a abertura de ação penal".

### Governo quer arrecadar R\$ 5 bi em fundo do FGT

O governo espera que os trabalhadores invistam R\$ 5 O investimento no fundo surge como promessa

O caseiro Francenildo Costa, que assistiu no plenário à sessão do Supremo que livrou o ex-ministro Antonio Palocci de processo

Chamada de capa do referido jornal; destaque na foto para o caseiro Francenildo, saindo do tribunal cabisbaixo; vide anexo 4

# STF livra Palocci de denúncia por quebra de sigilo de caseiro

Decisão recoloca deputado petista na cena política e viabiliza candidatura em 2010

Relator do processo, Mendes entende que só há elementos de vazamento de informação bancária de Francenildo Costa contra ex-presidente da CEF

FELIPE SELIGMAN  
RANIER BRAGON  
LUCAS FERRAZ  
DA SUPLENÇA DE BRASÍLIA

O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho (PT-SP) escapou ontem de ser julgado pela quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, episódio que resultou em sua saída do primeiro escalão do governo em 2006.

Por um voto de diferença (5 a 4), os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitaram o pedido do Ministério Público Federal de abertura de processo criminal contra Palocci, hoje deputado federal, por considerar que durante as investigações não surgiram provas suficientes de que ele tenha agido de forma irregular no episódio que resultou na divulgação da movimentação bancária do caseiro, que na ocasião tinha depósitos em desacordo com sua renda.

A decisão sepulta a 21ª e última investigação no STF contra Palocci, 48, a maioria delas relacionadas a suspeitas de irregularidade em suas gestões co-



Presidente do STF, Gilmar Mendes, e o caseiro Francenildo Costa durante sessão que livrou o ex-ministro Antonio Palocci

gumentou, entre outras coisas, que o ministro não era "autoridade competente" para solicitar ou receber dados de correntistas da Caixa. "Entre Ministério da Fazenda e Caixa não há relação de insubordinação, mas de vinculação".

Segundo o raciocínio do ministro, a quebra ilegal do sigilo ocorreu no momento em que Mattoso entregou o extrato a Palocci, que, por não ter na visão de Mendes a responsabilidade sobre o sigilo dos dados, não poderia ser punido nem que houvesse provas de que, posteriormente, ele contribuiu para a divulgação dos dados.

"Há apenas um conjunto de ilações que não estão suficientemente concatenadas para se constituir em elementos de prova", afirmou Mendes. "O ministro da Fazenda não detinha poder funcional de determinar ao presidente da Caixa o acesso à conta bancária", reforçou Eros Grau. Acompanharam esse entendimento Ricardo Lewandowski, Cezar Peluso e Ellen Gracie.

"Houve unidade de desempenho de vontades, de ações, para o cometimento dos delitos. E, para mim, sob a liderança intelectual de Antonio Palocci, quem interessava desqualificar o depoimento de Francenildo", afirmou Carlos Ayres Britto, um dos que votaram pela abertura do processo.

Reportagem interna do jornal Folha de S. Paulo da mesma data (28 de agosto de 2009)

lacionadas a suspeitas de irregularidade em suas gestões como prefeito de Ribeirão Preto (1993-1996 e 2001-2002).

Apesar de ainda responder a várias ações civis públicas e ações populares na Justiça de São Paulo, o ex-ministro obtém salvo-conduto político dentro do PT para figurar como opção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para uma possível volta ao primeiro escalão do governo e para as eleições de 2010.

Prevaleceu no julgamento o entendimento defendido pelo relator do processo, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, para quem as investigações reuniram "meras suposições que não legitimam por si só a abertura de ação penal".

O argumento principal de Mendes foi o de que não há provas de que Palocci tenha ordenado ao então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, que providenciasse a impressão do extrato bancário de Francenildo.

Dos três denunciados pelo Ministério Público Federal, o STF determinou a abertura de processo contra Mattoso, que vai responder na primeira instância, já que não tem foro. A situação do ex-assessor de imprensa de Palocci, Marcelo Netto, não estava definida até a conclusão desta edição.

Apesar de a quebra ter ocorrido no dia em que o caseiro depunha na CPI dos Bingos e confirmava as acusações de que Palocci frequentava uma "casa do lobby" em Brasília, Mendes ar-



**Ser beneficiado de uma fraude não é suficiente para que alguém seja denunciado**

GILMAR MENDES

**Eu devo confessar que eu fiquei em dúvida, e continuo em dúvida, e o exame dos autos não vai satisfazer tais dúvidas**

CEZAR PELUSO

## A VOTAÇÃO NO STF

A maioria dos ministros não aceita denúncia contra Palocci

- ✓ Aceita a abertura de ação
- ✗ Não aceita a abertura de ação

| Ministros do STF*                       | Indicado por | Antonio Palocci | Jorge Mattoso | Marcelo Netto |
|-----------------------------------------|--------------|-----------------|---------------|---------------|
| Gilmar Mendes<br>FHC (2002)             | Palocci      | ✗               | ✓             | ✗             |
| Eros Roberto Grau<br>Lula (2004)        | Palocci      | ✗               | ✓             | ✗             |
| Cármen Lúcia<br>Lula (2006)             | Palocci      | ✓               | ✓             | ✓             |
| Ricardo Lewandowski<br>Lula (2006)      | Palocci      | ✗               | ✓             | ✗             |
| Carlos Ayres Britto<br>Lula (2005)      | Palocci      | ✓               | ✓             | ✓             |
| Cezar Peluso<br>Lula (2003)             | Palocci      | ✗               | -             | -             |
| Ellen Gracie<br>FHC (2000)              | Palocci      | ✗               | ✓             | ✗             |
| Marco Aurélio de Mello<br>Collor (1990) | Palocci      | ✓               | ✓             | ✓             |
| Celso Mello<br>Sarney (1989)            | Palocci      | ✓               | ✓             | ✓             |
| <b>TOTAL →</b>                          |              | <b>5</b>        | <b>4</b>      | <b>0</b>      |

## ENTENDA O CASO

### 1 A DENÚNCIA

#### A revelação

Caseiro Francenildo Costa diz à CPI dos Bingos, em 16.mar.2006, que viu o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em reunião com lobistas em uma mansão em Brasília

#### A quebra de sigilo

Um dia depois, blog da revista "Época" divulga extrato da conta de Francenildo, que mostra depósito de R\$ 25 mil. Políticos governistas insinuam que ele foi comprado pela oposição

#### A origem

Francenildo defende que o valor foi enviado por seu pai, Euripedes Soares da Silva, como parte de um acordo para que ele não pedisse o reconhecimento da paternidade

### 2 OUTRO LADO

**Antonio Palocci**  
Ex-ministro e deputado federal (PT-SP)

Diz que nunca esteve no local e nega ter sido o responsável pela quebra do sigilo e pelo vazamento dos dados

**Jorge Mattoso**  
Presidente da Caixa à época

Afirma ter entregado o extrato a Palocci no dia do depoimento de Francenildo à CPI, mas refuta ter havido quebra de sigilo

**Marcelo Netto**

Então assessor de imprensa da Fazenda. Advogados negam o vazamento de dados à imprensa e dizem que não há provas que o incriminem

\* Joaquim Barbosa e Menezes Direito estão de férias

Ayres Britto, um dos que votaram pela abertura do processo.

Francenildo acompanhou todo o julgamento, sentado na primeira fila, ao lado do advogado, Wlício Nascimento. Ele foi citado como "homem simples", "homem do povo" e "corajoso" por Ayres Britto e Marco Aurélio Mello. Cármen Lúcia e Celso de Mello também votaram pela abertura do processo. Os ministros Joaquim Barbosa e Menezes Direito não estavam presentes.

A Procuradoria Geral da República havia pedido a abertura do processo penal contra Palocci sobre o argumento de que sua participação no caso foi indubitável. "Existe certeza do crime e indícios veementes da autoria do crime. É o que basta para o recebimento [da denúncia]. A prova definitiva será feita no curso dessa investigação", afirmou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Na fala, Gurgel listou o que considera ser indícios fortes, entre eles a intensa troca de telefonemas entre Palocci e seu então assessor de imprensa, Marcelo Netto, e deste com a Redação da revista "Época".

A defesa de Francenildo afirma que o dinheiro em sua conta era referente a doação familiar (depósitos feitos por um empresário do Piauí em troca da desistência de Francenildo de ingressar com ação de reconhecimento da paternidade).

O advogado de Palocci, José Roberto Batocchio, disse que a acusação do Ministério Público não conseguiu demonstrar nenhum indício concreto da participação do ex-ministro na quebra ilegal do sigilo. "Fascina a imprensa uma versão falsificada de David contra Golias."

Os advogados de Mattoso, Alberto Zacharias Toron, e de Netto, Luiz Eduardo Roriz, também negaram que seus clientes participaram da divulgação do sigilo.



**FOLHA ONLINE**

Vídeo do voto de Mendes

[www.folha.com.br/0923911](http://www.folha.com.br/0923911)

Continuação da mesma reportagem ilustrada acima

ANEXO 6

Reportagem a seguir não faz parte do corpus por não abordar o ex-ministro Palocci, no entanto, seu conteúdo facilita o entendimento do caso.

**REPORTAGEM RETIRADA DE VEJA, 01 de junho de 2005**

O que será que ele sabe?

A operação anti-CPI falhou. E Jefferson já disse que, se sentar no banco dos réus, três petistas sentarão junto: José Dirceu, Delúbio Soares e Silvio Pereira

Em seu esforço para impedir a criação da CPI dos Correios, o Palácio do Planalto apelou para arsenal tradicional do presidencialismo brasileiro: ameaças, cargos e dinheiro. Um recurso em particular, no entanto, chamou atenção: as súplicas dirigidas ao presidente do PTB, o deputado Roberto Jefferson, aquele que diminuiu o estômago mas cujo apetite aumentou. Na segunda-feira à noite, os ministros Aldo Rebelo e José Dirceu foram ao apartamento de Jefferson, na Asa Norte de Brasília, mas o deputado, irritado com os governistas, não os deixou subir. Na manhã do dia seguinte, os dois voltaram a procurar Jefferson, mas de novo não foram autorizados a ir ao apartamento. Na tarde de terça-feira, a empregada de Jefferson, sem saber que os ministros estavam

proibidos de subir e com o patrão ocupado tomando banho, inadvertidamente deixou Aldo Rebelo e José Dirceu entrarem no apartamento. Jefferson recebeu-os em sua sala e desfiou um agressivo rosário de reclamações. Disse que estava sendo abandonado pelo governo, que o governo sabia de tudo que ele, Jefferson, vinha fazendo e que, agora, ainda tinha de aguentar calado o discurso de José Genoïno, presidente do PT, segundo o qual o governo precisava se empenhar em "requalificar" sua base de apoio.

Num dado momento, Roberto Jefferson dirigiu-se ao ministro José Dirceu e repetiu o que já dissera a um aliado no café-da-manhã daquele dia: "Na cadeira em que eu sentar na CPI, também vão sentar você, o Delúbio e o Silvinho", afirmou. Jefferson estava se referindo ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e ao secretário-geral do partido, Silvio Pereira. Os dois participaram mais diretamente da distribuição de cargos federais aos aliados. Há duas semanas, a mesma preocupação de que uma CPI séria pudesse pegar "Delúbio e Silvinho" foi externada pelo ministro José Dirceu a um aliado. O fato é que, depois de ouvir tudo o que Jefferson tinha a dizer, Aldo Rebelo e José Dirceu imploraram ao deputado para que retirasse sua assinatura do pedido de CPI e orientasse os outros dezesseis parlamentares do PTB a fazer o mesmo. Encerrado o encontro, Jefferson comentou a postura dos ministros: "Só faltou eles se ajoelharem aos meus pés". Mas por que o governo se agarrou tanto ao PTB de Roberto Jefferson, mais até do que ao aliado de primeira hora, o PL do vice-presidente? O que Roberto Jefferson sabe que tanto apavora o PT?

EM DUAS FRENTES

No Congresso, um grupo de opositoristas exhibe uma faixa em que satiriza a guinada ética do PT, outrora tão cioso de fazer CPIs (acima), e o servidor dos Correios Maurício Marinho, ao depor na Polícia Federal: agora, são duas frentes de investigação

Já surgiram indícios de que o PT também tinha alguma participação no esquema espúrio dos Correios desvendado pelo jornalista Policarpo Junior, da sucursal de *VEJA* em Brasília. Segundo confessa candidamente o próprio senador Fernando Bezerra, que vem a ser líder do governo no Congresso, na reportagem que pode ser lida na página 52 desta edição, um indicado seu para os Correios não poderia ser empossado enquanto não fosse concluída uma licitação milionária de interesse do PT na estatal. Também apareceram sinais de que diretores indicados pelo partido em estatais tinham a estranha mania comum de beneficiar um corretor chamado Henrique Brandão. Quem é Brandão? Ora, é um amigo, sócio e generoso contribuinte das campanhas políticas de interesse de Roberto Jefferson – aquele que provocou a genuflexão de dois poderosos ministros do atual governo. Jefferson ficou aborrecido ao ser pressionado por sua própria bancada num jantar na segunda-feira. Seus correligionários pediram explicações sobre a mesada de 400.000 reais que o PTB exigiu da direção do IRB, a estatal de resseguros, da qual eles não tinham conhecimento. Jefferson desmentiu a mesada, mas, para sua irritação, ninguém lhe deu crédito. Não surgiram ainda evidências irrefutáveis que autorizem a afirmação de que setores do PT e do PTB se associaram em esquemas clandestinos nos desvãos do governo. O que existe e é irrefutável é o fato de que a aliança entre os dois partidos, principalmente quando se tenta verificar o que há debaixo do tapete, exhibe um vigor e uma solidez que vão muito além dos compromissos programáticos e dos interesses políticos mais evidentes entre as duas agremiações. Por quê?

O Palácio do Planalto foi o artífice do regime de engorda do PTB, que saiu das urnas com 26 deputados e hoje tem 47 – crescimento que, como até as emas do Alvorada sabem, não costuma se materializar à base de argumentos políticos ou ideológicos. Agora, ninguém sabe igualmente quais os argumentos políticos ou ideológicos que convenceram Jefferson a retirar o apoio do PTB à CPI. O certo é que, além de Jefferson, o governo ficou apavorado com a própria criação da CPI. Procurou até o ex-governador Anthony Garotinho, que vinha sendo tratado como inimigo número 1. Entre segunda e quarta-feira, José Dirceu falou seis vezes com Garotinho. "O ministro me suplicava", ironizou o ex-governador. Na última hora, Garotinho tentou extorquir do governo o cancelamento da assinatura de quinze deputados sob sua influência. Mandou o deputado Eduardo Cunha procurar o secretário de Política Econômica, Bernard Appy. Cunha mostrou a Appy as procurações dos quinze deputados autorizando a retirada das assinaturas e pediu o desbloqueio de 350 milhões de reais da privatização do Banerj. Appy resistiu à chantagem. Cunha rasgou, ali mesmo, as quinze procurações.

#### FILA DE PUNIÇÃO

O petista Eduardo Suplicy, que chorou ao assinar o pedido de CPI dos Correios: agora, à espera das punições do PT

A CPI dos Correios foi aprovada com a assinatura de 236 deputados e 52 senadores, dos quais catorze deputados e um senador pertencem ao próprio PT. A

última adesão foi a do senador Eduardo Suplicy, que chegou às lágrimas ao anunciar sua decisão e dizer que o governo, fechado nos palácios, não está percebendo a realidade nem sentindo a indignação que se espalha na sociedade – raciocínio semelhante ao exposto até pelo ex-assessor de imprensa do presidente Lula, o jornalista Ricardo Kotscho, em artigo publicado no NoMínimo, um site de notícias e opinião. "Você pega os jornais e não sobra pedra sobre pedra no cenário político, pinta um clima de fim de feira moral, de desesperança, de indignação, de salve-se quem puder, de tudo ao mesmo tempo", escreveu Kotscho. Pois, para se salvar da CPI, o governo tentou de tudo. Anunciou que poderia gastar 773 milhões de reais e chegou a desembolsar 12 milhões para financiar emendas ao Orçamento que viabilizam obras de interesse direto dos deputados em seus feudos eleitorais. Também ameaçou demitir os apadrinhados de parlamentares que apoiassem a CPI e, é claro, prometeu punição aos petistas rebeldes. Tudo, porém, em vão.

A operação abafa do governo foi a maior mobilização política já realizada nos trinta meses de governo petista e incluiu seis ministros e um punhado de aliados. Até João Pedro Stedile, o líder dos sem-terra, entrou no jogo, mas só conseguiu o recuo da deputada Luci Choinacki, do PT catarinense. Os petistas procuraram governadores de oposição, com propostas escancaradamente heterodoxas. Ao governador de Minas Gerais, o tucano Aécio Neves, em troca da retirada da assinatura de deputados mineiros, prometeram que o PT desistiria de criar uma CPI para investigar os investimentos em educação. Aécio não aceitou a barganha.

O discurso do governo apoiou-se em dois pontos. O primeiro é um espanto: dizia que a criação da CPI era "golpismo" das "elites" que não se conformam em ver "um operário na Presidência da República". Esse delírio foi disseminado pelo ministro José Dirceu e pelos deputados Arlindo Chinaglia e Professor Luizinho, o atual e o ex-líder do governo na Câmara. O líder do PT na Câmara, deputado Paulo Rocha, também andou falando coisa parecida. O ministro Aldo Rebelo não usou as mesmas palavras, mas chegou ao alucinado destempero de insinuar que a crise atual é semelhante à de 1954, que levou Getúlio Vargas ao suicídio, e à de 1964, que resultou no golpe militar. Obviamente não é nada disso. O presidente Lula, em viagem ao outro lado do mundo, ficou protegido pela distância entre Brasil e Japão das ondas de choque das trombadas de seus auxiliares diretos no Planalto. Lula jantou com Antonio Palocci em Tóquio na quinta-feira. Tomaram vinho e conversaram as amenidades costumeiras a que se dedicam sempre que se encontram socialmente. Falaram da crise, claro. A avaliação do presidente: é correto lutar para tentar evitar a instalação de CPIs que incomodem o governo. Em sua opinião, se o governo deixasse o processo correr sem lhe oferecer nenhum obstáculo daria a impressão de que já se considerava derrotado. Quanto à CPI em si, Lula acha que ela devia mesmo ser instalada e, agora, precisa funcionar.

Não deixa de ser intrigante a aparente despreocupação do presidente com a CPI e o legítimo pavor de seus genuflexos ministros políticos. Depois de eles falharem em evitar sua instalação, a tática agora parece ser impedir que ela funcione de modo "minimamente competente" – que, como se sabe, é aquele modo que pode pegar Silvinho e Delúbio. O contraste entre a calma do presidente e o alvoroço de Dirceu, Rebelo e Genoino tem duas razões básicas. A primeira é que o regime presidencialista

permite ao presidente reinventar seu governo a qualquer momento – por exemplo, trocando todos os ministros. A segunda deriva do fato de que Lula sabe melhor do que ninguém que as denúncias de corrupção e o aproveitamento político delas pela oposição fazem parte do jogo democrático normal. Os que viram "golpismo" e "conspiração das elites" muito provavelmente estão mais preocupados com a manutenção da própria cabeça sobre os ombros do que com a tranquilidade do presidente Lula. Seria de esperar que, como membros de um governo "operário", eles tivessem absorvido melhor a sabedoria popular. Qualquer brasileiro sabe que, diante de tipos como Roberto Jefferson e Anthony Garotinho, ajoelhou, tem de rezar.

Na semana passada, a Polícia Federal tomou o depoimento de Maurício Marinho, o servidor do vídeo, que voltou a dizer que suas palavras foram apenas "bravatas" e que o maço de 3.000 reais era um adiantamento de uma consultoria que seria feita no futuro. O Ministério Público também já ouviu o deputado Roberto Jefferson, o qual, em seu depoimento, revelou que seus contatos com Marinho foram um pouco mais numerosos do que admitira em seu discurso de defesa na Câmara há duas semanas – e incluíram até dois encontros no prédio dos Correios. Apesar da rapidez das investigações, nada substituiu o trabalho de uma CPI. Nenhuma outra instância, seja a Polícia Federal, seja a Corregedoria da União, seja o Ministério Público, tem a prerrogativa de propor mudanças institucionais com base em suas investigações. Uma CPI tem. A CPI dos Correios pode desvendar o esquema de corrupção do PTB em vários setores do governo e, calcada nisso, sugerir, por exemplo, que se reduza o número de cargos de confiança na esfera federal – uma forma de evitar

que legendas fisiológicas abram suas picadas na máquina pública. Só uma CPI pode fazer isso.